



Afro-Ásia

ISSN: 0002-0591

revista.afroasia@gmail.com

Universidade Federal da Bahia

Brasil

Parés, Luis Nicolau  
CARTAS DO DAOMÉ: UMA INTRODUÇÃO  
Afro-Ásia, núm. 47, 2013, pp. 295-395  
Universidade Federal da Bahia  
Bahía, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77026210009>

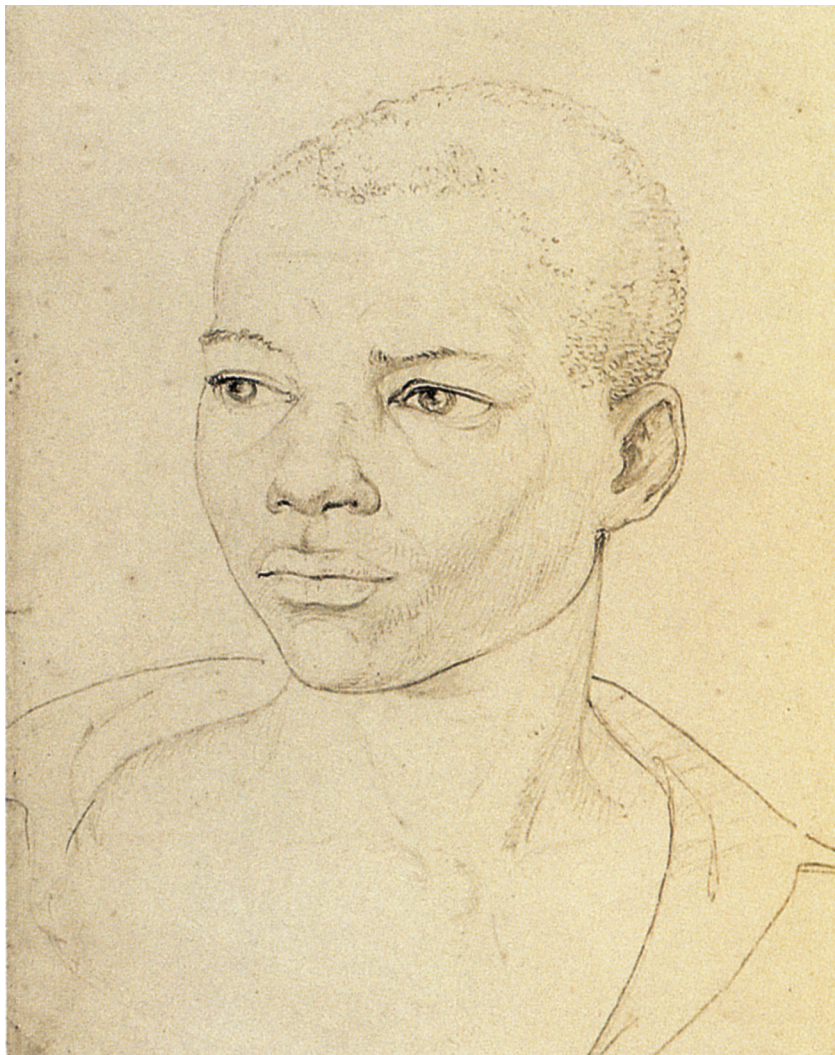
- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

---

DOCUMENTO





## CARTAS DO DAOMÉ: UMA INTRODUÇÃO\*

*Luis Nicolau Parés*\*\*

A diplomacia africana com as monarquias europeias no período do tráfico de escravos atlântico é um assunto pouco conhecido. As cartas apresentadas a seguir, porém, nos permitem desvendar aspectos dessas relações internacionais luso-africanas. A série compreende quatorze missivas enviadas pelos reis do Daomé a autoridades portuguesas, entre 1790 e, aproximadamente, 1820. Esse período corresponde aos reinados de Agonglo (1789-1797), Adandozan (1797-1818) e Guezo (1818-1858), e os destinatários foram a rainha d. Maria I de Portugal, o príncipe-regente d. João, e dois dos governadores da Bahia. Uma parte das cartas cruzou o Atlântico acompanhando quatro embaixadas mandadas pelos monarcas africanos à corte portuguesa: a primeira em 1795, em tempo do rei Agonglo, a segunda e a terceira, em 1805 e 1810, em tempo de Adandozan, e a quarta, por volta de 1820, no

---

\* Este trabalho é resultado de um projeto coletivo que teria sido impossível sem a generosa contribuição de John Thornton e João José Reis. O primeiro disponibilizou os documentos principais e, com recursos da Boston University, através de um projeto por ele dirigido, financiou parte das transcrições. O segundo coordenou e revisou os trabalhos de transcrição, além de comentar e realizar sugestões relativas à introdução e às notas. Maria Celeste Gomes da Silva transcreveu os documentos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ) e, posteriormente, tramitou a obtenção de cópias digitais dos documentos do IHGB. Vinicius Lins Gesteira localizou e forneceu cópias digitais dos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) constantes no Fundo Castro e Almeida, do Projeto Resgate de Documentação Histórica (FCA-PRDH). A todos eles, o meu sincero agradecimento.

\*\* Professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia. [Inicolau@ufba.br](mailto:Inicolau@ufba.br)

início do reinado de Guezo. As duas primeiras chegaram a Lisboa, com escalas na Bahia, a terceira, com destino à corte do Rio de Janeiro, ficou retida em Salvador, e da quarta desconhecemos a sorte.<sup>1</sup>

As embaixadas daomeanas foram comentadas por vários autores desde o final do século XIX, mas Pierre Verger, em 1968, na sua monumental obra *Fluxo e Refluxo*, lhes dedicou um capítulo, transcrevendo, inclusive, nove das missivas supostamente escritas pelos reis Agonglo e Adandozan. Isaac A. Akinjogbin também usou algumas dessas cartas, e inclusive publicou seu trabalho antes de Verger, mas foi este quem traduziu e lhe passou cópias das mesmas.<sup>2</sup> Contudo, os arquivos continuaram a esconder algumas joias. Em 1997, na sua primeira visita ao Brasil, pesquisando no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no Rio de Janeiro, o historiador John Thornton teve a sorte de achar duas cartas do rei Adandozan e

<sup>1</sup> Houve uma primeira embaixada enviada pelo rei Tegbesu a Lisboa, via Bahia, em 1750, mas dela não se conserva qualquer missiva do monarca. Conserva-se, porém, a *Relação da Embaixada, que o poderoso Rey de Angome Kiayy Chiri Broncom, Senhor dos dilatadissimos Sertões de Guiné mandou ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor D. Luiz Peregrino de Ataíde, Conde de Atouguia, Senhor das Villas de Atouguia, Peniche, Cernache, Monforte, Vilhaens, Lomba, e Paço da Ilha Dezerta, Cômodador das Cômodas de Santa Maria de Adaufe, e Villa velha de Rodam, na Ordem de Christo, do Conselho de Sua Magestade, Governador, e Capitão General, que foy do Reyno de Algarve & actualmente Vice-Rey do Estado do Brasil: pedindo a amizade, e aliança do muito alto; e poderoso Senhor Rey de Portugal Nosso Senhor / escrita por J. F. M. M.* (Lisboa: Na Officina de Francisco da Silva, anno de 1751).

<sup>2</sup> “Dois embaixadores africanos mandados à Bahia pelo rei do Dagomé. Carta de D. Fernando José de Portugal ao Exmo. Sr. Luís Pinto de Souza em 21/10/1795”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, v. 69, part. 1 (1895), p. 413. Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional (Brasileira), 1977 [1906], p. 31; José Vieira Fazenda, “Antiquilhas de memórias do Rio de Janeiro”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 93, v. 147, 1927, pp. 473-75; Viriato Corrêa, “Os embaixadores de Dagomé”, in *Terra de Santa Cruz: contos e crônicas da história brasileira*, Rio de Janeiro, Livraria Castilho, 1921, pp. 77-86; J. F. de Almeida Prado, “A Bahia e suas relações com o Daomé”, in *O Brasil e o colonialismo europeu*, São Paulo: Companhia Editora Nacional (Brasileira), 1956, pp. 136-37; Clado Ribeiro de Lessa, *Crônica de uma embaixada luso-brasileira à costa d’África em fins do século XVIII, incluindo o texto da Viagem de África em o reino de Dahomé escrita pelo padre Vicente Ferreira Pireira no ano de 1800 e até o presente inédita*, São Paulo: Companhia Editora Nacional (Brasileira), 1957, pp. xxv-xxxii, 193; I. A. Akinjogbin, *Dahomey and its Neighbours 1708-1818*, Cambridge: Cambridge University Press, 1967, pp. x, pp. 184-185, 188-89; Pierre Verger, *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de todos os Santos*, São Paulo: Corrupio, 1987 [1968], pp. 257-92. Trabalhos posteriores a Verger tocaram também no assunto das embaixadas daomeanas, por exemplo: Sílvia Hunold Lara, “Uma embaixada africana na América portuguesa”, in István Jancsó e Íris Kantor (orgs.), *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa* (São Paulo: Edusp, 2000), pp. 151-65; Alberto da Costa e Silva, *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004, p. 71, 74.

uma do rei Guezo. A estas, como a outras duas depositadas no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Verger não tivera acesso e, portanto, constituem uma contribuição original para a historiografia.

Como o IHGB não lhe permitiu xerocar os documentos e sua viagem estava prestes a finalizar, Thornton tomou notas, apressadamente, da maior parte daquelas longas cartas. Essas anotações iniciais, e versões preliminares de sua tradução ao inglês, ficaram arquivadas até recentemente, quando em conversa com João José Reis, ambos decidiram que era chegada a hora de retomar o projeto de publicação. Reis tinha fotografado outra carta do rei Adandozan, depositada no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa (AHU), e coordenou o levantamento e transcrição detalhada dos documentos restantes na Bahia e no Rio de Janeiro, me encarregando da sua organização e anotação e da escrita desta introdução.<sup>3</sup>

Das quatorze cartas supostamente assinadas pelos reis daomeanos, três são de Agongolo, dez de Adandozan e uma de Guezo (ver tabela 1). O destaque para o rei Adandozan é relevante do ponto de vista historiográfico, pois ele é um dos monarcas mais misteriosos e menos compreendidos do Daomé. Após ser destronado pelo seu meio-irmão Guezo, em 1818, sua memória foi sistematicamente apagada e distorcida pela tradição oral. Trata-se de um caso exemplar para relativizar a confiabilidade das tradições orais e avaliar a sua capacidade de servir à manipulação política. Adandozan é recorrentemente representado como um déspota cruel e sanguinário, embora a historiografia nacionalista dos anos 1960 tentasse restituir sua memória como um rei progressista que supostamente planejava promover a agricultura, mas que pelas circunstâncias se viu “condenado” a continuar com o tráfico de escravos.<sup>4</sup> Ironicamente, fren-

<sup>3</sup> Ana Lúcia Araújo, seguindo a indicação de John Thornton, também consultou os documentos do IHGB, e publicou um artigo com transcrições parciais dessas cartas: Ana Lúcia Araújo, “Dahomey, Portugal and Bahia: King Adandozan and the Atlantic Slave Trade”, *Slavery and Abolition*, v. 33, n.1 (2012), pp. 1-19.

<sup>4</sup> O estereótipo de tirania e crueldade teria sido difundido pelos ingleses já durante o próprio reinado de Adandozan: Akinjogbin, *Dahomey*, pp. 190-92. Para reiteraões posteriores ver, por exemplo, Abbé Pierre Bertrand Bouche, *Sept ans en Afrique occidentale: La Côte des Esclaves et Dahomey*, Paris: E. Plon, Nourrit et Cie. Imprimeurs-Éditeurs, 1885, pp. 339-41. Para a tentativa revisionista: Akinjogbin, *Dahomey*, pp. 193-94, 200-01. Mais recentemente o romance de Kangni Alem, *Escravos*, Rio de Janeiro: Pallas, 2011 [2009], assume um posicionamento semelhante.

**Tabela 1: cartas dos reis daomeanos às autoridades portuguesas**

N.	Data	Local	Rei	Destinatário	Arquivo	Publicada
1	31/03/1790	Ajuda	Agonglo	Gov. Fernando José de Portugal	<b>APEB</b>	inédita
2	20/03/1795	Abomé	Agonglo	Gov. Fernando José de Portugal	BNRJ, AHU	Verger
3	20/03/1795	Abomé	Agonglo	Rainha d. Maria 1 <sup>a</sup>	BNRJ	Verger
4	1797		Adandozan	Príncipe-regente d. João	<b>AHU</b> , APEB	Verger
5	> 05/1797		Adandozan	Príncipe-regente d. João	<b>AHU</b> , APEB	Verger
6	> 9/09/1797 < 1/11/1797		Adandozan	Príncipe-regente d. João	<b>AHU</b> , APEB	Verger
7	> 04/1797		Adandozan	Gov. Fernando José de Portugal	<b>APEB</b>	inédita
8	<24/06/1799	Dagomê	Adandozan	Príncipe-regente d. João	<b>AHU</b>	Verger
9	< 09/1803		Adandozan	Gov. Francisco da Cunha Menezes	<b>AHU</b> , APEB	Verger
10	14/11/1804	Abomé	Adandozan	Gov. Francisco da Cunha Menezes	AHU	Verger?
11	20/11/1804	Abomé	Adandozan	Príncipe-regente d. João	<b>AHU</b> , BNRJ	Verger
12	> 12/1805		Adandozan	Príncipe-regente d. João	IHGB	inédita
13	9/10/1810	Abomé	Adandozan	Príncipe-regente d. João	IHGB	inédita
14	> 1818		Guezo	Rei d. João	IHGB	inédita

Nota: o signo ">" = posterior; e "<" = anterior. Em negrito o arquivo onde está o original

te ao persistente trabalho da oralidade durante quase dois séculos, a documentação escrita aparece agora como uma revanche *post-mortem* de Adandozan contra o seu silenciamento histórico. Também a carta de Guezo é excepcional por ser a única conhecida dirigida por ele às autoridades portuguesas.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> De Guezo se conhecem outras cartas dirigidas às autoridades inglesas, quando estas estavam negociando a abolição definitiva do tráfico atlântico: House of Commons Parliamentary Papers (HCPP), British Commissioners-Class A, 1851-52: incl 3, em n. 179, "Rei do Daomé à rainha da Inglaterra, 7/09/1851", p. 279; British Commissioners-Class A, 1852-53: incl 2 e 3, em n. 72, "Rei do Daomé à rainha da Inglaterra, 12/01/1852 e 13/01/1853", pp. 88-89; British Commissioners-Class B, 1852-53: incl 7, em n. 4, "Notificação do Rei do Daomé, 14/05/1851", p. 48; incl 8, em n. 4, "Rei do Daomé a oficiais da Marinha, 14/05/1851", p. 48; incl 9, em n. 4, "Rei de Daomé a rainha Victoria, 26/04/1851", p. 49.



No APEB se preservam seis cartas: quatro cópias (4, 5, 6, 9) e dois originais inéditos (1, 7). No AHU de Lisboa, se preserva o que parecem ser os originais das cartas 4, 5, 6, 8, 9 e 11, assim como cópias da 2, 10 e 11. As cartas 4, 5, 6 do AHU e a 7 do APEB parecem todas do mesmo escrivão.<sup>6</sup> Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ) se preservam cópias das cartas 2, 3 e 11. Finalmente, no IHGB se conserva uma “memória”, que para efeitos de consistência narrativa chamarei “carta 12”, e as cartas 13 e 14, todas inéditas. As cartas 12 e 13, aparentemente escritas em momentos distintos, apresentam a mesma caligrafia, o que sugere tratar-se de cópias.<sup>7</sup> Apenas seis das quatorze cartas especificam o local e data da escrita (1, 2, 3, 10, 11, 13). A datação das outras oito foi inferida a partir dos seus conteúdos e informações fornecidas por fontes adicionais, conforme se explicita nas notas correspondentes.

O período coberto pela série epistolar corresponde a um momento de profundas transformações políticas e econômicas no Daomé, na Costa da Mina e no mundo Atlântico. Desde meados do século XVIII, os portos orientais do Golfo do Benim, chamados “de baixo” (Epe, Porto Novo, Apa, Badagri, Onim), sob a tutela do reino de Oyó, estavam gerando séria concorrência ao principal porto daomeano de Uidá, onde estavam instalados o forte Williams dos ingleses, o forte Saint Louis de Grégory dos franceses, e o forte São João Baptista de Ajudá dos portugueses. A revolução francesa (1789-1799) e as guerras da França com a Inglaterra (1793-1795, 1798-1800) favoreceram uma série de ataques de corsários franceses na Costa da Mina, desestabilizando a já precária situação do tráfico em Uidá.<sup>8</sup> Em de-

<sup>6</sup> As cartas do AHU foram consultadas através de cópias digitais conservadas no FCA-PRDH: AHU, Conselho Ultramarino, Bahia, cx 107, doc. 20.931-20.936, CD 17 (cartas 4, 5, 6 e 8); cx 131, doc. 25.804, CD 21 (carta 9); cx 136, doc. 27100, CD 22 (carta 10). Para as ementas, ver as notas iniciais de cada carta.

<sup>7</sup> Os originais do IHGB estão interditados para consulta por causa do mau estado, e foram utilizadas as versões digitais do Projeto Acervo Digital Angola-Brasil (PADAB), DVD 3, pasta 616. Essa pasta corresponde à antiga lata 137, pasta 62, acessada por Thornton em 1997, com a ementa “Correspondência trocada entre os Reinos de Portugal e os de D’Agoné ou Dahomé na África, original e cópia, 1796-1811, 6 docs”. Nas notas de Thornton consta um “documento 6, 2 fólhos, 1810 escrito a lápis, assinado, na parte inferior do fólho 2, ‘O Rey [rasurado] Gomy’”. Essa carta, infelizmente, não foi localizada no DVD.

<sup>8</sup> Em Uidá, são conhecidas as incursões em 7-8 de dezembro de 1794 e 17-20 de agosto de 1797: APEB, maço 193, “Francisco Antônio da Fonseca Aragão ao governador da Bahia, Uidá, 20/12/1794, 13/03/1795”; e “Manoel Bastos Varela Pinto Pacheco ao governador da Bahia, Uidá, 27/09/1797”. Ver também Verger, *Fluxo*, pp. 229-33.



corrência de um desses ataques, em 1797, o governador francês abandonou o forte Saint Louis que, no entanto, sobreviveu sob o comando de subalternos até por volta de 1803.<sup>9</sup> Em 1807, os ingleses declaravam o fim do tráfico atlântico, o que veio acelerar o progressivo abandono do forte Williams também.<sup>10</sup> Enquanto isso, crescia a demanda por escravos no Brasil em decorrência de um novo surto de prosperidade no setor açucareiro provocado pela saída de cena do Haiti. A colônia francesa figurava como a maior produtora mundial de açúcar até ter sido revolucionada pelos escravos, num processo que durou de 1791 a 1804, quando derrotou as tropas invasoras de Napoleão e declarou a independência.

O mesmo Napoleão, nesse ínterim, vencia nas frentes europeias de batalha e expandia seu império. Portugal foi invadido no final de 1807, levando a corte portuguesa a se mudar para o Rio de Janeiro, aonde chegou no ano seguinte. Nesse processo, o forte São João de Ajudá também foi abandonado à sua sorte. No interior da Costa da Mina, o *jihād* lançado pelos fulanis em território haussá (1804) abastecia de cativos o reino de Oyó, provocando a ascensão de Lagos (Onim) como principal escoadouro de escravos para o Atlântico. Num período de crescente instabilidade social, Porto Novo e Badagri, também sob a égide de Oyó, ficaram, em certos momentos, expostos aos ataques do Daomé. Foi nesse contexto que os reis daomeanos tentaram repetidamente reforçar alianças políticas com a coroa portuguesa, buscando, entre outros objetivos, atrair o comércio para o seu porto de Uidá, em detrimento de Porto Novo, porém com pouco sucesso.

As cartas do Daomé fornecem valiosas informações sobre diversos aspectos da dinâmica do tráfico negreiro, das guerras locais, da personalidade, ambições e caprichos dos reis e, sobretudo, da política interna do forte português. Esse era o enclave onde se dava a relação comercial entre o Daomé e Portugal, na verdade a Bahia, e toda comu-

---

<sup>9</sup> APEB, maço 193, “Manoel Bastos Varela Pinto Pacheco ao governador da Bahia, Uidá, 27/09/1797”. Verger, *Fluxo*, pp. 246-7.

<sup>10</sup> Após o falecimento do governador Lionel Abson, em 1803, não foi nomeado sucessor e assumiu as funções o cirurgião. Para o progressivo abandono de Fort Williams: Akinjogbin, *Dahomey*, pp. 190-3.

nicação entre os dois reinos passava, de um modo ou de outro, por lá. Como veremos, algumas das missivas (3, 5, 6, 14?) podem ter sido utilizadas por oficiais ou indivíduos próximos da fortaleza para promover sua imagem, ou denunciar seus inimigos, frente às autoridades de Lisboa e da Bahia, sem refletir necessariamente os interesses dos reis que as assinavam.

Essa circunstancia coloca a questão da autoria das cartas num lugar de destaque. Os reis do Daomé não falavam nem escreviam em português, com exceção de algumas palavras. Suas intenções e decisões em política externa estavam, em parte, influenciadas por seus ministros e conselheiros. É provável que fossem estes, enquanto porta-vozes do rei, os responsáveis por ditar os enunciados que eram logo traduzidos pelos intérpretes ou línguas. Estes eram amiúde cativos portugueses (marinheiros ou outros) que o rei retinha na capital, Abomé, às vezes durante anos. Eles deviam ter uma compreensão precária do *fongbe*, uma língua tonal para a qual seus ouvidos não estavam treinados. Caso contrário, os tradutores podiam ser nativos com um domínio parcial do português, língua franca nas relações comerciais da região desde o século XV. Depois de traduzido, o enunciado oral devia ser transcrito, tarefa que cabia ao mesmo intérprete, caso soubesse escrever português, ou a um escrivão, que introduzia um novo nível de mediação. No caso da carta 11, por exemplo, o escrivão português, sabendo que ninguém podia ler o texto, aproveitou para acrescentar um parágrafo final, informando ao príncipe-regente d. João de sua triste sorte e pedindo providências para o seu resgate. Assim, a mensagem original sofria sucessivas traduções e “traições” que permitem questionar até que ponto as cartas refletem de fato a voz dos reis.

Um processo semelhante de tradução, paráfrase e mediação está na ‘transcrição’ do discurso do rei Kpengla publicado pelo mercador e negreiro inglês Archibald Dalzel no fim do século XVIII.<sup>11</sup> Essa arenga pública, que Dalzel coloca entre aspas para lhe conferir maior verossimilhança, é, de fato, uma versão editada e silenciosamente comentada

---

<sup>11</sup> Archibald Dalzel, *The History of Dahomy, an inland kingdom of Africa, compiled from authentic memoirs*, Londres: Frank Cass, 1967 [1793], p. 217ss

das notas do governador inglês Lionel Abson que, supostamente, escutou a alocução. A narrativa, com tons racistas e apontando a natureza belicosa dos negros, servia aos interesses antiabolicionistas de Dalzel – num momento de crescente campanha abolicionista em seu país – e prova as distorções a que estava sujeita a voz do rei africano na sua versão escrita. Esta, então, não reflete, necessariamente, como a elite daomeana pensava sua história e o que achava importante transmitir ao mundo externo, mas é a crônica das coisas que o narrador e seus informantes consideravam dignas de menção.

A seguir será apresentado o contexto econômico e político que determinou as intenções e as condições de produção das cartas, elucidando, quando oportuno, as questões relativas à autoria e aos vários intermediários que, através das embaixadas, se viram envolvidos nessas relações internacionais, transculturais e transatlânticas.

### **As cartas de Agonglo**

Na carta 1, datada em 31 de março de 1790, o rei Agonglo – recém-entronizado após a morte do seu pai Kpengla, em abril de 1789 – comunica à Bahia a abertura do porto de Jaquin. Esse antigo enclave do comércio negreiro tinha sido destruído pelas tropas do rei Agaja, em 1732, e subsequentemente abandonado. O novo rei pretendia reativá-lo para estimular o tráfico e sair da estagnação econômica instaurada durante o reinado do seu pai. Como foi dito, desde meados do século XVIII os portos orientais da Costa da Mina rivalizavam e reduziam o comércio daomeano em Uidá que, em 1790, estava em decadência e sujeito a todo tipo de desordens e violências. Conforme informava o diretor do forte português, havia falta de cativos, excesso de navios da Bahia, e os franceses e ingleses traziam tabaco de Lisboa, deixando portugueses e baianos sem a sua principal vantagem comercial, que era o uso do fumo da Bahia na troca por escravos.<sup>12</sup> Por outro lado, a abundância de tabaco fazia “os negros mais atrevidos e imodestos”. Praticava-se roubos e, naquele ano, até chegaram a por fogo nas casas e feitorias dos comerci-

---

<sup>12</sup> Sobre a importância do tabaco baiano no comércio de escravos, ver: Verger: *Fluxo*, 19-31.

antes, “para debaixo do barulho de se apagar, melhor poderem furtar”.<sup>13</sup> O destinatário da carta, o governador da Bahia, d. Fernando José de Portugal, estava ciente daquela situação e é improvável que fosse persuadido pela proposta do rei – e, de fato, não há notícias de que o projeto de Jaquin tivesse qualquer sucesso.

Quatro anos depois, as cartas 2 e 3, datadas de 20 de março de 1795 e dirigidas ao mesmo governador e à rainha d. Maria, respectivamente, viajaram em mãos de dois embaixadores do rei Agonglo. Acompanhados por um intérprete, chamado Luiz Caetano de Assumpção, eles chegaram à Bahia em 26 de maio, na corveta *Santíssimo Sacramento e São Francisco das Chagas*, do mestre Manoel Jorge Martins. Como acontecera numa primeira embaixada, em 1750, os africanos ficaram hospedados no convento dos religiosos franciscanos e foram vestidos às custas da fazenda real, “por virem unicamente cobertos com um pano da Costa”.<sup>14</sup>

A carta 2 apresenta a embaixada e declara o objetivo principal: que todos os navios mercantes portugueses fossem direta e exclusivamente ao porto de Uidá para vender seu tabaco, sedas, ouro e prata. Nesse momento, já não há qualquer menção ao porto de Jaquin. O monopólio do tráfico para o porto de Uidá seria desestimado pelo governador da Bahia, “porque não é conveniente que nesta capitania se junte um grande número de escravos da mesma nação, do que facilmente poderiam resultar perniciosas consequências”. Era o medo de que a homogeneidade étnica dos cativos redundasse em movimentos rebeldes, antecipando o que dentro em pouco iria começar a acontecer: o grande ciclo de revoltas escravas na Bahia, inaugurado em 1807 com uma conspiração de negros haussás. Mas, além do aspecto político, o governador também pensava no interesse econômico. O “comércio privativo do porto de Ajudá”, alegou ele, não seria vantajoso à coroa, pois,

---

<sup>13</sup> APEB, maço 193, “Francisco Antônio da Fonseca Aragão ao governador da Bahia, Uidá, 4 e 13/09/1790”.

<sup>14</sup> AHU, CU, Bahia, cx 83, doc. 16.143 (FCA-PRDH, CD 12) “Offício do governador D. Fernando José de Portugal para Luiz Pinto de Souza Coutinho no qual lhe participa ter recebido dois emissários do Rei Dahomé [...] 21/10/1795”. Há uma cópia (interditada para consulta) no APEB, maço 135, f. 85. Carta também citada por Verger, *Fluxo*, pp. 265-7.

ao limitar os canais da oferta, se reduziria a competição e a possibilidade de preços mais favoráveis.<sup>15</sup>

A carta 3 contém uma denúncia sistemática das faltas e abusos cometidos pelo diretor da fortaleza de Ajudá, Francisco Antônio da Fonseca e Aragão, ocupante desse cargo desde 1782. É bem verdade que o diretor tinha um histórico problemático, inclusive com um processo no tribunal da Inquisição por heresia e sacrilégio, mas a diatribe daomeana não condiz com o tom esperado de uma carta diplomática.<sup>16</sup> Esta é a primeira missiva cuja autoria resulta suspeita e, ao que tudo indica, foi redigida por Francisco Xavier Alvarez do Amaral, tenente da fortaleza entre 1791 e 1799, um desafeto do diretor.<sup>17</sup> O governador da Bahia reconhecia que a carta do rei estava “escrita pelo tenente da nossa fortaleza de Ajudá, a quem ele [o rei] mandara chamar para esse fim”.<sup>18</sup> O próprio Fonseca e Aragão informava que o tenente estava “feito secretário do dito rei, com escritas para Sua Majestade e para Vossa Excelência”.<sup>19</sup> O tenente, um homem escrupuloso e obsessivo, era um inimigo declarado do diretor e tinha fama de intrigante.<sup>20</sup> Verger sugere que a embaixada de Agonglo fora uma iniciativa do tenente Amaral, organizada sem o conhecimento ou consentimento do diretor. Escrevendo em nome do rei, Amaral pretendia comunicar a Lisboa suas próprias queixas contra Fonseca e Aragão para removê-lo do cargo e eventualmente quiçá substituí-lo.<sup>21</sup>

Em carta ao governador da Bahia, o próprio Amaral explicava

---

<sup>15</sup> Verger, *Fluxo*, pp. 265-7.

<sup>16</sup> Para mais informações sobre Francisco Antônio da Fonseca e Aragão ver carta 3, nota 28.

<sup>17</sup> Antes disso, Amaral foi empregado durante quinze anos na tropa de artilharia na Bahia, foi destacado duas vezes em Lisboa, e passou sete meses de guarda-costa no bergantim real: AHU, CU, Bahia, cx 84, doc. 16.486 (FCA-PRDH, CD 13), “Carta patente pela qual o governador D. Fernando Jose de Portugal nomeou Francisco Xavier Alvares do Amaral Tenente da Fortaleza de Ajudá, Bahia, 25/02/1790”. AHU, CU, Bahia, cx 111, doc. 21.885 (FCA-PRDH, CD 17), “Carta patente pela qual o governador D. Fernando José de Portugal nomeou José Ferreira de Araújo Tenente da Fortaleza de S. João de Ajudá, posto que vagara por falecimento de Francisco Xavier Álvares do Amaral, Bahia, 9/10/1799”.

<sup>18</sup> Verger, *Fluxo*, pp. 265-67; cf. APEB, maço 135, “Fernando José de Portugal a Luiz Pinto de Souza Coutinho, 21/10/1795” f. 85.

<sup>19</sup> APEB, maço 193, “Francisco Antônio da Fonseca e Aragão ao governador da Bahia, Uidá, 11/04/1795”.

<sup>20</sup> APEB, maço 139, “Fernando José de Portugal a Rodrigo de Souza Coutinho, Bahia, 18/12/1799”, f. 247.

<sup>21</sup> Verger, *Fluxo*, pp. 233-4.

que, em “dois de março”, o rei mandara chamá-lo para indagar sobre as ações do diretor em relação a um ataque dos corsários franceses e as desordens que se seguiram. Quando o tenente astutamente alegou que nada sabia do assunto, o rei enfurecido “mandou-me dizer por um seu língua” todos os abusos cometidos pelo diretor e “quis que no mesmo lugar escrevesse tudo quanto o língua havia dito para mandar a sua Majestade”, e que “não queria semelhante ladrão (que foi o modo com que se expressou) na sua terra.” Ou seja, o tenente colocava na boca do rei as queixas e acusações que, traduzidas pelo língua, ele simplesmente teria transcrito sem qualquer interferência. Amaral inclusive fez questão de mencionar que termos como “ladrão” eram do rei e não dele. O tenente concluiu que, “feita a escrita, foi lida pelo seu língua e assinada e selada na sua presença [do rei]”.<sup>22</sup> Constatamos aqui o complexo processo de mediação epistolar, tal qual relatado por uma das partes envolvidas. Fora o detalhe que a data da missiva (20 de março) não corresponde com a suposta data do dia da escrita (2 de março), o que pode ter sido apenas um lapso, a autoria de Agonglo deve ser relativizada.

Entretanto, a “verdadeira” carta do rei Agonglo parece ser um papel sem assinatura que o príncipe-regente d. João encontrou junto à carta 3 e ao qual faz referência na sua resposta:

Fora da Vossa Carta encontrei um Papel sem Assinatura em que me pedíeis um Bergantim pronto de tudo para a Guarda desse Porto; como também um Homem que soubesse bem ler, e escrever para ficar convosco; e finalmente pedíeis também que Vos enviasse um Navio cuja carga fosse de Sedas boas de Ouro, e Prata em obra, e tudo o mais que pertence a um Rei, e finalmente quarenta Peças de Bronze, e Ferro bastante reforçadas para guarnecer a Vossa Terra.<sup>23</sup>

Esse “papel”, hoje extraviado, solicitando um escrivão, bens de prestígio e armas se ajusta melhor ao padrão de pedidos encontrados em outras cartas da série e, certamente, contrasta com o estilo e conteúdo da carta 3. O foco exclusivo desta na conduta de Fonseca e Aragão e

<sup>22</sup> APEB, maço 193, “Francisco Antônio da Fonseca e Aragão ao governador da Bahia, Uidá, 28/05/1795”.

<sup>23</sup> BNRJ II- 34, 2, 20, “Dom João (em nome de sua mãe d. Maria) ao rei Agonglo, Palácio de Queluz, 6 /01/1796”.

o conhecimento detalhado da vida interna da fortaleza reforçam a hipótese de ser aquela missiva um subterfúgio utilizado pelo tenente para desacreditar seu inimigo. Inclusive, ela foi despachada através de outro desafeto do diretor, o línguá Luiz Caetano de Assumpção, que seguiu viagem para a Bahia. Ele era mulato, mas referido como “meu branco” pelo rei, ou pelo autor da carta que, utilizando esse idioma local, se fazia passar pelo rei. Luiz Caetano era escravo do diretor, mas, segundo este, anos antes, “mancomunado com o dito tenente”, tinha fugido “com a mulher”, e se refugiado sob a proteção do rei do Daomé.<sup>24</sup> Nesse contexto, Luiz Caetano tinha todo o interesse em fugir do Daomé e contribuir para a derrocada do seu ex-senhor.

De fato, Amaral conseguiu o seu objetivo. O governador da Bahia disse ignorar se a carta 3, dirigida à rainha, continha queixas contra Fonseca e Aragão, “mas no caso que assim seja, como presume o mesmo diretor na carta que me escreve [...] está dada para o futuro a providência, por se achar Manoel de Basto Varella Barca para lhe suceder naquele emprego”.<sup>25</sup> Do seu lado, o secretário de Estado, Luiz Pinto de Souza Coutinho, “vendo que o tenente-diretor [Amaral] se acha mui valido do dito rei”, julgou preferível manter Amaral no seu cargo “para não escandalizar”.<sup>26</sup> Assim, a sorte de Fonseca e Aragão, já definida em outubro de 1795, seria sancio-

<sup>24</sup> APEB, maço 193, “Francisco Antônio da Fonseca e Aragão ao governador da Bahia, Uidá, 11/04/1795”; Verger, *Fluxo*, p. 234, 266; cf. APEB, maço 135, “Fernando José de Portugal a Luiz Pinto de Souza Coutinho, 21/10/1795”, f. 85. O governador da Bahia especifica que Luiz Caetano “foi cativo do Coronel Antonio Cardozo dos Santos”. Após a sua missão de 1795, a rainha lhe concedeu a Ordem de São Tiago da Espada: Verger, *Fluxo*, p. 270; cf. BNRJ, 563. Quando esteve em Lisboa, em 1795, ele foi um dos entrevistados por Mendes. Anos depois, em 1806, esse autor informava que Caetano tinha “retornando para Daomé, hoje é ainda vivo, está sendo intérprete dos portugueses perante o rei”: Luiz Antonio de Oliveira Mendes, “Memória histórica sobre os costumes particulares dos povos africanos, com relação privativa ao reino de Guiné, e nele com respeito ao rei de Daomé, recitada, em 23 de maio de 1806, na Academia Real das Ciências de Lisboa”, *Afro-Ásia*, n. 28 (2002), p. 281.

<sup>25</sup> AHU, CU, Bahia, cx 83, doc. 16.143 (FCA-PRDH, CD 12), “Offício do governador D. Fernando José de Portugal para Luiz Pinto de Souza Coutinho no qual lhe participa ter recebido dois emissários do Rei Dahomé [...] 21/10/1795”. Também citado por Verger, *Fluxo*, p. 266. Manoel de Bastos Varela Pinto Pacheco (Barca só aparece na correspondência inicial do governador) foi nomeado por decreto para o cargo de diretor da fortaleza de Ajuda em 15 de setembro de 1795: APEB, maço 94, “D. Rodrigo de Souza Coutinho, Palácio de Queluz, 17/02/1801”, f. 9; Verger, *Fluxo*, p. 253, n. 65.

<sup>26</sup> BNRJ II- 34, 2, 20, “Luiz Pinto de Souza ao governador da Bahia - D. Fernando José de Portugal, Palácio de Queluz, 5/01/1796.”



onada pelo príncipe d. João em janeiro de 1796.<sup>27</sup> Contudo, Fonseca e Aragão permaneceu em Uidá, provavelmente ainda exercendo suas funções de diretor, até sua morte em 6 de fevereiro de 1797. Nesse momento, a diretoria foi assumida, interinamente, pelo tenente Amaral.<sup>28</sup> Infelizmente desconhecemos as razões da inimizade entre o tenente Amaral e o diretor Fonseca e Aragão, mas não seria improvável que assuntos relacionados com o tráfico de escravos estivessem envolvidos. Ao se aliar com o rei do Daomé, Amaral talvez apostasse em tirar proveito de uma nova configuração do trato de gente nos moldes desejados pela liderança daomeana.

Mas voltemos aos embaixadores, ou os “lerins” (*lari*) como os chamava Oliveira Mendes, que escreveu sobre essa missão em 1806.<sup>29</sup> Eles chegaram a Lisboa na corveta *Nossa Senhora da Gloria e Santa Anna*, em alguma data anterior a 5 de janeiro de 1796.<sup>30</sup> Após as formalidades da entrega da carta e o “papel” à rainha e ao príncipe, os embaixadores foram catequizados e batizados com os nomes de d. Manoel Constantino Carlos Luiz e de d. João Carlos de Bragança, este apadrinhado pelo próprio príncipe. Tratava-se de um protocolo de submissão repetidas vezes acontecido em tais circunstâncias. D. Manoel veio a falecer de um resfriado, no rigoroso inverno de Lisboa em 1º de fevereiro daquele ano,<sup>31</sup> enquanto d. João Carlos e o língua Luiz Caetano regressaram à Bahia na mesma corveta *Nossa Senhora da Gloria*. De fato,

<sup>27</sup> BNRJ II- 34, 2, 20, “Dom João (em nome de sua mãe d. Maria) ao rei Agonglo, Palácio de Queluz, 6/01/1796”. O governador da Bahia já tinha recebido queixas, em 1790, do capitão Caetano José da Rocha, morador na Bahia, querendo abrir uma ação crime contra Fonseca e Aragão. Em 1792 e 1793, negociantes franceses de Nantes reclamavam seis cativos do diretor em Uidá pela venda fraudulenta de um batelão: AHU, CU, Bahia, cx 72, doc. 13.962-963 (FCA-PRDH, CD 10); cx 76, doc. 14.838 (CD 11); cx 79, doc. 15.326 (CD 12).

<sup>28</sup> APEB, maço 193, “Francisco Xavier Álvares do Amaral ao governador da Bahia, Uidá, 27/02/1797”.

<sup>29</sup> Mendes, “Memória”, p. 281. A palavra fon *lari* vem do iorubá *ilari*. Em ambos os casos designa os mensageiros do rei. No Daomé eram também chamados de “meia cabeça” por levar a metade do crânio raspada.

<sup>30</sup> BNRJ II- 34, 2, 20, “Dom João (em nome de sua mãe d. Maria) ao rei Agonglo, Palácio de Queluz, 6/01/1796” (anexo).

<sup>31</sup> BNRJ II- 34, 2, 20, “Rainha d. Maria ao rei Agonglo, Palácio de Queluz, 19/02/1796”. Verger, *Fluxo*, p. 269. D. Manoel Constantino seria tio de Adandozan e, portanto, irmão de Agonglo: AHU, CU, Bahia, cx. 212, doc. 14.964 (FCA-PRDH, CD 13), “Carta do padre Vicente Ferreira Pires a d. Rodrigo de Sousa Coutinho, 20/01/1799”.

meses depois, em 29 de dezembro de 1796, seria essa corveta que levaria o embaixador sobrevivente de volta à Costa da Mina, mas não sem antes causar alguma dor de cabeça ao governador da Bahia.<sup>32</sup>

Em 8 de abril de 1797, dois anos após sua partida, o embaixador desembarcava na praia de Uidá.<sup>33</sup> Ia sem boas notícias para seu rei no que dizia respeito a qualquer tipo de promessa comercial vantajosa para o Daomé. Mas, agora batizado, levava para o reino o que talvez acreditasse serem boas novas do reino espiritual. Por disposição da rainha d. Maria, viajou com d. João Carlos uma missão apostólica composta pelos padres Vicente Ferreira Pires e Cipriano Pires Sardinha, com o objetivo de catequizar e “reduzir ao Cristianismo” o rei Agonglo.<sup>34</sup> Partindo de Lisboa, e provavelmente embarcado no castelo de São Jorge de Elmina no mesmo navio, vinha também o novo diretor da fortaleza portuguesa, Manoel de Bastos Varela Pinto Pacheco, o substituto de Fonseca, falecido dois meses antes.<sup>35</sup> Estes serão alguns dos protagonistas envolvidos na produção e envio das cartas 4, 5, 6 e 7 aqui publicadas.

## As cartas de Adandozan

Poucos dias após a chegada dos missionários em Abomé, o rei Agonglo foi envenenado, segundo alguns por causa da pretendida conversão ao catolicismo, vindo a falecer em 30 de abril de 1797. A tentativa de golpe de estado foi liderada por um irmão do rei, referido como Acovi,<sup>36</sup>

<sup>32</sup> Sobre as pretendidas núpcias do embaixador, as dificuldades para achar um navio de volta e um acidente com o língua Luiz Caetano: Lesa, *Viagem*, pp. xxxix-xl; Verger, *Fluxo*, pp. 270-71; cf. APEB, maço 81 [interditado para consulta], “Carta do embaixador do rei do Dahome. Pedido para casar-se. Palácio de Queluz, 3/04/1796” f. 21; AHU, CU, Bahia, cx. 86, doc. 16.780 (FCA-PRDH, CD 13) 31/12/1796. “Offício do governador D. Fernando José de Portugal para d. Rodrigo de Souza Coutinho, em que se refere as reparações da Fortaleza de Ajudá, aos embaixadores do Rei de Dagomé, as exigências e ao regresso ao seu país, Bahia, 31/12/1796”.

<sup>33</sup> Pires, *Viagem*, p. 25. Sobre o comportamento do embaixador após seu retorno: APEB, maço 193, “Manoel Bastos Varela Pinto Pacheco ao governador da Bahia, Uidá, 22/06/1797”.

<sup>34</sup> Verger, *Fluxo*, p. 270; cf. BNRJ, 563. Ver também a carta 9.

<sup>35</sup> O governador da Bahia comunica ter mandado pagar os soldos do diretor Varela “desde o dia em que embarcara em Lisboa”, Bahia 25/02/1797: AHU, CU, Bahia, cx. 88, doc. 17.174 (FCA-PRDH, CD 13). Porém, como vimos, ele foi nomeado para o cargo em 15 de setembro de 1795.

<sup>36</sup> Varela traduz o termo como “nome que dão aos irmãos e tios do rei” e, efetivamente, o conspirador parece ter sido um irmão de Agonglo. Porém, etimologicamente, Pires (*Viagem*, pp. 85, 136) está mais certo ao traduzir *accovis* como “filhos do rei”, pois o sufixo *vi* significa “filho de”, no caso, do *ako*, a linhagem ou clã. Nesse contexto, *akovis* parece referir a um membro da família real, um príncipe.

mas foi controlada pelos ministros migam e mehu que conseguiram entronizar Adandozan, segundo filho de Agonglo, naquele momento com aproximadamente 20 anos. O primogênito, que inicialmente tinha renunciado ao trono por um defeito físico no pé, tentou também assaltar o palácio, mas a revolta foi sufocada e os potenciais concorrentes eliminados ou escravizados e vendidos em Uidá.<sup>37</sup> No contexto dessa turbulenta sucessão palaciana, a missão apostólica foi um fracasso total, como tantas outras no passado.<sup>38</sup> Adandozan logo afastou os padres da corte, com promessas dissuasórias, mandando-lhes “escrever o que deveria seguir e estudar para se batizar” o que, claro, nunca fez. O padre Cipriano, atacado pelas febres, faleceu em 20 de junho, e o padre Pires, que também passou a maior parte do tempo doente, teve que antecipar o regresso.

É quase certo que ele foi quem levou para a Bahia as cartas 4, 5, 6 e 7. As três primeiras são dirigidas ao príncipe d. João, enquanto a 7 está dirigida ao governador da Bahia. Embora nenhuma delas esteja datada, a menção aos missionários permite supor que foram escritas pouco antes da partida de Pires, no início de novembro de 1797. Na sua *Viagem de África em o reino de Dahomé*, Pires conta que, antes de abandonar Abomé, em 10 de junho, Adandozan lhe prometera entregar em Uidá as “vias reais”, dirigidas ao príncipe de Portugal, e que, alguns dias após o falecimento do padre Sardinha, o mehu ou primeiro ministro lhe trouxera as ditas missivas até Uidá.<sup>39</sup> Porém, quando dois anos depois, em 1799, o governador da Bahia, Francisco José de Portugal, recebeu de Lisboa as cartas 4, 5, 6 para emitir seu parecer, na sua resposta informava que as cartas “do Príncipe Dagome são muitas da própria letra do Padre Vicente Ferreira Pires”.<sup>40</sup>

Verger nota a diferença de estilo e conteúdo entre a carta 4 e as 5

<sup>37</sup> Para relatos contemporâneos do envenenamento de Agonglo e a entronização de Adandozan: Pires, *Viagem*, pp. 77-80; APEB, maço 193, “Manoel Bastos Varela Pinto Pacheco ao governador da Bahia, Uidá, 22/06/1797”. AHU, CU, Bahia, cx. 212, doc. 14.964 (FCA-PRDH, CD 13) “Carta do padre Vicente Ferreira Pires a d. Rodrigo de Sousa Coutinho, 20/01/1799”.

<sup>38</sup> Ver Robin Law, “Religion, Trade and Politics on the ‘Slave Coast’: Roman Catholic Missions in Allada and Whydah in the Seventeenth Century”, *Journal of Religion in Africa*, v. 21, n. 1 (1991), pp. 42-77.

<sup>39</sup> Pires, *Viagem*, pp. 121-122. Pires também informa que o rei lhe entregou um pano para o príncipe. Para a morte do padre Sardinha: APEB, maço 193, “Manoel Bastos Varela Pinto Pacheco, Uidá ao governador da Bahia, 4/10/1797”.

<sup>40</sup> APEB, maço 139, “Fernando José de Portugal a Rodrigo de Souza Coutinho, Bahia, 18/12/1799”, f. 248; Verger, *Fluxo*, pp. 238-9.

e 6. A primeira pede armas (pólvora, espingardas e espadas) e artigos de prestígio (uma carruagem, peças de seda, chapéus, cadeiras, frascos para bebidas e outros objetos de luxo) e traduziria os desejos de um régulo africano, pois eram essas as coisas que normalmente solicitariam: armas para guerrear e objetos para ostentar, destacar e diferenciar sua persona régia frente a seus súditos. Já as outras duas permeiam os interesses do padre Pires, a 5 justificando a impossibilidade da catequese pela morte do rei, e a 6 expressando as queixas contra Bastos Varela, o novo diretor da fortaleza. Comparando a gramática e a ortografia relativamente corretas dessas duas missivas, com o estilo “execrável” do relato de Pires, Verger levanta a hipótese de terem sido ditadas pelo tenente Amaral que, mais uma vez, estaria por trás das intrigas contra o novo diretor.<sup>41</sup>

O argumento de Verger resulta bastante persuasivo, cabendo apenas observar que as cartas 4, 5 e 6 que o governador da Bahia recebeu de Lisboa em 1799 eram provavelmente as *cópias* atualmente depositadas no APEB. Sendo cópias, parece difícil que fossem “da própria letra” do padre Pires, se bem é verdade que a caligrafia delas, sem ser exatamente a mesma, se assemelha à dele.<sup>42</sup> Por outro lado, como foi dito, o que parece ser os originais dessas três cartas (preservadas no AHU), e aquela encaminhada ao governador (7), são todas do mesmo escrivão e, com certeza, não se trata da caligrafia de Pires.

Seja como for, a discórdia entre Pires e Bastos Varela vinha de longe. O padre denunciava a insensibilidade do diretor ao negar-lhe auxílio e dinheiro quando doente. Varela sustentava que as moléstias daquele eram “todas por ser muito guloso”, sofrendo de indigestão, e que gastava além da sua mesada, causando prejuízo à fazenda real. Varela recusou pagar uma passagem de navio muito cara, o que o padre interpretou como impedimento para o seu embarque para a Bahia (carta 6). Em revanche, negou-se a celebrar a missa na fortaleza, e Varela, em retaliação, lhe suspendeu a mesada. Em 28 de agosto, o padre Pires “fugiu” para ao rei para dar queixa da situação. A produção da missiva

<sup>41</sup> Verger, *Fluxo*, pp. 240, 242-3. Sobre o aspecto literário e gramatical de Pires ver Lessa, *Viagem*, pp. xvii-xviii.

<sup>42</sup> Contudo, Pires chegou em Lisboa em 7 de julho de 1799 (Lessa, *Viagem*, p. 147) e poderia ter sido encarregado com a produção das cópias.

6, com referência à visita de Pires em Abomé, em 9 de setembro, deve situar-se nesse contexto.<sup>43</sup>

Pires finalmente embarcou, em 29 de outubro de 1797, na corveta *S. João Nepomuceno*, do mestre Luiz Lopes Anjo, com destino à Bahia, levando, além das cartas, dois grandes panos “da costa” e quatro dentes de elefante.<sup>44</sup> No seu relato o sacerdote narra o ataque de corsários franceses na véspera da sua partida, ataque que realmente a corveta sofreu, só que com alguns meses de antecedência, em 17 de agosto. Obviamente, Pires teve conhecimento do incidente e o fez coincidir com a data da sua partida, para conferir maior dramaticidade a sua história.<sup>45</sup> Essa alteração permite relativizar a confiabilidade da narrativa de Pires e reforça a hipótese de as cartas 5 e 6 terem sido escritas respondendo, não aos interesses de Adandozan, mas ao do seu mensageiro envolvido na micro-política da fortaleza portuguesa.

A carta 7 é inédita e está dirigida ao governador da Bahia. O rei agradece pelo “bom tratamento e grandeza com que recebeu *o meu* embaixador, segundo me informarão os padres.” A referência a “meu” embaixador permitiria supor que o autor da missiva fosse o rei Agonglo, responsável pela embaixada de 1795, escrevendo pouco depois de receber os missionários, antes da sua morte. A assinatura de “Adanruzâ” não permite afirmar que fosse Adandozan, pois Adanruzâ (Adarunzá, Adandouza etc.) era um nome genérico utilizado pelos reis frente aos estrangeiros. Assim, Agongolo era conhecido como Adanruzâ VIII e Adandozan como Adanruzâ IX.<sup>46</sup> Contudo, a referência aos “padres”

<sup>43</sup> Para a versão do padre: Pires, *Viagem*, pp. 122-23. Para a versão do diretor: APEB, maço 193, “Manoel Bastos Varela Pinto Pacheco ao governador da Bahia, Uidá, 4/10/1797”.

<sup>44</sup> Pires, *Viagem*, p. 138. AHU, CU, Bahia, cx. 212, doc. 14.964 (FCA-PRDH, CD 13) “Carta do padre Vicente Ferreira Pires a d. Rodrigo de Sousa Coutinho, 20/01/1799”.

<sup>45</sup> Devido à incongruência das datas, Verger (*Fluxo*, p. 241) duvida da viagem de Pires a Abomé em setembro, mas a correspondência de Varela confirma tanto os ataques dos corsários franceses, seguida da revolta de alguns oficiais portugueses, como a viagem do padre a Abomé: APEB, maço 193, “Manoel Bastos Varela Pinto Pacheco ao governador da Bahia, Uidá, 27/09/1797; 4/10/1797”. Para a versão de Pires, *Viagem*, pp. 138-40. A corveta *S. João Nepomuceno* partiu de Uidá em 1º de novembro de 1797, ficando em São Thomé entre 4 e 29 de dezembro de 1797, e chegando a Itaparica em 5 de fevereiro de 1798.

<sup>46</sup> Pires, *Viagem*, p. 77. O primeiro Adanruzâ (grafado Adarunzá por Pires) seria o rei (Dakodonu ou Huegbaja) que matou a Dan e construiu o palácio Daomé. Assim “todos os reis têm por legítima obrigação o nome de Adarunzá”. O povo chamava o rei de Dada (pai, ou grande-pai).

indica que a carta foi escrita a partir de abril de 1797 e que viajou para a Bahia junto com as outras três (4, 5 e 6). Se a carta 4, dirigida ao príncipe d. João, solicitava bens de prestígio e armas, a número 7, dirigida ao governador, solicitava os produtos comerciais da Bahia (tabaco e aguardente, além de cachimbos e vinho da Madeira), imprescindíveis na compra de cativos. A carta reiterava o velho pedido de intensificar o comércio em Uidá, mas com um curioso acréscimo: o rei solicitava um tinteiro, indicando a importância da escrita na corte africana.

Lessa insinua que as intrigas de Pires, em colaboração com o tenente Amaral, teriam predisposto negativamente Adandozan contra Bastos Varela.<sup>47</sup> Conforme indica a carta 12, o desafeto do rei respondia a vários outros motivos (adulteração da aguardente, uso de bandeiras para afastar os navios portugueses para outros portos, maltrato aos capitães etc.). Aproveitando da fraca defesa do forte, em 24 de junho de 1799, Bastos Varela foi preso, despido, amarrado e embarcado na corveta *Flores* com destino à Bahia. O almoxarife José Joaquim Marques da Graça foi nomeado pelo próprio Adandozan como sucessor interino.<sup>48</sup> Acompanhando o ex-diretor ia a carta 8, sem data, mas obviamente escrita antes da expulsão. Neste caso, a autoria ou voz da missiva, dando conta das queixas contra o oficial português ao príncipe d. João, parece corresponder ao próprio rei daomeano.

Menos de três meses depois, em 4 de setembro de 1799, o cabeceira Biom trazia de Abomé à fortaleza de Ajudá, por ordem do rei, “um saco de cartas” dirigidas ao governador da Bahia, e instruções para a expulsão do cirurgião Jose Alves de Souza, que tinha sido nomeado interinamente como almoxarife após o desterro de Varela.<sup>49</sup> Infelizmente o conteúdo desse “saco de cartas” foi extraviado.

<sup>47</sup> Lessa, *Viagem*, p. 157. O governador Portugal sugere que o conflito de Adandozan com Varela talvez resultasse das intrigas do tenente Amaral e do padre Pires: Verger, *Fluxo*, pp. 242-43; cf. APEB, maço 138, f. 193.

<sup>48</sup> APEB, maço 193, “José Joaquim Marques da Graça ao governador da Bahia, Uidá, 25/07/1799”. Marques da Graça também escrevia à rainha d. Maria informando da sua nomeação: AHU, CU, Bahia, cx 101, doc. 19.718 (FCA-PRDH, CD 15). A corveta *Flores do mar* consta na nova versão do banco de dados online (coordenado por David Eltis), *The Slave Trade Database* (doravante TSTD2), n. 51332. A expulsão de governadores europeus de Uidá tinha acontecido com o governador francês em 20 de julho de 1789: APEB, maço 193, “Francisco Antônio Alfonseca e Aragão ao governador da Bahia, Uidá, 7/08/1789”.

<sup>49</sup> APEB, maço 193, “José Joaquim Marques da Graça ao governador da Bahia, Uidá, 5/09/1799”. O saco de cartas teria sido transportado à Bahia pelo mestre Ignácio Peixoto de Campos, no *Lepos* (TSTD2, n. 47549).

**Tabela 2: Responsáveis pelo forte de São João Batista de Ajuda, 1782-1810**

Nome	Período	Cargo	
Francisco Antônio da Fonseca Aragão	1782 - 06/02/1797	Diretor	morte
Francisco Xavier Álvares do Amaral	06/02/1797 - 08/04/1797	Tenente, interino	substituído
Manoel Bastos Varela Pinto Pacheco	08/04/1797 - 24/06/1799	Diretor	expulso
José Joaquim Marques da Graça	25/06/1799 - 9/10/1799	Almoxarife, interino	substituído
José Ferreira Araújo	9/10/1799 – c. 09/1801	Tenente, interino	morte
José Joaquim Marques da Graça	05/09/1801 - 09/1803	Tenente, interino	expulso
Jacinto José de Souza	03/02/1804 - 08/1804	Diretor	morte
Francisco Xavier Rodrigues da Silva	08/1804 – c. 10/1810	Almoxarife	
Francisco Felix de Souza		Escrivão	

Em 9 de outubro de 1799, o governador da Bahia nomeava José Ferreira de Araújo como tenente da feitoria, após o posto ficar vago com a morte de Amaral.<sup>50</sup> A “carta 12”, com seu caráter de memória, esclarece vários aspectos da política interna do forte português nessa virada de século. O tenente Araújo teria assumido interinamente a direção da fortaleza do início de 1800 até 1801. Ainda segundo a mesma fonte, a brevidade do mandato se deveu às doenças locais e as intrigas contra ele do almoxarife e do novo cirurgião, que teriam acelerado o processo.<sup>51</sup> Desse

<sup>50</sup> AHU, CU, Bahia, cx 111, doc. 21.885 (FCA-PRDH, CD 17), “Carta patente pela qual o governador d. Fernando José de Portugal nomeou José Ferreira de Araújo Tenente da Fortaleza de S. João de Ajudá, posto que vagara por falecimento de Francisco Xavier Álvares do Amaral, Bahia, 9/10/1799”. José Ferreira foi confirmado no posto em 18 de março de 1800. Batizado na Sé da Bahia em 27 de setembro de 1766, era filho de Luciano Ferreira de Araújo, ex-tenente da fortaleza (idem, doc. 21.887-21.893). Fez carreira militar e antes de virar tenente foi cabo e furriel do Regimento de Infantaria de Linha. A morte de Araújo aconteceu antes de setembro de 1801: AHU, CU, Bahia, cx 119, doc. 23.446 (FCA-PRDH, CD 19), “Carta patente pela qual o governador D. Fernando José de Portugal nomeou Joaquim Marques da Graça tenente da Fortaleza de S. João de Ajudá, posto que vagara por falecimento de José Ferreira de Araújo, Bahia, 5/09/1801”.

<sup>51</sup> Verger, *Fluxo*, p. 244, diz que José Ferreira de Araújo foi expulso, mas a carta 12 informa que ele faleceu no Daomé de “carneirada” (malária) e dos remédios ministrados pelo almoxarife e o novo cirurgião, chegado com o tenente no início de 1800. O cirurgião anterior, José Alves Souza, este sim fora expulso, em setembro de 1799: APEB, maço 193, “José Joaquim Marques da Graça ao governador da Bahia, Uidá, 5/09/1799”.



modo, Marques da Graça teria recuperado o controle da fortaleza, inclusive contra a vontade de Adandozan, após receber de Lisboa a patente de tenente, em 5 de setembro de 1801.<sup>52</sup> Conforme denuncia Adandozan na carta 9, o almoxarife, recém-ascendido a tenente, continuou seus excessos, tentando sabotar o comércio em Uidá, o que lhe valeu finalmente o mesmo destino de Varela. Por volta de setembro de 1803, ele foi expulso do Daomé por Adandozan e levado de volta à Bahia pelo capitão Manoel Duarte da Silva (carta 12).<sup>53</sup>

Em 3 de fevereiro de 1804, o novo governador da Bahia, Francisco da Cunha Menezes, nomeava Jacinto José de Souza, ajudante do 4º regimento de milícias da Bahia, para exercer o governo da fortaleza, mas, poucos meses depois ele morreria.<sup>54</sup> Assumiu em seu lugar o almoxarife Francisco Xavier Rodrigues da Silva (carta 12), auxiliado por seu escrivão, Francisco Felix de Souza, que alguns identificam como o irmão de Jacinto José.<sup>55</sup> A partir desse momento, as autoridades portuguesas se desinteressam pelo destino da fortaleza que, como veremos mais adiante, passaria a ser paulatinamente controlada por Francisco Felix de Souza.

Além de esclarecer vários aspectos da complexa cadeia de sucessão na fortaleza portuguesa, as cartas permitem datar e fornecer nova informação sobre alguns conflitos e guerras locais, e algumas das suas vítimas, especialmente portuguesas. Entre o fim de 1802 e início de 1803, por exemplo, houve um ataque das tropas de Porto Novo – com o

<sup>52</sup> AHU, CU, Bahia, cx 119, doc. 23.446 (FCA-PRDH, CD 19), “Carta patente pela qual o governador d. Fernando José de Portugal nomeou Joaquim Marques da Graça tenente da Fortaleza de S. João de Ajudá, posto que vagara por falecimento de José Ferreira de Araújo, Bahia, 5/09/1801”.

<sup>53</sup> Consta nas viagens desse capitão uma com chegada na Bahia em 29 de novembro de 1803: TSTD2, n. 47745. Se calcularmos uma média de dois meses para a viagem, isso significaria que Marques da Graça foi expulso de Uidá por volta de setembro de 1803.

<sup>54</sup> AHU, CU, Bahia, cx 131, doc. 25.803 (FCA-PRDH, CD 21), “Ofício do governador Francisco da Cunha Menezes para o visconde de Anadia, em que participa ter o Rei de Dagomé expulsado o Diretor interino da Fortaleza de S. João de Ajudá José Joaquim Marques da Graça, e ter nomeado o Ajudante Jacinto José de Sousa para exercer o governo da mesma fortaleza. Bahia 20/02/1804”. Nessa carta se especifica a data da nomeação em 3 de fevereiro de 1804: Verger, *Fluxo* 245. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* (doravante *ABNRJ*), v. 97 (1977), p. 195, F.G. 4.430, cópia, letra do séc. XIX, f. 152. “1804 - Agosto 31-Bahia. Portaria de Francisco da Cunha Menezes [...] ordenando que dê a quantia de 6 mil reis por mês a D. Rosa Maria Rita, viúva do ajudante Jacinto José de Sousa”.

<sup>55</sup> Akinjogbin, *Dahomey*, p. 197; Verger, *Fluxo*, p. 245; Silva, *Francisco*, p. 19.

apoio de Popo e a pólvora do capitão baiano Felix da Costa Lisboa – a Abomé Calavi, em território daomeano (carta 12).<sup>56</sup> Durante esse conflito, na fortaleza de Uidá, o tenente Marques da Graça desviava os navios portugueses para Porto Novo, gerando o já mencionado aborrecimento de Adandozan (cartas 9, 12). Em março de 1803, se produziu um ataque daomeano a Badagri, onde foram aprisionados alguns marinheiros portugueses da corveta *Nossa Senhora do Socorro*.<sup>57</sup> No ano seguinte, em 7 setembro de 1804, um novo ataque a Porto Novo fez vários cativos da corveta *Diana* (cartas 10, 11, 12).

No contexto desses conflitos, foi enviada uma nova embaixada para reforçar os laços comerciais com Portugal, levando as cartas 10 e 11. A primeira dirigida ao governador da Bahia, datada de 14 de novembro de 1804, apresenta a embaixada e solicita a sua rápida expedição para Lisboa. A segunda, dirigida ao príncipe d. João, datada de 20 de novembro, é mais densa em conteúdos. Adandozan justifica as expulsões dos dois diretores da fortaleza portuguesa (Bastos Varela e Marques da Graça) alegando que, embora tenham sido realizadas em seu nome, ele ainda não estava em pleno uso de sua autoridade. Relata a guerra contra Porto Novo e solicita que, para evitar mais prejuízos ao comércio português, todos seus navios se dirijam a Uidá. Em contrapar-

<sup>56</sup> A narrativa da carta 12 deixa claro que o ataque a Abomé Calavi foi anterior à guerra na praia de Badagri, que aconteceu no início de março de 1803 (ver nota 57). Segundo o TSTD2 (n. 51373), o capitão Félix da Costa Lisboa saiu da Bahia em 2 de agosto de 1802, ficando na Costa da Mina até o 18 de julho de 1803, o que situaria o ataque a Abomé Calavi entre o final de 1802 e o início de 1803. Outras versões falam de ataques anteriores: Akindele e Aguessy mencionam um ataque de Porto Novo a Godome (Jaquin) e Agbome-Kpevi (Abome Calavi) nos tempos dos reis Gbenyon (1761-75) e Tegbessu (1740-1774): A. Akindele e C. Aguessy, “Contribution à l’étude de l’histoire de l’ancien royaume de Porto-Novo”, *Mémoire de l’Institut Français d’Afrique Noire*, n. 25, Dakar, IFAN (1953), p. 72. Person data um ataque entre 1798 e 1800, durante a suposta minoridade de Adandozan: Yves Person, “Chronologie du royaume gun de Hogbonu (Porto-Novo)”, *Cahiers d’Études Africaines*, v. 15 n. 58 (1975), pp. 224-5.

<sup>57</sup> A carta 12 afirma que foi capturado um piloto e um barqueiro do navio do capitão José da Silva Sena. Por outro lado, sabemos que um piloto [Manoel da Silva Jordão] e um barqueiro [Manoel de Magalhães] foram aprisionados na corveta *Socorro* em Badagri: APEB, maço 142, fl. 499. Por sua vez, o TSTD2 (n. 51379) registra uma viagem do capitão José da Silva Sena com o bergantim *N. S. da Conceição do Socorro*, saindo da Bahia em 4 de agosto de 1802, deixando a costa africana em 16 de março de 1803, e chegando à Bahia um mês depois, em 17 de abril de 1803. Portanto, podemos inferir que o aprisionamento em Badagri aconteceu antes de 16 de março de 1803.

tida, oferece a exploração de minas de ouro inexistentes. Pede não apenas armas, mas pessoal que possa fabricá-las, assim como a habitual lista de bens de prestígio.

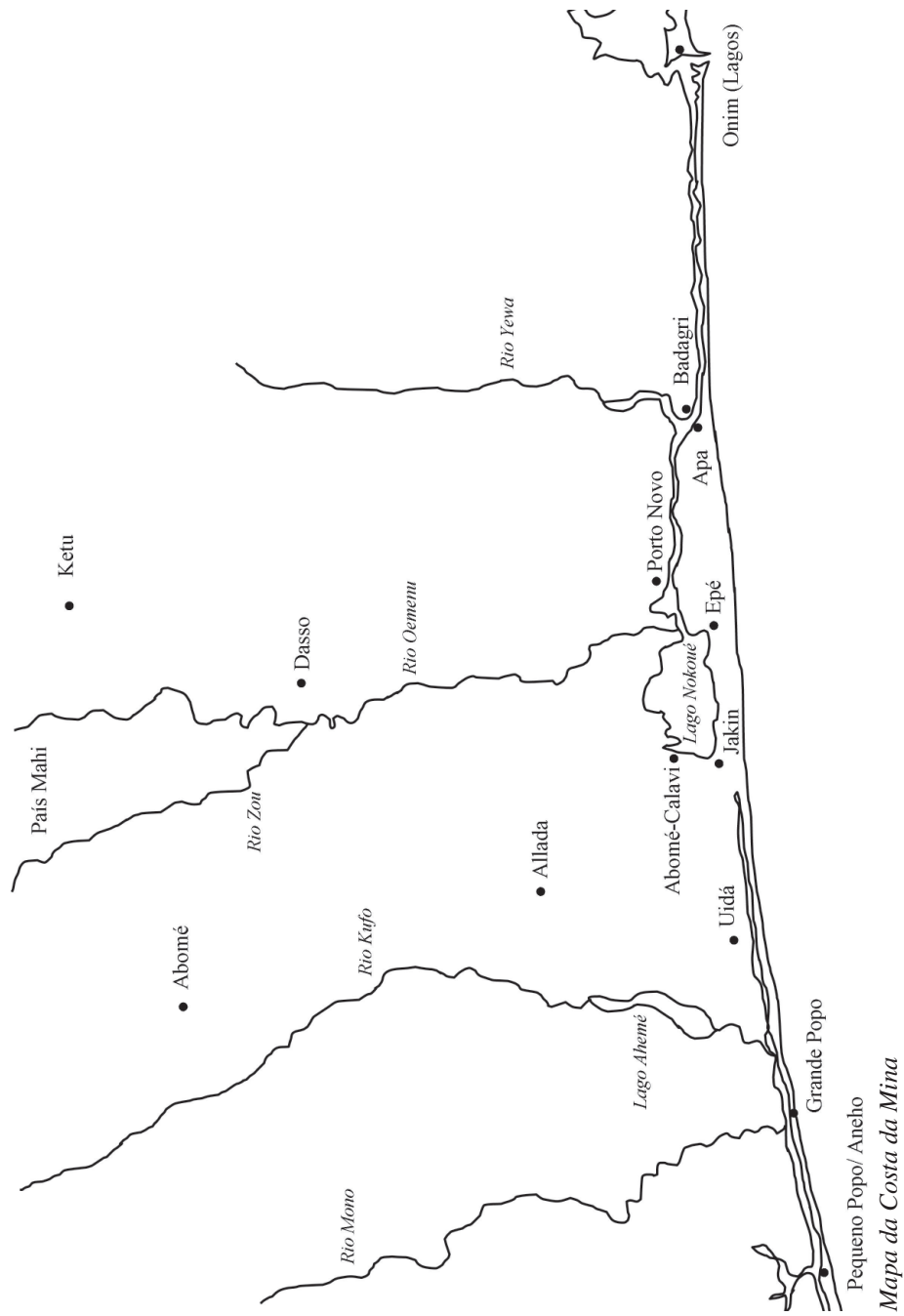
Esta carta também faz referência a diversos usos locais, como os rituais envolvidos na sucessão e práticas religiosas, como os sacrifícios humanos utilizados para enviar recados aos ancestrais. Adandozan invoca, no início, os deuses Voro Poci, cita repetidas vezes ao “seu” deus Legba e se refere a “sua” religião, que “tudo me concedeu”. Essa ênfase nas práticas autóctones do vodum contrasta com a carta 13, escrita seis anos depois, na qual ele solicita – talvez apenas numa tentativa de atrair a simpatia do príncipe português – o envio de padres e de material para a construção de uma capela católica em Abomé. A carta de 1804, no seu tom pessoal e direto, expressa claramente a voz de Adandozan e não deixa dúvidas quanto a sua autoria. Porém, esta é a carta cujo último parágrafo, como já foi dito, expressa a voz do escrivão, se queixando do seu cativo e solicitando ao destinatário que o resgate.

A carta 11 talvez fosse também uma reação a outra, escrita dois dias antes, em 18 de novembro, pelo rei Hypo [Huffon] de Porto Novo ao príncipe português pedindo um engenheiro para abrir um canal da lagoa que corre paralela ao litoral até o mar, para impedir a passagem do exército daomeano e o aprisionamento de “oficiais e barqueiros dos portugueses”, em clara referência aos recentes prisioneiros do *Diana*. Huffon também comenta a abundância de cativos “ayonos e males” no seu reino, indicando as consequências do *jihad* fulani lançado contra os haussás em 1804, e os crescentes problemas internos do reino de Oyó.<sup>58</sup>

O problema dos cativos portugueses vinha se alastrando desde os tempos do rei Kpengla e era, junto com a expulsão dos oficiais da fortaleza de Ajudá, um dos principais entraves diplomáticos entre o Daomé e Portugal. Por isso aparece de forma recorrente na correspondência. Desde fins da década de 1780, o diretor Fonseca e Aragão solicitava

---

<sup>58</sup> AHU, São Tomé (1804), cx. 37, doc. 29, fl. 12, “Rei Hypo a Dom João, Ardra 18/11/1804”. Os “ayonos” seriam os oyós, e os “malês” os haussás (e uns poucos fulanis). Estes são vítimas do *jihad*. Os oyós eram vítimas de conflitos internos (a revolta de Afonjá e outros ligados à sucessão de Abiodun e o caótico reinado de Awole, a guerra a Ifé, seguido do interregno sem alafin).



reiteradamente à Bahia orientação sobre como proceder com os prisioneiros.<sup>59</sup> Um dos objetivos da missão dos padres Pires e Sardinha, em 1797, era convencer a Agonglo a libertar esses cativos. Segundo Pires, o rei teria aceitado a proposta, mas a ascensão de Adandozan trancou esse projeto. O novo rei, ainda segundo o padre, alegava que a manutenção dos prisioneiros era uma garantia para assegurar o envio de navios portugueses ao seu reino.<sup>60</sup> Na carta 11, porém, ele justifica o aprisionamento como dano colateral da guerra contra Porto Novo, sugerindo que para evitá-lo bastava transferir o comércio para seu porto.

Um dos cativos do *Diana* era o pardo Inocência Marques Santana, natural da Bahia. Após ter sido preso, ele conseguiu persuadir o rei Adandozan de que vinha de São Thomé como embaixador com cartas para d. João, e que podia ajudá-lo a negociar com os navios portugueses que ainda se encontravam em Porto Novo. Com essas artimanhas, e jurando solenemente pela bandeira portuguesa, conseguiu convencer o rei a enviá-lo como interprete, junto com os seus dois embaixadores, Maoci Inrethe e Vangaca, para Lisboa (carta 11). Ainda prometeu que havia de trazer um novo governador para a fortaleza (carta 12), indicando que, naquele momento, Jacinto José de Souza já tinha falecido.

Inocência Marques, os embaixadores e as cartas 10 e 11 zarparam para a Bahia a bordo do bergantim *Lepos*, do capitão Manoel Duarte da Silva, em 18 de dezembro de 1804, carregando 306 escravos. Após 65 dias de navegação, em 20 de fevereiro de 1805, aportaram em Salvador.<sup>61</sup> Na sua chegada, Inocência forneceu ao governador da Bahia uma lista dos marinheiros portugueses das corvetas *Socorro* e *Diana* que se achavam prisioneiros no Daomé.<sup>62</sup> No fim de março, os embaixadores,

<sup>59</sup> APEB, maço 193, “Correspondência da diretoria de Ajudá, 20/12/1787, 4/01/1788”.

<sup>60</sup> AHU, CU, Bahia, cx. 212, doc. 14.964 (FCA-PRDH, CD 13), “Carta do padre Vicente Ferreira Pires a d. Rodrigo de Sousa Coutinho, 20/01/1799”.

<sup>61</sup> APEB, maço 142, “Governador da Bahia ao visconde de Anadia, 15/03/1805”, f. 292v, 295. TSTD2, n. 51384: o bergantim *Lépos* foi o mesmo que levou a José Joaquim Marques da Graça a Bahia em 29 de novembro de 1803.

<sup>62</sup> APEB, maço 142, “Relação dos portugueses que se achão prisioneiros no territorio do Rey de Dagome na Costa da Mina”, fl. 499; idem, “Francisco Cunha Meneses governador da Bahia ao visconde de Analia, Salvador, 15/03/1805”, fl. 296-296v. A relação inclui: 1.- Inocência Marques Santana, pardo, da tripulação da corveta *Diana*; 2.- Manoel Luis, pardo, escravo do capitão do *Diana*; 3.- Manoel da Silva Jordão, branco, casado, piloto da corveta *Socorro*, aprisionado

o intérprete, um “condutor” chamado Joaquim José Machado e mais dois serventes negros, embarcaram para Lisboa.<sup>63</sup> Permaneceram na metrópole entre 15 de maio e 31 de julho, regressando a Salvador em agosto e embarcando de novo para Uidá em 14 de outubro.<sup>64</sup> Pressupondo um mês e meio de viagem eles devem ter pisado no solo africano em dezembro de 1805, um ano após zarparem.

A missão diplomática não teve muito sucesso, e o maior ganho foi o presente de seis cortes de sedas ofertado aos mensageiros. De Lisboa, em 30 de julho de 1805, o conselheiro de estado, visconde de Anadia, determinava que “entre as propostas do rei de Dagomé nenhuma parece atendível”, e aconselhava o governador da Bahia a dar esperanças de satisfazer seus pedidos somente quando libertasse os portugueses e restituísse “ao oficial que comandava em Ajudá [Varela] o que se lhe roubou”. Alegava que a falta de navios em Uidá se devia às “vexações” que aquele potentado fazia aos portugueses. Sugeria, porém, após conversas com Inocêncio Marques, atender ao pedido do rei Hufon de construção de um canal para proteger o comércio em Porto Novo. Mandava enviar os embaixadores de volta a Uidá e avisava que futuras embaixadas africanas fossem retidas na Bahia, para evitar as despesas de “missões, inúteis, como se prova pela experiência da que veio a Lisboa em 1795, antecedente à atual”.<sup>65</sup>

De toda a série, a “carta 12” é talvez a que mais contribui para a

---

em Badagri; 4.- Manoel de Magalhães, pardo, casado, barqueiro do *Socorro*; 5.- Domingos Braga, crioulo, preso em Badagri; 6.- Gonçalo de Christo, crioulo, forro, que se entregou voluntariamente aquele rei; 7.- Luiz Lisboa, escravo do capitão Felix da Costa Lisboa, que também se entregou voluntariamente àquele rei. Uma nota final informa: “O mesmo intérprete que fez esta declaração asseverou mais haverem outros muitos portugueses ali aprisionados dos quais ignora o número e os nomes”. Citado também por Verger, *Fluxo*, p. 273.

<sup>63</sup> APEB, maço 142, “Governador da Bahia ao visconde de Anadia, 15/03/1805”, f. 296. Verger, *Fluxo*, p. 272. A nomeação de Machado como acompanhante ocorreu em 12 de março de 1805: AHU, CU, Bahia, cx 138, doc. 27.447 (FCA-PRDH, CD 23). A embaixada viajou no navio *Espírito Santo*, do mestre José de Oliveira Guedes Travessa.

<sup>64</sup> BNRJ II- 34, 5, 4 “Visconde de Anadia ao [governador da Bahia], Palácio de Queluz, 31/07/1805, documentos anexos”. As despesas da estadia em Lisboa aumentaram a 1:619\$861 reis. Eles regressaram a bordo do bergantim *Aurora*, do capitão Manoel Jorge Martins: Verger, *Fluxo*, p. 274. No TSTD2, n. 51445, a viagem iniciou em 18 de setembro de 1805.

<sup>65</sup> BNRJ II- 34, 5, 4, “Visconde de Anadia ao [governador da Bahia], Palácio de Queluz, 30/07/1805”. Para a resposta do governador da Bahia a Adandozan, reclamando sobre os prisioneiros e ameaçando abandonar Uidá em favor de Onim: AHU, CU, Bahia, cx 138, doc 27.476 (FCA-PRDH, CD 23).

historiografia, pela sua natureza de crônica ou memória de eventos passados. Utilizei as aspas porque embora dirigido ao rei de Portugal, este documento não apresenta um formato epistolar convencional. Trata-se de quatro fólhos dobrados pela metade, formando um caderno de 16 laudas, não numeradas, quatorze delas escritas pela mesma mão. O texto não está datado e não tem abertura nem encerramento formal, porém há duas partes principais, separadas por meia lauda em branco, que iniciam com as expressões: “Satisfação que dou a meu irmão El Rey de Portugal” e “Representação que faço a meu irmão El Rey de Portugal”. A primeira parte conclui de forma abrupta e sem assinatura; a segunda carece também de despedida, mas tem um simulacro de assinatura “El Rei” e uma espécie de selo oval com a inscrição “Rey.D.Agomé”. Aliás, a primeira parte parece uma colagem de dois segmentos escritos em momentos diferentes, e talvez por autores diferentes. A segunda parte também apresenta um conteúdo independente, mas no seu conjunto os três fragmentos parecem organizados de forma coerente, abordando temas centrais da relação luso-daomeana. Uma hipótese é que se trate de uma cópia de documentos independentes que deviam ser justapostos para constituir uma carta formal, ou talvez fosse uma versão preliminar de uma memória a ser anexada a uma carta. Se assim for, cabe perguntar se, ou como, esses documentos chegaram ao seu destinatário, e se foi em Lisboa, antes de 1807, ou, posteriormente, no Rio de Janeiro. Mais uma vez, as incógnitas sobre o processo de produção dos textos levantam dúvidas sobre sua autoria real.

O primeiro segmento da primeira parte menciona o regresso dos embaixadores e é, portanto, posterior a dezembro de 1805. Porém, o segundo segmento parece ter sido escrito antes de abril de 1804.<sup>66</sup> No primeiro segmento, o autor relata o ataque de Porto Novo a Abomé Calavi (1802), a retaliação daomeana em Badagri (1803) e a posterior guerra em Porto Novo (1804).<sup>67</sup> O motivo principal do segmento, po-

<sup>66</sup> No final da primeira parte da carta 12, se diz que “até o fazer desta ainda não veio nenhum” dos oficiais que iriam suceder a José Joaquim Marques da Graça, o tenente expulso por volta de setembro de 1803. O sucessor, Jacinto José de Souza, só foi nomeado em 3 de fevereiro de 1804 e poderia ter chegado em Uidá por volta de abril de 1804. Portanto, esse segundo segmento da primeira parte da carta seria anterior a esta data.

<sup>67</sup> A menção dos capitães Felix da Costa Lisboa, José da Silva Senna e José de Souza Mattos e a identificação de suas viagens no TSTD2 permitiu datar com relativa precisão essa sequência de eventos.



rém, parece ser a justificação do aprisionamento dos portugueses como consequência deles estarem no lugar errado no momento errado. Se na carta 11 Inocêncio Marques era louvado por seu patriotismo, nesta outra Adandozan arremete contra ele pela sua falsidade, acusando-o de ter traído os capitães dos navios portugueses ancorados em Porto Novo, de se opor a libertação dos prisioneiros e de ter levado vários escravos, sem dar qualquer satisfação. O autor deixa entender que a zanga do rei se devia a Inocêncio ter revelado, na Bahia e em Lisboa, o conteúdo da sua carta 11 aos oficiais expulsos da fortaleza (Bastos Varela e Marques da Graça). Igualmente, em Lisboa, Inocêncio tinha dado apoio logístico ao projeto do rei Hufon, desenhando um plano para abrir o canal de defesa de Porto Novo, o que certamente teria aumentado o aborrecimento de Adandozan.<sup>68</sup>

O segundo segmento da primeira parte da carta 12 tenta justificar a expulsão dos diretores Bastos Varela (em 1799) e seu sucessor, o almoxarife Marques das Graças (em 1803), e foi escrito por alguém bem familiarizado com as questões da fortaleza de Ajudá. Se na carta 11 o rei se escusava dessas violências alegando não ter toda a autoridade para evitá-las, a carta 12 constitui uma exposição detalhada dos motivos que levaram a tais ações. As informações sobre a morte do tenente Jacinto José de Sousa e as intrigas do almoxarife e do cirurgião na sucessão de Varela são originais. Igualmente, vários detalhes da missiva permitem datar com mais precisão a sucessão na diretoria da fortaleza. Como foi dito, esse primeiro trecho finaliza de forma inesperada.

Na segunda parte, o rei se queixa das infâmias difundidas contra ele na Bahia, pelos capitães e diretores expulsos, o que significa que Adandozan tinha ali informantes atentos a esses rumores. Com toda probabilidade se tratava dos seus embaixadores, o que implicaria neste trecho ter sido escrito após dezembro de 1805. Aqui, o assunto principal são as trocas comerciais. Adandozan protesta pela má qualidade dos

---

<sup>68</sup> Verger, *Fluxo*, p. 275, nota 46 p. 290-91. Inocêncio foi nomeado capitão do 4º Regimento de Milícias dos Homens Pardos e se converteu em assessor do governador da Bahia para assuntos sobre a Costa da Mina: BNRJ II- 34, 5, 4, “Visconde de Anadia ao [governador da Bahia], Palácio de Queluz, 31/07/1805”; AHU, CU, Bahia, cx 138, doc 27.472 (FCA-PRDH, CD 23), “Francisco da Cunha ao visconde de Anadia, 16/10/1805”. Inocêncio acabaria se tornando proprietário de navios e comerciante de escravos: Verger, *Fluxo*, pp. 446-7.

produtos europeus, e alerta para os riscos e crimes cometidos nos portos de baixo, de modo, mais uma vez, a atrair o comércio para Uidá. Acaba solicitando armas e navios com carregamento, assegurando que o rei ficaria satisfeito com o retorno. O foco sucessivo nas guerras e nos prisioneiros portugueses, no caso de Inocêncio Marques, na expulsão dos diretores e nos assuntos comerciais sugere que essa “carta 12”, talvez de autoria coletiva, tivera uma estrutura calculada em temas fundamentais da relação luso-daomeana.

A penúltima carta 13 foi escrita aproximadamente quatro ou cinco anos depois, em outubro de 1810. Nesse ínterim, a corte portuguesa tinha fugido de Lisboa e estava instalada no Rio de Janeiro. Na sua disputa com a França, a Inglaterra apoiava Portugal e, nessa conjuntura, o tratado luso-brasileiro de 1810, assinado em 19 de fevereiro, restringiu o tráfico de escravos apenas aos portos controlados por Portugal, no caso Uidá, em detrimento de Aneho, Porto Novo, Badagri e Onim. O privilégio durou até 1815 – quando foi assinado um novo tratado que proibia o tráfico ao norte da linha do equador – e levou a um incremento momentâneo de navios negreiros em Uidá, condenando de forma definitiva qualquer suposto plano de conversão do Daomé para uma economia agrícola, conforme sustenta Akinjogbin.<sup>69</sup>

A carta foi enviada por meio de dois embaixadores, que chegaram a Salvador em 30 de janeiro de 1811. Porém, seguindo as instruções dadas pelo secretário de Estado após a embaixada de 1805, o governador da Bahia, naquela quadra o conde dos Arcos, reteve os mensageiros em Salvador, sem eles nunca chegarem ao Rio de Janeiro. De forma significativa, a embaixada daomeana coincidiu com outra enviada pelo rei Hufon, de Porto Novo, indicando a persistência da antiga rivalidade comercial entre esses dois reinos e a continuada pretensão ao monopólio do tráfico por parte de Adandozan. Ante esse dilema, as instruções vindas da corte no Rio de Janeiro eram para não restringir o comércio de jeito nenhum e pedir explicações ao rei do Daomé sobre os prisioneiros portugueses. O secretário do governador ficou responsável por “adiar e temporizar” as pretensões dos embaixadores que, final-

---

<sup>69</sup> Akinjogbin, *Dahomey*, pp. 193-5.

mente, foram embarcados no bergantim *Pistola*, em 12 de outubro de 1812, regressando para a Costa da Mina quase dois anos após sua saída.<sup>70</sup>

Como a 11, a carta 13 parece refletir a voz do rei e a sua desordem narrativa, com repetição dos mesmos eventos em distintos momentos, sugere ter sido ditada na hora.<sup>71</sup> A missiva inicia com menção ao traslado da corte de Lisboa ao Rio de Janeiro e à morte do duque de Cadaval, provando como o rei daomeano possuía uma rede de informações, através dos capitães de navio, que o mantinha informado do que acontecia no mundo atlântico. A menção ao rei de Espanha na história, porém, sugere que as notícias não estavam isentas de distorções. Adandozan informa sobre suas guerras, ou “divertimentos”, em Agonsa, Porto Novo, no país Mahi e nas terras dos nagôs, protegidos por Oyó. O ataque a Agonsa, por exemplo, aconteceu, por volta de 1805 ou 1806, em represália àquele de 1803 contra Abomé Calavi. Por tanto, a carta é uma crônica retrospectiva que, aliás, reincidente em temas críticos da relação entre o Daomé e Portugal. Aparece de novo a reclamação contra Inocêncio Marques Santana, por não ter dado satisfação de 24 escravos que levou sem pagar (carta 12), e contra o escrivão da fortaleza de Ajudá, Francisco Felix de Souza. Há também uma referência às cartas trazidas de volta pelos embaixadores em 1805.<sup>72</sup> Como já foi dito, em clara oposição à atitude adotada na carta 11, Adandozan solicita nesta ocasião o envio de padres católicos e todo o necessário para construir uma capela.

<sup>70</sup> Verger, *Fluxo*, pp. 279-83; No TSTD2, n. 7356, a data de saída consta como 15 de outubro de 1812.

<sup>71</sup> Uma análise linguística mostra o uso recorrente, nas cartas 11, 12 e 13, do advérbio “aonde”, na maioria dos casos de forma *sui generis*, como marcador narrativo significando “pelo que”, “para o que”, “quando”, “nessa circunstância” etc. e só em alguns poucos casos, na forma gramaticalmente aceita, como interrogativo indicando “a que lugar” ou “para que lugar”. Essa idiosincrasia linguística sugere a presença continuada, de 1804 a 1810, de um mesmo tradutor, ou algum secretário de Adandozan que falava português e a quem poderíamos atribuir a autoria dos enunciados portugueses. Contudo, as grafias diferenciadas do mesmo termo, “aondem” (ou “ahondem”) na carta 11, “ahonde” nos dois primeiros segmentos da carta 12 – mas não na segunda parte – e “aonde” na carta 13, sugerem a presença de escrivães distintos, no caso da carta 11, como vimos, do português João Tathe, prisioneiro em Abomé desde 1781. Já o fato de que a segunda parte da “carta 12” não reproduza o uso idiosincrático de “ahonde” – nem o uso também recorrente, na primeira parte, de “donde” enquanto sinônimo de “daf” – reforça a hipótese de ser esse documento uma cópia de textos escritos por autores diversos.

<sup>72</sup> BNRJ II- 34, 5, 4, “Visconde de Anadia ao rei Adandozan, Palácio de Queluz, 30/07/1805”.

Em 1810, houve uma grande fome e uma alarmante epidemia, o que talvez tenha levado o rei a procurar recursos espirituais adicionais para lidar com o infortúnio.<sup>73</sup> Mas, além disso, ele solicitava, o que já era uma rotina, armas e uma longa lista de presentes, como cães de louça e armaduras. Sobre sua cobiça por bens de prestígio, Adandozan não deixa margem à dúvida: “tudo isso quanto lhe peço [é] para causar admiração tanto ao meu povo, como aos de fora, para dizerem comigo: meu rei não sabe ler nem escrever, [mas] como tem tanta coisa de branco bonita na sua mão”.

Obviamente, na economia do presente não há dádiva sem reciprocidade. Adandozan diz enviar seus regalos, incluindo seis moleques (dos quais só chegou uma moleca)<sup>74</sup> e panos, calções, sandálias e chapéus, para vestir o príncipe regente (lembrando as vestes recebidas pelos embaixadores de Agonglo). A carta 13 faz menção também ao envio de uma “das cadeiras da minha terra” e a uma “bandeira das guerras” que ele fez, identificando inclusive as personagens representadas como as vítimas da campanha em Agonsa. Com certeza essas peças correspondem ao trono e a “bandeira com motivos alegóricos de poder” inventariados, em 1844, no Museu Nacional do Rio de Janeiro, conforme foi comentado por Verger. A carta permite, finalmente, datar com precisão quando chegaram ao Brasil essas peças do Daomé.<sup>75</sup>

## A carta de Guezo

A última carta da série é excepcional por ser a única conhecida de Guezo às autoridades portuguesas. Sobre o golpe de estado promovido por esse rei, em aliança com Francisco Felix de Souza, e a destronização de Adandozan, existem inúmeras versões, mas todas coincidem em datar o

<sup>73</sup> TNA, T70/1163, “Day Books for William’s Fort, Uidá, 10/07/1809, 5/06, 22/10 e 31/12/1810” e a própria carta 13. Ver também Akinjogbin, *Dahomey*, pp. 195-96.

<sup>74</sup> Verger, *Fluxo*, p. 280; cf. APEB, maço 166, f. 237, “Conde dos Arcos-governador da Bahia ao rei do Daomé”.

<sup>75</sup> Pierre Verger, *Os libertos. Sete caminhos na liberdade de escravos da Bahia no século XIX*, São Paulo: Corrupio, 1992, pp. 73-83, 94-5, esp. p. 81. Araujo, “Dahomey”, p. 14. Esta informação invalida a hipótese de Gleason (reiterada parcialmente por Verger) de ser esse o trono de Adandozan, enviado por Guezo para acabar com a memória daquele.

acontecimento em 1818, o que dataria a escrita da carta 14 para depois desse ano.<sup>76</sup>

A carta 14 é também original ao confirmar uma embaixada de Guezo, cuja memória foi preservada pela tradição oral, mas para a qual não existia até agora prova documental. A lenda de que Guezo, uma vez rei, teria enviado várias embaixadas – constituídas pelo intérprete Dossuyovo e o migan Atindebako – às Américas em busca de sua mãe, a *kpojito* Na Agotime, era popular nos anos 1920.<sup>77</sup> Na versão de Hazoumé, as viagens ao Brasil, a Cuba e às Antilhas foram infrutíferas.<sup>78</sup> Em 1931, Herskovits registrou, em Abomé, uma narrativa bastante detalhada que afirmava que ela fora escravizada e embarcada para o Brasil, onde passou 24 anos. Segundo esta versão, Francisco Felix de Souza a teria encontrado e trazido de volta por volta de 1840.<sup>79</sup>

A carta 14, conforme indica o conteúdo, viajou em mãos de um “tio legítimo” de Guezo chamado Amussú. Esta informação questiona a presunção da tradição oral segundo a qual o idoso embaixador Dossuyovo, entrevistado em 1886 por Cortez da Silva Curado em Uidá, foi o mesmo que Guezo enviara em busca de Na Agotimé.<sup>80</sup> É mais provável que a viagem de Dossuyovo, que como ele diz durou dois anos, correspondesse à anterior embaixada de Adandozan em 1810. Seja

<sup>76</sup> Para a sucessão de Adandozan e ascensão de Guezo ver, por exemplo: Edna Bay, *Wives of the Leopard. Gender, Politics, and Culture in the Kingdom of Dahomey*, Charlottesville & Londres: University of Virginia Press, 1998, pp. 166-78.

<sup>77</sup> No Daomé, o migan era o “primeiro ministro” ou segunda pessoa do rei. As *kpojito* eram as rainhas-mães e detinham um poder complementar ao do rei. Ver, Bay, *Wives*.

<sup>78</sup> Paul Hazoumé, *Le pacte de sang au Dahomey*, Paris: Institut d’Ethnologie, 1937, pp. 29, nota 1 e 31-32. Hazoume escreve, em 1931, sobre vinte anos de pesquisas anteriores. A memória da venda da rainha aos negreiros aparece registrada pela primeira vez no Daomé na década de 1910: Gavoy, “Note historique sur Ouidah”, *Études Dahoméennes*, n. 13 (1955) [1913], p. 60. Sobre Na Agotimé, ver ainda: Maurice Ahanhanzo Glélé, *Le Daxomé. Du pouvoir Ajá à la nation Fon*, Cotonou : Nubia, 1974, p. 109; Bay, *Wives*, pp. 179-80, Silva, *Francisco*, pp. 107-8.

<sup>79</sup> Melville Herskovits, *Dahomey, an ancient West African kingdom*, Nova York: J.J. Augustin Publisher, 1938, v. i, p. 14 e vol ii, p. 64; *idem*, “A Footnote to the History of Negro Slaving”, *Opportunity: Journal of Negro Life*, v. 11, n. 6 (1933), p. 181.

<sup>80</sup> A. D. Cortez da Silva Curado, *Dahomé. Esbôço geographico, historico, ethnographico e politico*, Lisboa: Typ. do Comercio de Portugal, 1888, p. 23; Pierre Verger, “Le culte des vodun d’Abomey aurait-il été apporté à Saint-Louis de Maranhon par la mère de Ghezo”, in *Les Afro-Américains. Mémoires de l’Institut Français d’Afrique Noire*, n. 27, Dakar: IFAN, 1952, pp. 157-62; *Os libertos*, pp. 70-1.

como for, a carta 14 não traz qualquer alusão à rainha ou ao fato de ter sido sua busca o motivo da embaixada.

A tradição oral foi mais fiel ao preservar a memória de Francisco Felix de Souza como engajado nessa embaixada. A carta reconhece que ele bancou as despesas da viagem e há um reconhecimento explícito de Guezo ao papel do baiano como facilitador comercial. Além do mais, o embaixador Amussú viajou com um acompanhante e quatro súditos portugueses retidos na corte de Abomé por muitos anos. A iniciativa parece desenhada para restabelecer boas relações diplomáticas com o príncipe regente d. João, por parte do recém-entronizado Guezo. Porém, dessa embaixada solicitando maiores relações comerciais para Uidá também se esperavam consequências que iriam beneficiar o próprio Francisco Felix de Souza. Todas essas circunstâncias, no seu conjunto, sugerem a participação deste traficante na escrita desta missiva.

O almoxarife Francisco Xavier Rodrigues da Silva e o escrivão Francisco Felix de Souza assumiram interinamente após a morte do diretor Jacinto José de Souza, em 1804, mas desde então não tinha havido reposição de oficiais. Souza iria se aproveitar desse vazio de poder. O primeiro registro confirmado de sua presença no forte como “tabelião e escrivão do almoxarifado” data de 1803.<sup>81</sup> Ele ainda aparece como escrivão e comandante do forte em 1806.<sup>82</sup> A fortaleza continuava a funcionar em 1808, quando Adandozan convocou os representantes dos três fortes europeus para uma “palavra sobre os portugueses”, o que sugere algum tipo de impasse.<sup>83</sup> Akinjogbin diz que Souza abandonou Uidá e seguiu para Adjido, em Pequeno Popo (Aneho), e só voltou em 1810, para se beneficiar da revitalização do tráfico após a assinatura do tratado anglo-português.<sup>84</sup> Porém, a carta 13, de fins de 1810, diz que Souza “não faz nenhum serviço nesta fortaleza e esta comendo o soldo de vossa Real Alteza, só habita em Popo, com casa de negocio”. É im-

<sup>81</sup> Carlos Eugenio Corrêa da Silva, *Uma viagem ao estabelecimento portuguez de S. João Baptista de Ajudá na Costa da Mina em 1865*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1866, pp. 77-8. Silva, *Francisco*, p. 78, informa que Souza passou de escrivão a almoxarife, mas isso seria após 1810, pois nessa data ainda aparece como escrivão.

<sup>82</sup> Verger, *Fluxo*, p. 460; cf. APEB, maço 142, f. 165.

<sup>83</sup> TNA, T70/1163, “Day Books for William’s Fort, Uidá, 14/04/1808.

<sup>84</sup> Akinjogbin, *Dahomey*, p. 198.

provável que ele recebesse soldo da coroa portuguesa, mas certamente se aproveitava da fortaleza para fins de proteção e prestígio.<sup>85</sup> Inclusive para enriquecer, a acreditar na informação de Adandozan de que levava a Popo soldados da fortaleza para vendê-los como escravos. A informação sobre Popo, contudo, é original, e sugere que, em 1810, Souza ainda transitava, embora apenas de forma esporádica, por Uidá.

Num momento determinado, ele se refugiou definitivamente em Adjido e só teria voltado a Uidá em 1818, quando Guezo foi empossado e lhe concedeu o título de Chachá, vice-rei de Uidá, encarregado dos assuntos comerciais do reino. Nesse contexto, o Chachá, que sempre fez questão de aparecer como o responsável pela fortaleza, embora não mais morasse lá, teria bons motivos para bancar uma embaixada ao Brasil que pudesse apresentá-lo favoravelmente aos olhos das autoridades portuguesas. Há quem diga que tinha um passado obscuro que o impedia de regressar à Bahia, e quem sabe não buscasse, através da embaixada, contornar esse problema. Diz-se que Francisco Félix de Souza não deixou papéis,<sup>86</sup> mas quem sabe a carta 14 é um dos poucos documentos que nos permitem ouvir a voz de quem virou o mais rico traficante de escravos da Costa da Mina.<sup>87</sup>

Haveria numerosos outros comentários que poderiam ser tecidos em volta das cartas. Alguns deles estão nas notas, mas para finalizar apenas mencionarei o código de honra que se supunha existir entre as distintas monarquias. A confiança baseada no compromisso pessoal, explícita em frases como “fica a minha palavra dada” (carta 2), era fundamental e suficiente para selar e garantir os acordos. Por outro lado, o idioma do parentesco utilizado por Adandozan para se dirigir a d. João, com termos como “meu irmão”, e até o mais informal “mano”, não parece ter sido recíproco.<sup>88</sup> Talvez esse fosse um protocolo africano,

---

<sup>85</sup> Silva, *Francisco*, p. 30, 31

<sup>86</sup> Robin Law, “A carreira de Francisco Félix de Souza na África Ocidental (1800-1849)”, *Topoi* n. 2 (2001), p. 10.

<sup>87</sup> Sobre a atuação de Francisco Felix de Souza na fortaleza de Ajudá, ver ainda: Robin Law, “The Evolution of the Brazilian Community in Ouidah”, in K. Mann e E. Bay (orgs.), *Rethinking the African Diaspora: The Making of a Black Atlantic World in the Bight of Benin and Brazil*, Londres: Frank Cass, 2001, pp. 24-26, 32-35; Silva, *Francisco*, pp. 29-31, 85, 101; Akinjogbin, *Dahomey*, p. 198.

<sup>88</sup> Numa das poucas cartas conservadas de d. João ao rei Agonglo, este é tratado de “nobre, e honrado rei de Dagomé” e “vossa nobre Pessoa”: BNRJ II- 34, 2, 20, “Carta, relatório e outros docs. Relativos à visita dos Embaixadores do Rei de Dahomey 1796. 8 docs. nº 563 do cat.”.



que porventura o príncipe português acharia risível, sintomático, porém, do fosso atlântico, não apenas geográfico, mas sobretudo linguístico e cultural que os separava. Nessa comunicação internacional, a correspondência era uma ferramenta fundamental e Adandozan, pedindo um escrivão que soubesse ler e escrever ou um tinteiro, mostra claramente como os monarcas africanos estavam cientes da importância dessa poderosa arma diplomática. Porém, como vimos, ela não estava isenta de mal-entendidos.

## CARTAS DO DAOMÉ\*

### Nota sobre a transcrição

No intuito de favorecer a legibilidade das cartas, a grafia foi atualizada seguindo as regras do novo acordo ortográfico da língua portuguesa e eliminando sobrescritos, abreviações e signos de pontuação desnecessários. Novos pontos (sinalizados com [.]) e vírgulas foram adicionados para facilitar a compreensão. A caixa alta foi mantida para as expressões Vossa Excelência e Sua Majestade, mas foi retirada de outros termos de tratamento a uma alta autoridade, como irmão, mano, senhor, rei, governador ou títulos autóctones como yovogan. Informações que esclarecem o sentido das palavras originais foram acrescentadas entre colchetes com o signo =, por exemplo, “guerra [= exército]”. Entre colchetes, mas sem o signo =, foram acrescentadas palavras omitidas no original, mas necessárias para completar o sentido da frase, ou informações adicionais, por exemplo, “no meu porto [Uidá]”. Contudo, salvo a eliminação das abreviações, foi respeitada a ortografia original de nomes próprios, topônimos e outras expressões em língua vernácula. Para evocar o estilo da narrativa foi respeitada a sintaxe original, eliminando apenas, em alguns casos, repetições de palavras, formas verbais incoerentes e erros de concordância. Nas cartas 11, 12 e 13, o uso das expressões “onde”, “aonde” e “donde”, embora atualizadas na sua grafia, foi mantido conforme o original. Para facilitar a identificação das cartas, no início de cada uma consta a identidade do emissor, do destinatário, o local e a provável data de sua redação.

---

\* Notas e atualização da grafia de Luis Nicolau Parés. Apesar da atenta revisão de João José Reis e Mariângela Nogueira, os critérios de atualização e qualquer possível erro de transcrição são de inteira responsabilidade de Nicolau Parés.

## Carta 1

[Rei Agonglo ao governador da Bahia, Fernando José de Portugal, Ajudá, 31/03/1790]<sup>1</sup>

[1]

Ilustríssimo excelentíssimo senhor d. Carlos Jozê Portugal<sup>2</sup>

Pela presente representação vou certificar a Vossa Excelência que o porto de Jaquem [Jaquin] é antiquíssimo porto de comércio e resgate dos navios dessa praça do Brasil, e como pelas continuadas guerras, que os meus antecessores fizeram ao mesmo porto de Jaquem ficou deserto abandonado[.] Agora, no meu tempo, mandei povoar<sup>3</sup> e endireitar com tudo o necessário, governadores e comissários, e moços brancos, que sabem ler e escrever<sup>4</sup> para corresponder com os capitães e informarem Vossa Excelência do estado da terra para poder desembarcar e fazer o seu resgate, livres de serem roubados, e amofinados como lhe costumam fazer nos portos de baixo<sup>5</sup> e demais ficarem livres de guer-

<sup>1</sup> APEB, Secção Colonial, Correspondência recebida de autoridades diversas, maço 197, cx 76, doc. 1. Na parte superior do primeiro folio, em lápis, consta “31-3”.

<sup>2</sup> Dom Fernando José de Portugal e Castro, primeiro conde e segundo marquês de Aguiar (Lisboa, 4/12/1752 – Rio de Janeiro, 24/01/1817) era governador e capitão-general da Bahia, cargo que ocupou de 1788 a 1801. Da Bahia seguiu para o Rio, em 1801, onde atuou como vice-rei até 1806. Foi também ministro do príncipe-regente d. João entre 1807 e 1817. O fato do autor da carta desconhecer o nome certo não deixa de ser significativo.

<sup>3</sup> Originalmente povoado por grupos hulas, Jaquin (Jakin, Jacquin, Jaquem, Jaqueen, Jakkein) estava localizado na região da atual Godomey, a oeste do lago Nokué. No século XVII foi, junto a Offra (Offer), o principal porto do reino de Allada. Com a conquista daomeana de Allada em 1724, Jaquin se submeteu ao rei Agaja e foi poupado da destruição. Porém, em 1732, após conspirações ali tramadas pelos holandeses e portugueses (Jose de Torres abriu um forte português em 1730), a cidade foi saqueada e incendiada pelas tropas daomeanas, deixando praticamente de existir.

<sup>4</sup> Os intérpretes, ou “moços brancos”, capazes de escrever nas línguas europeias, eram figuras chave no comércio com os daomeanos. Eles não eram necessariamente “brancos”, mas designados com essa categoria, *yovo*, pelo fato de saberem falar e escrever língua de branco. Ver carta 2, nota 18. No reino de Uidá, havia chefes nativos associados a cada uma das nações europeias que ali comerciavam que dominavam as respectivas línguas. Também podiam ser utilizados prisioneiros portugueses como “línguas”. Resultado das guerras nas praias de Porto Novo, desde pelo menos 1787, se prolongando até 1790, o rei Agonglo tinha vários desses prisioneiros: APEB, maço 193, “Francisco Antonio da Fonseca e Aragão ao governador da Bahia, Uidá, 20/12/1787; 04/01/1788, 16/08/1790”.

<sup>5</sup> Os “portos de baixo” seriam aqueles situados a leste, ou sotavento, de Ajudá, incluindo Epé, Porto Novo, Apa, Badagri, Onim (Lagos) e Boni: APEB, maço 193, “Manoel Bastos Varela Pinto Pacheco ao governador da Bahia, Uidá, 02/09/1797”.

ras, e de invasão, que continuamente estão experimentando os mesmos capitães e seus mercantes; em não passando as embarcações do porto de Ajudá,<sup>6</sup> e de Jaquem velho novamente aberto por mim, e por meus cabeceiras,<sup>7</sup> migã, meuu e o aboga, governador de Ajudá,<sup>8</sup> e dos mais meus vassalos, todos são muito contentes de eu ser servido mandar abrir o dito porto, para o descanso dos navios do resgate dessa [1v] praça [Bahia] por causa acima já referida; e agora me pedem<sup>9</sup> faça essa representação a Vossa Excelência, para que Vossa Excelência em virtude dela avise aos mercantes<sup>10</sup> que digam aos capitães dos seus navios que não passem do porto de Ajudá, e de Jaquem, que são os dois portos que estão debaixo do meu domínio, livres de serem perseguidos de guerras e de roubos que costumam fazer,<sup>11</sup> e certificar aos mesmos mercantes que se assim não fizerem com os seus capitães não se queixem das suas infelicidades, pois ficando os navios nos meus dois portos, que são portos antiguíssimos, eu prometo a Vossa Excelência que os prejuízos que

<sup>6</sup> Ajudá (Judá) era o nome que os portugueses davam a Uidá (Fida, Ouidah, Whydah), aldeia situada a pouco menos de cinco quilômetros do litoral. A sua população original era hula e nos primeiros registros cartográficos do século XVII aparece como Fulaen, mas rapidamente acolheu grupos huedas que passaram a ser dominantes. Provavelmente Uidá é uma variação fonética do entônimo hueda, embora alguns pensem que seja uma variante de Ajudá. Em língua vernácula essa localidade é referida como Glehué (Grigues, Grégoué, Griwy, variantes de *glexwe*, literalmente “casa de campo”) e era o principal entreposto comercial do reino de Savi (Xavier, Xabier, Sabée, Sabié). Lá foram levantadas feitorias que se tornariam o forte Williams dos ingleses (c. 1690s), o forte francês de Saint Louis de Gregory (1704) e o forte português de São João Baptista de Ajudá (1721). Em 1727, o reino de Savi foi conquistado pelas tropas do rei daoméano Agaja e Uidá passou a ser para o Daomé a principal abertura para o mar e para o comércio europeu.

<sup>7</sup> Cabeceira é um termo português utilizado localmente para designar o chefe (em vernáculo *gan*). Traduzido pelos ingleses como *caboceer*.

<sup>8</sup> Migan era o “primeiro ministro” no Daomé. Mehu era o “segundo” do reino. Aboga é uma variante de *yovogan*, ou “chefe dos brancos”, e exercia o papel de governador ou vice-rei no porto de Uidá. Para mais informação ver, por exemplo, A. Le Herisse, *L'ancien royaume du Dahomey: mœurs, religion, histoire*, Paris: Emile Larose Ed., 1911, pp. 38-42.

<sup>9</sup> O uso da forma reflexiva “me pedem” sugere que o rei, no seu primeiro ano de mandato, seguia o conselho de seus assessores comerciais.

<sup>10</sup> Provavelmente os armadores dos navios.

<sup>11</sup> Francisco Antonio da Fonseca e Aragão, o diretor do forte português em Uidá, se queixava de roubos, desordens e abusos cometidos tanto pelas populações locais, como pelos próprios portugueses da fortaleza. Em agosto e setembro de 1790, poucos meses depois da garantia de segurança prometida pelo rei, continuavam os problemas em Uidá, “e este ano até chegarão a por fogo nas casas ou feitorias dos comerciantes para, debaixo do barulho de se apagar, melhor poderem furtar”: APEB, maço 193, “Francisco Antonio da Fonseca e Aragão ao governador da Bahia, Uidá, 20/06/1788; 16/08/1790; 4/09/1790”.

experimentarem, eu os tomo sobre mim, pois sendo assim como mando expor [a] Vossa Excelência, lhe prometo que os cativos dos portos de baixo todos hão de vir aqui parar nos ditos meus dois portos de Ajudá, e de Jaquem, e quem há de informar a Vossa Excelência é o irmão de d. Jozê que é o portador desta,<sup>12</sup> o qual Vossa Excelência o despachará logo com a resposta, e o capitão que o trouxer desejo que ele dito e o capitão venham me falar neste Dacome [Daomé] no meu palácio,<sup>13</sup> que quero saber novas de Vossa Excelência como aquele a quem tanto venero, [2] e será o dito capitão o primeiro que vai abrir o dito porto. Espero de Vossa Excelência boa resposta[.] Deus guarde a Vossa Excelência por muitos anos no seu feliz governo etc.

[à margem]

Ajudá<sup>14</sup> 31 de março de 1790

de quem muito o venera

Rey Dacome<sup>15</sup>

[2v]

Em 31 de março de 1790

Do Rei da Gome sobre o porto de Jaquem, que fez abrir para irem a ele as embarcações de resgate fazer o seu negócio; vide a carta de 23 de julho deste ano ao diretor de Ajudá.<sup>16</sup>

<sup>12</sup> A carta foi enviada através do “irmão de D. José”, de quem nada sabemos.

<sup>13</sup> Agonglo tinha o seu palácio privado, extramuros de Abomé, no bairro de Gbekon Huegbo, mas sua residência habitual era no palácio Abomé, situado no centro da capital. Fora as campanhas militares, o rei passava também períodos na cidade de Calamina, ou Cana, situada a aproximadamente onze quilômetros de Abomé.

<sup>14</sup> Indicaria que a carta foi escrita em Uidá, mas se sabe que o rei de Daomé nunca viajava a Uidá, pois os reis do Daomé eram proibidos, por interdito ritual, de entrar em contato com o mar.

<sup>15</sup> Dacome, Dagomê, da Gome, são grafias possíveis de *Danxome* ou Daomé, que em fon significa “sobre o ventre de Dan.” Dan teria sido um chefe autóctone que acolheu aos recém-chegados alladahonu (habitantes provenientes de Allada), provavelmente no início do século XVII, mas vendo a insistência destes em obter cada vez mais terras, teria reclamado perguntando-lhes se queriam construir suas casas sobre o ventre dele. O chefe alladahonu Dacodonu, segundo algumas versões, ou Huegbaja, segundo outras, tomando a resposta por afronta, conquistou as terras de Dan e, fazendo do insulto profecia, construiu o novo palácio *Danxome*, sobre o cadáver ou ventre do rei Dan. A primeira versão registrada dessa narrativa é de Robert Norris, *Memoirs of the Reign of Bossa Ahadee, King of Dahomy*, Londres: Frank Cass [1789], 1968, p. xiv.

<sup>16</sup> Essa carta de 23/07/1790 não foi identificada.

## Carta 2

[Rei Agonglo ao governador da Bahia, Fernando José de Portugal, Abomé, 20/03/1795]<sup>17</sup>

[1]

Ilustríssimo e excelentíssimo senhor dom Fernando Joze de Portugal

Envio a presença de Vossa Excelência um meu branco chamado Luiz Caetano,<sup>18</sup> e com ele dois embaixadores,<sup>19</sup> para Vossa Excelência me fazer favor [de] enviá-los à real presença de Sua Majestade<sup>20</sup> na primeira ocasião que se oferecer; espero de Vossa Excelência que os envie sem demora; por que a mim me faz favor, e a Sua Majestade serviço.

Rogo a Vossa Excelência que haja de tomar a seu cuidado mandar [fiscalizar] o peso do tabaco, para que seja esse enrolado com o seu verdadeiro peso; porque umas embarcações o trazem como deve ser, outras muito fora do peso para pequeno.<sup>21</sup> Vossa Excelência, sem encar-

<sup>17</sup> BNRJ, II – 34, 2.10. Ementa: “Ofício do Rei de Dahimey a D. Fernando José de Portugal 1795. 1 doc. n.º 552 do cat.”. Há uma cópia em: AHU, CU, Bahia, cx 83, doc. 16.145 (FCA-PRDH, CD 12) “Carta do Rei do Dahomé para o governador da Bahia, na qual lhe pede que todos os navios mercantes vão diretamente ao porto de Ajudá fazer o seu negócio, cujo resultado lhes garantia. Dahomé 20/03/1795. Cópia. (Annexa ao 16.143)”. Carta parcialmente transcrita por Pierre Verger, *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de todos os Santos*, São Paulo: Corrupio, 1987 [1968], p. 265. A antiga localização apontada por Verger é BNRJ, 552.

<sup>18</sup> O intérprete ou língua Luiz Caetano de Assumpção, referido como “meu branco” pelo rei, era de fato um escravo mulato que tinha escapado do seu senhor, o diretor do forte português Antônio da Fonseca e Aragão, e se refugiado sob a proteção do rei do Daomé: APEB, maço 193, “Francisco Antônio da Fonseca e Aragão ao governador da Bahia, Uidá, 11/04/1795”. Ver também nota 4.

<sup>19</sup> Um dos embaixadores, batizado como d. Manoel Constantino Carlos Luiz, faleceu em Lisboa em fevereiro 1796. O outro, batizado como João Carlos de Bragança, teve por padrinho o príncipe d. João. Ver nesta edição de *Afro-Ásia*, Luis Nicolau Parés, “Cartas do Daomé: uma introdução” (doravante Introdução).

<sup>20</sup> A rainha d. Maria I de Portugal.

<sup>21</sup> Sobre a muita importância do tabaco baiano no comércio de escravos, ver Verger: *Fluxo*, pp.19-31. Em 1790, o diretor português se queixava da decadência do comércio baiano em Uidá, “pelo muito tabaco que os franceses e ingleses trazem de Lisboa, por cujas causas [têm] ido e irão os navios dessa cidade perdidos de negócio, e esta mesma abundância de tabaco faz os negros mais atrevidos e imodestos”: APEB, maço 193, “Francisco Antônio da Fonseca e Aragão ao governador da Bahia, Uidá, 04/09/1790 e 13/12/1790”. Para a justificativa do governador da Bahia sobre o peso dos rolos de tabaco: AHU, CU, Bahia, cx 83, doc. 16.143 (FCA-PRDH, CD 12), “Ofício do Governador d. Fernando José de Portugal para Luiz Pinto de Souza Coutinho no qual lhe participa ter recebido dois emissários do Rei Dahomé [...] 21/10/1795”.

go de sua consciência, pode fazer com que venham ao meu porto todas as embarcações dessa cidade [Bahia], que andam a resgate de escravos; bem certo pode Vossa Excelência fiar, que todas se hão de aviar, e fazer bom negócio, proibindo-lhes Vossa Excelência, por sua ordem, a passagem para outro porto, que eu também seguro a Vossa Excelência, que nenhum vai perdido deste porto: podem trazer sedas, ouro lavrado e prata, na forma que quiserem, ou em obra, ou em pesos, que para esses efeitos há cativos de sobressalente, fora dos que se vendem a troco de tabaco e aguardente, como muito bem sabem os mesmo capitães.<sup>22</sup> Fica a minha palavra dada a [respeito] do bom negócio que seguro aos navios no meu porto, agora fico a espera de resposta de Vossa Excelência em que me segure a virem todos ao meu porto. Por esse obséquio ficarei a Vossa Excelência eternamente obrigadíssimo, e para o que for de dar gostos a Vossa Excelência me acharia também pronto. Deus guarde a Vossa Excelência por dilatados anos. Abomé, 20 de março 1795.

De Vossa Excelência  
o mais fiel venerador  
O Rey de + Dagomê<sup>23</sup>

[1v]

Em 20 de março de 1795

Carta do rei de Dagomê escrita a Sua Excelência sobre a vinda de seus embaixadores, e em que trata de alguns pontos relativos ao comércio da Costa de Guiné

Respondida em carta de [20] de dezembro 1796.<sup>24</sup>

<sup>22</sup> Agonglo parece fazer a mesma solicitação de “sedas boas de ouro, e prata em obra” no “papel” sem assinatura que acompanhava a carta 3 dirigida à rainha de Portugal: BNRJ II- 34, 2, 20, “Dom João ao rei Agonglo, Palácio de Queluz, 06/01/1796”. Ver Introdução.

<sup>23</sup> Após a palavra rei, vem o símbolo de uma cruz e em seguida Dagomê.

<sup>24</sup> Não se conserva a resposta do governador da Bahia à carta 2. Há, porém, a resposta do príncipe d. João ao rei Agonglo com referência explícita à carta 3: BNRJ II- 34, 2, 20, “Dom João ao rei Agonglo, Palácio de Queluz, 06/01/1796”. Dando continuidade à resposta ao rei daomeano, há outra carta da rainha d. Maria ao rei Agonglo informando a morte de um dos embaixadores: BNRJ II- 34, 2, 20, “Rainha D. Maria ao rei Agonglo, Palácio de Queluz, 19/02/1796”.

### Carta 3

[Rei Agonglo à rainha de Portugal, d. Maria I, Abomé, 20/03/1795]<sup>25</sup>

[1]

Fidelíssima senhora d. Maria primeira. Lembrando-me da grande amizade que El Rei meu senhor e pai,<sup>26</sup> que a Santa Glória haja, e os mais senhores reis, seus predecessores conservaram sempre com Vossa Majestade, e com os seus leais vassallos, tanto diretores, como negociantes que a este porto<sup>27</sup> têm vindo; e eu desejando também a mesma amizade, boa união e a fiel paz de Vossa Majestade, e que por esse meio se veja o meu porto frequentado das embarcações portuguesas, para aumento tanto dos vassallos de Vossa Majestade como dos meus, e os nossos tesouros em maior aumento[.] Porém, como não possa haver amizade firme e fiel entre os soberanos quando há, de qualquer das partes, vassallos pouco fiéis às leis dos seus monarcas, transgredindo-as a fim de aumentarem [sua] fazenda, pelo espírito de ambição e avareza que os domina; não ponderando, nem pondo adiante a honra com que devem servir os lugares que os seus soberanos lhes confiam, e a causa desta minha narração são as razões que abaixo exponho. Foi Vossa Majestade servida mandar para diretor da fortaleza que tem neste meu porto Francisco Antonio da Fonseca e Aragão, o qual inteiramente se esquece das obrigações do seu posto, cuidando em aumentar [sua] fazenda, com ludíbrio grande do posto que Vossa Majestade lhe conferiu.<sup>28</sup> Depois que tomei posse do governo, há

<sup>25</sup> BNRJ II- 34, 2, 20. Ementa: “Carta, relatório e outros docs. relativos à visita dos Embaixadores do Rei de Dahomey 1796. 8 docs. nº 563 do cat.” O número “6” consta escrito a lápis na carta. A transcrição de Verger, *Fluxo*, pp. 267-69, está atualizada e muda diversas expressões.

<sup>26</sup> Referência ao pai e antecessor de Agonglo, Kpengla, que reinou entre 1774 e 1789.

<sup>27</sup> Embora a carta indique ter sido escrita em Abomé, há referência continuada a “este porto” aludindo a Uidá.

<sup>28</sup> Francisco António da Fonseca e Aragão nasceu por volta de 1748, em Viseu, filho de José da Fonseca Aragão e Maria Josefa de Almeida, casado com d. Teresa Maria de Jesus. Em 1781, com 33 anos, era sargento-mor do regimento da Ilha de São Tomé, onde morava. Ele veio da cidade da Bahia antes de 1778 e foi preso pela Inquisição de Lisboa em 10 de março de 1781, acusado de heresia e sacrilégio, ou seja, “por não ouvir missa nos dias de preceito [...] mandara abrir coroas de sacerdote a quatro pretos escravos de d. Joana Luis Coelho, e na mesma Ilha comia carne nos dias de jejum sem causa alguma e tinha tão pouco respeito às igrejas, que dentro de huá dera huns bofetoens em quinta feira santa estando o Snr exposto, e na porta de outra fizera quebrar a carroça do seu cunhado o Padre Francisco de Alvr [Azua?] Teixeira, com tanta injuria e tanto escândalo nas palavras e açoens de que uzou que dahi resultara ser publicamente excomungado.” O réu foi



seis anos, por falecimento do meu muito amado rei, senhor e pai, tenho me informado do viver do diretor<sup>29</sup> e do modo com que serve a Vossa Majestade, e julgo segundo as retas leis, que Vossa Majestade tem baixado para bem do seu real serviço, que ele as tem transgredido; assim como me tem escandalizado por faltar às obrigações que deve ao seu posto; há bastantes anos, ainda antes do meu governo, que se acha a fortaleza com dois baluartes da parte das praias [1v] em terra e a sua artilharia descavalgada, sem carretas e incapaz de fazer o seu ofício se for preciso, sendo os ditos baluartes a principal defesa, tanto da mesma fortaleza, como da minha terra por aquela parte; informando-me [pelos] cabeceiras que tenho nesse lugar do estado das fortalezas, me dizem, em uma voz, que a francesa e inglesa estão em boa ordem e que a de Vossa Majestade se achava, como já disse acima, com os baluartes em terra e a sua artilharia prostrada[.] Quis saber do próprio diretor o motivo por que conserva a fortaleza em semelhante estado, me respondeu que não havia ferramentas com que se trabalhasse, tanto na construção de levantar os baluartes, como fazer carretas; desculpa essa que aceitei, por ser ele dito diretor mandado por Vossa Majestade, porque os baluartes são construídos do mesmo barro e levantados pelos soldados da fortaleza, a que Vossa Majestade, por sua real grandeza, lhes manda dar soldo diário, e da sua real fazenda não faz mais despesa alguma do que a do dito soldo, e nem eu consentiria que se fizesse despesa avultada na fazenda de Vossa Majestade, estando a fortaleza na minha terra, para minha defesa: as carretas se podem fabricar na mesma fortaleza, pois na minha terra há madeiras, e na fortaleza soldados carpinteiros.<sup>30</sup>

---

repreendido em Mesa em 12 de junho de 1781, mas sem sentença: ANTT: PT/TT/TSO-IL/028/11516; Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. n. 11516, “Sumário contra Francisco Antônio da Fonseca Aragão [...] 10/03/1781 a 17/04/1784”. Outras fontes datam seu nascimento em 10/12/1745 e acrescentam que teve um filho, André Teixeira de Aragão, em 1773. Foi nomeado diretor da fortaleza de Ajudá por decreto de d. Maria I de 22 de julho de 1784. Foi Major: <http://pagfam.geneall.net/0217/pessoas.php?id=1027161> Ele já ocupava o cargo de diretor da fortaleza de Ajudá em outubro de 1782, um ano depois de ser repreendido pela Inquisição e ficou em Uidá até sua morte, em 6 de fevereiro de 1797: AHU, CU, Bahia, cx 64, doc. 12.225 (FCA-PRDH, CD 9), “Ofício de Antonio Fonseca e Aragão ao governador da Bahia, Uidá, 20/10/1782”. Sobre o falecimento: APEB, maço 193, “Francisco Xavier Álvares do Amaral ao governador da Bahia, Uidá, 27/02/1795”.

<sup>29</sup> Agonglo assumiu o trono em 1789, quando Francisco Antônio da Fonseca e Aragão já comandava a fortaleza portuguesa de Uidá.

<sup>30</sup> O forte português tem dois bastiões orientados ao sul para a praia. Resulta notório o interesse

Sei que, no ano de 1791, veio para a dita fortaleza um tenente,<sup>31</sup> e que, no mesmo ano, o diretor o despediu para a cidade da Bahia a buscar ferramentas, e as mais precisas, para um e outro trabalho; e no ano de 1792, ficou a fortaleza prevenida de todo o necessário para a reconstrução de ambos os trabalhos, e até o presente ano de 1795, se acha no mesmo estado[.]<sup>32</sup> [O diretor] quer que da cidade da Bahia venham carretas, quando Vossa Majestade não deve fazer semelhante despesa, tendo nas minhas terras, como já disse, madeiras [2] para se fazer a dita obra, com muita diminuta despesa.

É tal o procedimento do diretor, e tem tal baixeza de espírito, que se vale do nome de Vossa Majestade, pelo seu real serviço, para lucrar três peças de panículo<sup>33</sup> de cada nação que vem negociar neste porto, e a fortaleza lhe dá um padeiro, duas aguadeiras, e uma lavadeira da gente da sua povoação; e os ditos capitães lhes dão, no fim do seu negócio, um rolo de tabaco, a cada um destes serventes, e uma peça de panículo para seu vestuário; e como seja costume antigo mandarem os capitães os ditos panículos ao diretor, para dar aos serventes, ele os deixa ficar em si, e tem a liberdade de dizer que os panículos são para fazer bandeiras para a fortaleza e mortaldas para os soldados que morrem; ação esta bastantemente estranha pelos estrangeiros, que eu e todos eles sabemos que da cidade da Bahia vem todo o necessário para a fortaleza, quanto

---

estratégico do rei na fortaleza portuguesa como defesa para sua terra. Para um estudo sobre esse forte: Pierre Verger, “Le fort portugais de Ouidah” (3 partes), *Etudes Dahoméennes*, n. 4, nouvelle série (1965), pp. 5-50; n. 5, nouvelle série (1965), pp. 5-50; e n. 6/7, nouvelle série (1966), pp. 5-45.

<sup>31</sup> O tenente era Francisco Xavier Álvares do Amaral.

<sup>32</sup> O mal estado dos baluartes era uma preocupação do diretor da fortaleza e, em várias cartas à Bahia, ele solicitou ferramentas, material e carretas, como de fato reconhece Agonglo: APEB, maio 193, “Francisco Antônio da Fonseca e Aragão ao governador da Bahia, Uidá, 4/9/1790; 13/12/1790; 10/12/1791”. Amaral efetivamente trouxe da Bahia o material, mas foi depois de 1792: Verger, *Fluxo*, p. 286, n. 25; cf. APEB, 156, f. 49v: “Governador da Bahia para diretor da fortaleza de Ajudá, 22/08/1793. Dom Fernando José de Portugal anuncia ao diretor que o tenente daquela fortaleza, Francisco Xavier Álvares (do Amaral), que se encontrava na Bahia, voltava para Ajudá com as mercadorias e o que fora pedido”. Porém, as obras não foram realizadas. Em 1796, d. João assumiu a responsabilidade de restaurar os baluartes: BNRJ II- 34, 2, 20, “Dom João ao rei Agonglo, Palácio de Queluz, 6/01/1796”. Também o secretário de estado solicita ao governador da Bahia que tome as providências necessárias: BNRJ II- 34, 2, 20, “Luiz Pinto de Souza ao governador da Bahia, Palácio de Queluz, 5/01/1796”.

<sup>33</sup> Camada ou lâmina de tecido, “pedaço de pano, trapo”, mas também o tecido que reveste o corpo humano (Houais).

mais bandeiras, que no ano acima referido de 1792 vieram da Bahia duas bandeiras e as mortalhas que se dá aos mortos, e mais despesas que se faz, vai carregado em despesa a real fazenda de Vossa Majestade pela cidade da Bahia, enfim, não acho que possa haver ações que possam envilecer mais um espírito; e assim espero que Vossa Majestade use com semelhante homem da retidão da sua real justiça, para exemplo de outros.

Em 8 de dezembro de 1794, amanheceram, na franquia do meu porto, uma nau, três fragatas e dois bergantins de nação francesa, os quais acharam na dita uma charrua, uma galera e um bergantim, todos portugueses, que estavam a resgate de escravos; o bergantim a largar com toda a sua escravatura, equipagem e oficiais a bordo, só a espera do vento terral para se fazer à vela, foram todas três embarcações [2v] aprisionadas pelos ditos franceses, os quais ao amanhecer do dia 8 foram a bordo da charrua e a puseram rasa,<sup>34</sup> sem leme e incapaz de navegar, para a qual fizeram transportar toda a escravatura das duas embarcações com oficiais e equipagem; e pelas 2 horas da tarde, as fizeram arder em fogo as duas, e se fizeram à vela[.] No dia 9, se desembarcaram os cativos e mais gente que ficaram a bordo da charrua, e recolhendo-se na fortaleza, como deviam, foram bem mal recebidos pelo diretor, que em nada pareceu português, e mais agasalho acharam nos estrangeiros, os quais não só lhes ofereceram as suas fortalezas, mas o que precisassem. Ao capitão que havia acabado o seu negócio, lhe mandou o meu cabeceira logo dar casa para a sua morada, onde se conserva com sua escravatura, até que haja navios para o seu transporte.<sup>35</sup> Os ditos capitães da Bahia, por se verem sem com que comprar sustento para sua escravatura, foram ao diretor pedir-lhe socorro, para que lhes desse búzio,<sup>36</sup> para comprarem o dito sustento, e para satisfação do búzio, saca-

<sup>34</sup> Ou seja, desmastrearam.

<sup>35</sup> Esse trecho sugere que até março de 1795, momento da escrita da carta, esse capitão continuava em Uidá com sua escravaria.

<sup>36</sup> Os búzios, chamados *bouges* em francês, *boesjies* em holandês e *akwue* nas línguas locais, eram trazidos das Ilhas Maldivas e do oceano Índico. Constituíam a moeda principal no Daomé. Ver Marion Johnson, "The Cowrie Currencies of West Africa" (2 partes) *Journal of African History*, n. 11 (1970), pp. 17-49, 331-53. O búzio do sul da Bahia, o zimbo, era geralmente levado para Congo e Angola, ver Luiz Felipe de Alencastro, *O tratado dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul: séculos XVI e XVII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 254.

riam letras sobre os seus mercantes; e ele diretor os ultrajou bastante de palavras, faltando-lhes com a assistência, que lhes mandou dar bastante tarde, e foi causa de haver mortandade grande na escravatura,<sup>37</sup> dizendo aos capitães que eu lhes havia [de] tomar os cativos, e aprisioná-los a eles capitães: procedimento este que me escandalizou dentro na alma, por que este diretor nunca soube que eu usasse semelhantes ações com pessoa alguma, e muito menos usaria com os portugueses, e em semelhante ocasião[.] E ficou sem castigo este diretor, por me lembrar [que] havia sido mandado por Vossa Majestade para a fortaleza, deixo a sua punição a real vontade de Vossa Majestade.<sup>38</sup>

[3] No que respeita à charrua, essa não precisava de suprimento para a sua escravatura; porque os franceses a deixaram com tudo quanto dentro tinha de mantimentos e carga, e só levaram o que acharam na câmara, e na corveta dentro nas arcas, e se a escravatura padeceu mortandade, com prejuízo grandíssimo do mercante, foi por culpa do capitão, e caixa, e pelo mau procedimento do diretor; por que fazendo o dito capitão, e caixa, conduzir todo o búzio e mantimentos que a bordo ha-

<sup>37</sup> O diretor confirma que a maior parte dos escravos faleceu, “com epidemia das bexigas e escorbuto e outras rigorosas moléstias por não haver embarcações que os transportassem”, mas sugere que foram os daomeanos que privaram de sustento a fortaleza: APEB, maço 193, “Francisco Antônio da Fonseca e Aragão ao governador da Bahia, Uidá, 13/03/1795”.

<sup>38</sup> Para este ataque dos franceses, naquele momento em guerra com a Inglaterra, ver Verger, *Fluxo*, pp. 229-33. Verger transcreve uma interessante carta do governador inglês, Lionel Abson, sobre os acontecimentos. Contudo Verger não apresenta as cartas do próprio diretor Fonseca e Aragão, que fornecem algumas informações complementares. Ele informa, por exemplo, coincidindo com Abson, que os cinco navios franceses arvoravam bandeiras inglesas, o que era comum entre os corsários em tempos de guerra. Informa das naves portuguesas: uma charrua de Lisboa de João Roque Jorge; uma galera da praça da Bahia, senhorio Pedro Gomes Ferreira; e um bergantim de Pascual Pereira de Mattos, o último prestes a partir com todo o seu carregamento. Abson acrescenta que a galera era comandada por João Silvério de Vilas Boas, e o bergantim, por Joaquim Setúbal. Os franceses fizeram passar todos os escravos e equipagem para a charrua de Lisboa, enquanto incendiavam as outras duas naves. A situação mais confusa diz respeito a reação dos daomeanos nos dias seguintes que, numa tentativa de controlar a desordem, instaram os três governadores europeus a providenciar um inventário de todos os bens preservados nas fortalezas. O diretor francês concordou, mas Fonseca e Aragão e Abson se negaram, passando seus respectivos fortes a sofrer um corte no abastecimento de alimentos e seus membros a ter o movimento proibido. O yovogan teria aprisionado temporariamente o diretor português. Ele argumenta que “por ser costume nesta costa que quanto vem às praias dela se apossa dele o gentio que as domina” o que teria dado sustento ao rumor de que o rei iria ficar com o carregamento e mercadorias das naus atacadas: APEB, maço 193, “Francisco Antônio da Fonseca e Aragão ao governador da Bahia, Uidá, 20/12/1794 e 13/03/1795”.

via para a fortaleza, requereram ao dito diretor lhes desse um armazém para recolherem nele o que tinham; ele diretor lhes franqueou um armazém que se acha por baixo da casa da sua assistência, e o dito capitão, e caixa, fizeram dele fiel da chave, pensando estaria assim segura a sua fazenda; foi quando o dito diretor se serviu de mandar, à noite (depois que se fechava a porta da fortaleza), os moços do seu serviço ao dito armazém tirar os búzios, que chegou ao número de oitenta sacos, que mandava conduzir para a sua morada[.] Ouvindo eu os clamores destes homens, por informação certa,<sup>39</sup> mandei buscar as chaves tanto dos armazéns de Vossa Majestade como dos ditos homens, o que repugnou o diretor a entrega; e eu cuidei em mandar vir à minha presença os moços que serviam tanto ao dito diretor, como ao capitão, e caixa, dos quais soube, de ciência certa, a usurpação que havia feito o dito diretor, na fazenda pertencente à charrua e, por último, aconselhou ao capitão, e caixa, fazer um leilão para venderem a escravatura e, no mesmo dia do tal leilão, ou praça, houveram a escravatura por abandonada, ficando ele diretor de posse dos escravos, e se venderam muito poucos, por pouco mais, ou nada; o tabaco que ficou o comprou o diretor, por muito diminuto preço[.] Não compreendo se não [3v] ser conchavo dos dois, com o dito diretor, e por modo algum deve o dono da charrua passar por semelhante prejuízo.

Eis o que se me oferece fazer presente a Vossa Majestade, de quem espero exemplar castigo, como costuma em semelhantes casos. Envio à real presença de Vossa Majestade, um meu branco<sup>40</sup> e dois embaixadores, para fielmente entregarem a Vossa Majestade esta minha carta.

Rogo à real pessoa de Vossa Majestade os mande logo; pois para irem a sua real presença, com mais brevidade, escrevo ao general<sup>41</sup> da cidade da Bahia.

Espero que Vossa Majestade não me poupe com enviar-me as suas reais ordens que eu, no cumprimento delas, darei a conhecer a

---

<sup>39</sup> Os reis daomeanos eram conhecidos pela sua sofisticada rede de espões, tanto entre os nativos como entre os europeus.

<sup>40</sup> Ver carta 1, nota 4.

<sup>41</sup> Capitão-general, título dos governadores de capitanias no Brasil.

Vossa Majestade a fiel amizade que lhe professo. Desejo a real pessoa de Vossa Majestade, e a toda a real família, prósperas felicidades.

Deus guarde a real pessoa de Vossa Majestade por dilatados anos, Abomé, 20 de março de 1795.

De Vossa Majestade  
o mais fiel amigo e  
muito venerador.

assinado o Rei de Dagomé, com uma cruz.<sup>42</sup>

## Carta 4

[Rei Adandozan ao príncipe regente de Portugal, d. João, Daomé, 1797]<sup>43</sup>

[347]

Cópia

Sereníssimo senhor<sup>44</sup>

Como eu estou tão acostumado a receber favores tão preclaros de Vossa Alteza quero merecer de Vossa Alteza a honra de me mandar uma carruagem<sup>45</sup> que seja boa, cuja despesa eu satisfarei na fortaleza de Vossa

<sup>42</sup> Ao final da carta consta a assinatura de Mario Gomes de [?] provavelmente o escrivão que copiou o original.

<sup>43</sup> Existem duas versões desta missiva: APEB, Seção Colonial e Provincial, Ordens Régias 1799-1800, maço 89, f. 347, 347v; e AHU, CU, Bahia, cx 107, doc. 20.936 (FCA-PRDH, CD 17), com a ementa: “Cartas (4) de Adanruzan, Rei do Dahomé, dirigidas ao Príncipe Regente D. João nas quaes se refere a expulsão do diretor da fortaleza de Ajudá Manuel de Bastos Varella Pinto Pacheco, a oferta de presentes e a encomenda de uma carruagem, armas polvora, cadeiras e um chapéo de sol. Bahia 29 de outubro de 1800 (anexa ao n. 20.928)”. A presente transcrição foi realizada a partir da cópia do APEB. Na parte superior, em lápis, consta “Doc 111B, 246”. A transcrição de Verger, *Fluxo*, p. 239, se ajusta bastante ao original, embora corrija algumas construções gramaticais e atualize a ortografia.

<sup>44</sup> Trata-se de d. João VI, príncipe regente de Portugal e Algarves entre 15 de julho de 1799 e 20 de março de 1816, quando tornar-se-ia rei com a morte de sua mãe d. Maria I.

<sup>45</sup> Os reis acumulavam diversos artefatos tecnológicos de origem europeia, entre eles, meios de transporte. Em 1773, Norris presenteou o rei Tegbesu com uma cadeira de arruar e um órgão: Robert Norris, *Memoirs of the Reign of Bossa Ahadee, King of Dahomy*, Londres, Frank Cass, [1789] 1968, p. 112. Nos Costumes (ver carta 11, nota 116), no segmento conhecido como o “desfile das riquezas” do rei, em 1789, em tempos do rei Kpengla, Gourg fala da exibição de “duas pequenas carroças”: Archives d’Outre-Mer (AOM), Aix-en-Provence, Fonds Ministeriels/ Dépôt des Fortifications de Colonies, C6/26, doc. n. 110, Gourg, “Journal de mon voyage a Daomé pour assister aux coutumes que fait le roy Dahomet et luy porter les presents d’usage”, 22/01/1789”, ff. 5, 10-1.

Alteza, e igualmente quero que Vossa Alteza me faça o favor mandar de pólvora duzentos, ou trezentos barris,<sup>46</sup> cujo bom pagamento eu farei em excelentes cativos na mesma fortaleza de Vossa Alteza, cujo mesmo bom pagamento me obrigo a fazer por todas as peças de seda<sup>47</sup> que Vossa Alteza fizer remeter para a dita fortaleza, com a cautela delas não se partirem; e espingardas das que usam a gente de guerra de Vossa Alteza, e algumas mais curtas;<sup>48</sup> chapéus de sol os mais grandes que possam ser e ricos;<sup>49</sup> e um, ou duzentos de chifarotes com os seus bocais e ponteiras de prata, que sejam bons [e] não passem de três palmos, e outros mais compridos;<sup>50</sup> e alguns frascos brancos lapidados grandes, e pequenos para conservar bebidas; e algumas galantarias com que Vossa Alteza me queira fazer o favor [de] honrar; e mais doze cadeiras boas; e vinte quatro chapéus de galão bons, de prata e ouro,<sup>51</sup> do que tudo eu farei bom pagamento em escravos bons no forte de Vossa Alteza[.] Deus guarde a Vossa Alteza para felicidade dos seus reinos etc.

De Vossa Alteza seu irmão

Rey Dagome

<sup>46</sup> Além da guerra, a pólvora era também usada para salvas de canhão. No forte inglês, por exemplo, se consumia 1/3 e 1/6 de barril de pólvora por cada salva ao rei e ao vice-rei, respectivamente. Entre 1796 e 1800, um barril custava 9 libras esterlinas. TNA, T70/1163, “Day Books for William’s Fort, Uidá, 1788-1812”.

<sup>47</sup> Junto com barris de aguardente, as peças de seda eram a principal mercadoria para presentear o rei durante os Costumes. Ver, por exemplo: APEB, maço 193, “Manoel Bastos Varela Pinto Pacheco ao governador da Bahia, Uidá, 16/06/1797”.

<sup>48</sup> O uso de armas de fogo na região é conhecido desde a segunda metade do século XVII. Armas e pólvora eram outras das principais mercadorias no comércio negreiro: Robin Law, *The Slave Coast of West Africa 1550–1750. The Impact of the Atlantic Slave Trade on African Society*, Oxford: Clarendon Press, 2002 [1991], pp. 181, 202-3, 227-8.

<sup>49</sup> Os grandes chapéus “finos e de galões” eram artigos de prestígio que só o rei, os membros da família real, os grandes cabeceiras e os brancos podiam utilizar: P. Vicente Ferreira Pires, *Viagem de África em o reino de Dahomé*, São Paulo, Companhia Editora Nacional (introdução de Clado Ribeiro de Lessa), 1957 [1800], p. 112. O diretor do forte português, Varela, em relação ao embaixador do Daomé, d. João Carlos de Bragança, recém-retornado da Bahia, comenta que ele “andou de maca [rede] e chapéu de sol pequeno (este só os pode trazer os brancos)”: APEB, maço 193, “Manoel Bastos Varela Pinto Pacheco ao governador da Bahia, Uidá, 22/06/1797”.

<sup>50</sup> Chifarote: espada curta e reta. Os bocais e ponteiras se referem provavelmente à bainha da espada, feitas de couro com extremidade de prata para proteger as pontas das espadas.

<sup>51</sup> Ver nota 49. Chapéu de galão era um com enfeite de tira ou cadarço de tecido bordado ou de fios entrançados, no caso prateados e dourados. Para os chapéus enviados pelo rei de Portugal a Tegbesu ver a carta 13.

Torno advertir a Vossa Alteza que os barris de pólvora que [ilegível] [347v] seja boa, feita com muita largura por dentro que traga ou leve bastante pólvora, e há de ser madeira boa, que não bota pólvora a perder &<sup>52</sup>

## Carta 5

[Rei Adandozan ao príncipe regente de Portugal, d. João, Daomé, posterior a 5/1797]<sup>53</sup>

[348]

Cópia

Sereníssimo senhor

Recebeu o meu amado pai<sup>54</sup> com a última alegria os padres,<sup>55</sup> e as cartas que Vossa Alteza lhe enviou,<sup>56</sup> e sobrevivendo-lhe dentro em poucos dias a doença leve de poucas bexigas,<sup>57</sup> se aproveitaram os opostos ao seu sistema desta ocasião e o mataram com veneno no termo de duas horas.<sup>58</sup> Esta desgraça transtornou tudo quanto o senhor rei meu pai

<sup>52</sup> Nota-se que, além de solicitar que a quantidade de pólvora seja grande, há um cuidado com o recipiente do produto, que deve ser de madeira boa, para resistir a umidade e outros riscos no transporte. O mesmo cuidado no contendor foi expresso na carta 7 em relação às pipas de aguardente.

<sup>53</sup> Existem duas versões desta missiva: APEB, Seção Colonial e Provincial, Ordens Régias 1799-1800, maço 89, f. 348, 348v; e AHU, CU, Bahia, cx 107, doc. 20.934 (FCA-PRDH, CD 17). Para a ementa, ver carta 4, nota 43. A presente transcrição foi realizada a partir da cópia do APEB. Na parte superior, em lápis, consta “Doc 111C, 247”. A transcrição de Verger, *Fluxo*, pp. 239-40, se ajusta ao original, embora atualize em algum caso a ortografia. Para uma discussão sobre sua autoria, ver Introdução.

<sup>54</sup> Trata-se de Agonglo, que reinou entre 1789 e 1797.

<sup>55</sup> Os padres Vicente Pires e Cipriano Sardinha chegaram ao Daomé em 8 de abril de 1797, junto com o embaixador dameano d. João Carlos de Bragança e o novo diretor da fortaleza, Manoel Bastos Varela Pinto Pacheco.

<sup>56</sup> BNRJ II- 34, 2, 20, “Dom João (em nome de sua mãe d. Maria) ao rei Agonglo, Palácio de Queluz, 06/01/1796”; BNRJ II- 34, 2, 20, “Rainha d. Maria ao rei Agonglo, Palácio de Queluz, 19/02/1796”.

<sup>57</sup> Sobre as bexigas e a varíola na África ocidental ver, entre outros: Claude Lepine, “As metamorfoses de Sakpata, deus da varíola”, in Carlos Eugênio Marcondes de Moura (org.), *Leopardo dos Olhos de Fogo - Escritos sobre a religião dos orixás VI* (São Paulo: Ateliê Editorial, 1998), pp. 119-44; Elisee Soumonni: “Disease, Religion, and Medicine: Small Pox in Nineteenth Century Benin” (no prelo).

<sup>58</sup> O rei faleceu em 30 de abril de 1797. Para mais detalhes sobre a morte de Agonglo ver Introdução.



tinha projetado, e inabilitou-me para eu poder condescender com a vontade de Vossa Alteza, nem poder dar adiante um só passo sem o conselho dos meus secretários[.]<sup>59</sup> O meu embaixador me certificou das muitas honras e grandezas com que Vossa Alteza tanto [o] enobreceu, favor que eu agradeço e jamais poderei compensar.<sup>60</sup> Eu não pude aviar o mesmo com os padres enviados por Vossa Alteza porque não me deu tempo a rigorosa moléstia que os atacou por três luas neste país. Não tenho mais que dizer a Vossa Alteza, senão que eu terei o último cuidado de que a sua fortaleza seja respeitada com todos os seus oficiais<sup>61</sup> com aquele cuidado que me merece o afeto com que Vossa Alteza me estima[.] Deus guarde a Vossa Alteza muitos anos para glória e felicidade dos seus povos.

De Vossa Alteza  
irmão muito afetivo  
Adanruzan + Rey de Dagome etc.

[348v]

Remeto a Vossa Alteza quatro dentes de elefantes e dois panos de alagares<sup>62</sup> para o meu irmão, perdoe-me a pouca limitação etc.

<sup>59</sup> Adandozan se refere aqui ao projeto de batismo de Agonglo, truncado pela sua morte. Adandozan mostra sua reticência em dar continuidade à aproximação com o catolicismo e sua dependência do conselho de secretários e, certamente, seus sacerdotes. Sobre o histórico das diversas missões no Daomé: ver Robin Law, “Religion, Trade and Politics on the ‘Slave Coast’: Roman Catholic Missions in Allada and Whydah in the Seventeenth Century”, *Journal of Religion in Africa*, v. 21, n. 1 (1991), pp. 42-77; Jean Bonfils, *La Mission catholique en République du Bénin*, Paris: Karthala, 1999.

<sup>60</sup> Sobre o embaixador de Agonglo, D. João Carlos de Bragança, ver Introdução; sobre os problemas por ele causados na Bahia, ver também Introdução, nota 32.

<sup>61</sup> A referência à proteção devida aos oficiais da fortaleza reforçaria a hipótese de Verger de ser a carta ditada pelo tenente Francisco Xavier Álvares de Amaral. Ver Verger, *Fluxo*, p. 240, e Introdução.

<sup>62</sup> Provavelmente um tipo de pano da Costa. Num inventário *post-mortem* de 1830 há menção a “três panos da Costa de cores chamados ‘alacar’”: APEB, Judiciário. Talvez de “alaga”, tecido de algodão muito usado na Turquia (Houaiss). Varela assinou um recibo ao padre Pires relativo a entrega desses presentes: APEB, maço 193, “Manoel Bastos Varela Pinto Pacheco ao governador da Bahia, Uidá, 4/10/1797”. Ver também, Pires, *Viagem*, p. 105. Na carta 7 há também referência a presentes de panos de “alagarez” dirigidos ao governador da Bahia.

## Carta 6

[Rei Adandozan ao príncipe regente de Portugal, d. João, Daomé, posterior a 9/09/1797 e anterior a 1/11/1797]<sup>63</sup>

[346]

Cópia

Sereníssimo senhor dom João príncipe de Portugal

Meu irmão, no dia 9 de setembro de 1797, de mim se veio valer o padre Vicente Ferreira Pires ainda doente como estava.<sup>64</sup> Depois de eu o ter despachado para Ajudá queixando-se com muita razão contra o diretor,<sup>65</sup> e agora vejo quanto pode um diretor, eu ouvi tudo quanto me disse o padre, e ele melhor lhe dirá, e para evitar muita escrita só digo que ultimamente, dando-lhe mil maltratação que me diz o padre Vicente, se é assim ou não, melhor lhe dirá o mesmo padre.<sup>66</sup> O dito diretor passou ordem ao capitão do navio para não receber o padre Vicente a bordo do navio,<sup>67</sup> e como foi Deus servido levar para si o padre Cipriano,<sup>68</sup> e me é preciso que o padre Vicente leve todas as ordens a Vossa Alteza,<sup>69</sup> escrevi ao dito governador ou diretor para deixar embarcar o padre Vicente a ir aos pés de Vossa Alteza, pois eu sou seu irmão, peço-lhe

<sup>63</sup> Existem duas versões desta missiva: APEB, Seção Colonial e Provincial, Ordens Régias 1799-1800, maço 89, f. 346; e AHU, CU, Bahia, caixa 107, doc. 20.933, (FCA-PRDH, CD 17). Para a ementa ver carta 4, nota 43. A presente transcrição foi realizada a partir da cópia do APEB. Na parte superior, em lápis, consta “Doc 111A, 245”. A transcrição de Verger, *Fluxo*, p. 240, é bastante ajustada ao original, embora corrija algumas construções gramaticais e atualize a ortografia. Verger desconfia que essa carta tenha sido ditada pelo tenente Francisco Xavier Álvares de Amaral (ver Introdução).

<sup>64</sup> Sobre o padre Pires e sua missão de catequese, ver Introdução. Sobre o costume de escravos ou outros indivíduos residentes no Daomé irem à corte de Abomé “dar a cabeça ao rei”, ou seja, se colocar sob sua proteção e jurisdição, ver APEB, maço 193, “Manoel Bastos Varela Pinto Pacheco ao governador da Bahia, Uidá, 16/06/1797”. Pires, *Viagem*, p. 123, teria solicitado ajuda ao avoga (yovogan) que o enviou para Abomé em 4 de setembro 1797.

<sup>65</sup> Manoel de Bastos Varela Pinto Pacheco.

<sup>66</sup> Para o confronto entre o padre Pires e o diretor Bastos Varela, ver Introdução.

<sup>67</sup> Bastos Varela alega que se recusou apenas a pagar a passagem mais cara: APEB, maço 193, “Manoel Bastos Varela Pinto Pacheco ao governador da Bahia, Uidá, 4/10/1797”. O impedimento de embarque é mencionado por Lessa, *Viagem*, p. 156.

<sup>68</sup> O padre Cipriano Sardinha faleceu em 20 de julho de 1797.

<sup>69</sup> No original “e me é preciso que o padre Vicente, e é que me leva todas as ordens a Vossa Alteza”. As “ordens” são as cartas enviadas pelo rei (cartas 4, 5, 6) e os presentes de panos e marfim: ver carta 5, nota 62.

muito, e desejo que Vossa Alteza o despache a este padre naquilo que ele pedir,<sup>70</sup> pois muito merece pelos trabalhos e doenças que tem padecido [etc.] E no mais não tenho que dizer a Vossa Alteza, que Deus guarde por muitos anos, a quem Deus guarde por muito e muita felicidade para amparo de seus povos etc.

De Vossa Alteza  
seu irmão muito obrigado  
Adanruza + Rey de Dagome

## Carta 7

[Rei Adandozan ao governador da Bahia, Fernando José de Portugal, posterior a 04/1797]<sup>71</sup>

[1]

Ilustríssimo e excelentíssimo senhor d. Fernando Joze de Portugal

Agradeço a Vossa Excelência o bom tratamento e grandeza com que recebeu o meu embaixador,<sup>72</sup> segundo me informaram os padres,<sup>73</sup> e eu vivo bem certificado[.] Esta, além do exposto, vai certificar a Vossa Excelência que este porto [Uidá] está pronto e aberto para o navio de nação portuguesa[.] Com a última franqueza mais, Vossa Excelência deve ver que o tabaco venha com rolos mais maiores, porque vêm muito pequenos, antigamente vinha muita a miudeza, cachimbo<sup>74</sup> [e] algumas fazendas portuguesas boas[.] Hoje nada disto vem, eu quereria destas coisas, porque as farei pagar em bons cativos, sem levantar o negócio

<sup>70</sup> Esse tipo de orientação reforça a ideia de a carta ter sido redigida para satisfazer os pedidos do padre Pires.

<sup>71</sup> APEB, Secção Colonial, Correspondência recebida de autoridades diversas, maço 197, cx. 76, doc 2. Ementa, em lápis: “Rei de Dagomé 1794”, data certamente errada, e “maço 197, Doc 02, 02 fls”.

<sup>72</sup> D. João Carlos de Bragança, enviado a Lisboa pelo rei Agonglo em 1795.

<sup>73</sup> Os padres Vicente Pires e Cipriano Sardinha, ver carta 5, nota 55.

<sup>74</sup> O cachimbo para fumar o tabaco importado da Bahia era um dos objetos mais requisitados no Golfo do Benim. Inicialmente eram importados, mas depois houve também produção local. Ver, entre outros, Brian Vivian, “On Tobacco Pipes in Asante”, *Journal des africanistes* v. 75, n. 2 (2005), pp. 87-95; Josette Rivallain, “Pipes européennes du littoral béninois”, *Cahiers du CRA*, n. 8, (1994), pp. 9-24.

nem haver novidade[.] Venha vinho português, boa aguardente,<sup>75</sup> eu tudo comprarei, e espero que Vossa Excelência não se descuide de fazer com que isto venha. Deus guarde a Vossa Excelência muitos anos etc.

De Vossa Excelência  
fiel amigo  
Adanruzâ X Rey Dagomê

torno advertir a Vossa Excelência que  
quando vier os navio que traga boa  
aguardente e madeira boa  
que faça as pipas que não saia  
aguardente ruim etc.

Remeto-lhe a Vossa Excelência um  
panos grande de alagarez bons<sup>76</sup>  
para sua cama, perdoe-me [rasurado]  
limitação, em tendo ocasião mande-me  
Um tinteiro para eu ter tinta nele para [es]crever etc.  
Mande-me bastante navio para o meu porto.

[2]

Ao ilustríssimo e excelentíssimo senhor capitão general invencível d.  
Fernando Joze de Portugal, que Deus guarde muitos anos para felicidade dos povos que governa [?] Bahia

---

<sup>75</sup> Junto com as peças de seda, a aguardente era a outra principal mercadoria para presentear o rei durante os Costumes (ver carta 11, nota 116). A aguardente era consumida em todo encontro entre os europeus e os cabeceiras e devia ser distribuído entre os oficiais e seus assistentes. As libações eram gestos essenciais no protocolo africano e também na oferenda às divindades.

<sup>76</sup> Este pano ofertado ao governador seria distinto daqueles enviados ao príncipe d. João: ver carta 5, nota 62. Fica a dúvida se era um pano bom, ou uns panos bons.

## Carta 8

[Rei Adandozan ao príncipe regente de Portugal, d. João, Daomé, anterior a 24/6/1799]<sup>77</sup>

[1]

Sereníssimo senhor

Dagomê hoje [mill urtte] supra

Meu irmão e senhor muito da minha veneração[.] Em primeiro lugar estimarei que estas duas regras cheguem aos pés de Vossa Alteza,<sup>78</sup> estimando que o fidelíssimo senhor logre boa saúde e na perda dela me mandar em ocasiões do serviços do fidelíssimo senhor[.] Eu ao fazer destas fico bem.

Meu irmão e muito meu senhor serve esta para lhe dar parte e queixas do meu e seu governador da fortaleza de Ajudâs que me fez o fidelíssimo senhor a honra de me mandar, o qual, sempre pensei, sendo o primeiro diretor do meu tempo, que faria boa companhia, porém tudo pelo contrário, pois tudo quanto o dito me suplica [=diz] são umas falas desatentas, coisas que nenhum dos diretores por mais ruim [que seja] não me tem dito, pois não são coisas que posso suplicar a Vossa Alteza[.] Porém a maior queixa que do dito tenho é ter na mão o dito um veneno chamado Ryzalgol que os mesmos brancos [dizem] que é coisa muito ruim e que, evidentemente, dando em bebida mata a qualquer pessoa,<sup>79</sup> e

<sup>77</sup> AHU, CU, Bahia, cx 107, doc. 20.935, (FCA-PRDH, CD 17). Para a ementa, ver carta 4, nota 43. Carta parcialmente transcrita por Verger, *Fluxo*, pp. 241-42. Além da gramática ser bastante deficiente, a caligrafia é de difícil leitura. Agradeço a João Reis que contribuiu para decifrar algumas das partes mais confusas. A carta foi escrita antes de 25 de junho de 1799, pois, nessa data, o sucessor interino, o almoxarife Marques da Graça, escrevia ao governador da Bahia informando da expulsão de Bastos Varela, e à rainha d. Maria, informando da sua nomeação temporária por Adandozan como encarregado da fortaleza: APEB, maço 193, “José Joaquim Marques da Graça ao governador da Bahia, Uidá, 25/06/1799”; AHU, CU, Bahia, cx 101, doc. 19.718 (FCA-PRDH, CD 15). A carta 8 foi encaminhada a Lisboa pelo governador da Bahia em 18 de dezembro de 1799: APEB, maço 139, “Fernando José de Portugal a Rodrigo de Souza Coutinho, Bahia, 18/12/1799”, f. 247. O governador da Bahia respondeu ao rei Adandozan em 14 de dezembro de 1799, e fez referência à carta 8, “expondo a causa do reenvio para esta cidade da Bahia do atual diretor Manoel Bastos Varela”: Verger, *Fluxo*, p. 244.

<sup>78</sup> Menção a duas cartas das quais só se conserva uma.

<sup>79</sup> O medo do veneno dos nativos, especialistas em farmacopeia, era bastante difundido entre os europeus. Neste caso o quadro se inverte e é o branco que é temido pelo seu veneno, no caso provavelmente o rasalgar ou arsênico.

como do dito recebo algumas bebidas e outras qualquer coisa, mandei lhe pedir que me mandasse para botar fora ou queimá-la, não me quis o dito senhor mandar-me razão[.]<sup>80</sup> Remeto a Vossa Alteza o dito diretor que não quero na minha terra[.] O fidelíssimo senhor é que [deve] consertar o forte com esta [desacomodações?], me fará mercê mandar-me outro para sua fortaleza ainda que seja menino, que tenha boa cadência a vir governar o forte da [sua] real pessoa[.] Pois eu farei boa sucessão, pela amizade e o afeto com que Vossa Alteza me trata[.] O dito suplicante é insofrível e não o posso aturar[.] E também dou parte a Vossa Alteza que o diretor que morreu, chamado Francisco Antonio,<sup>81</sup> tinha o defunto meu pai lhe dado 40 cativos para o dito os dispor em navios diversos [e] galantarias[.] Morreu o dito sem dar [2] conta a dita quantia e, como sabia destas dívidas, o defunto tenente Francisco Alz de Amarar, que é do mesmo forte, e o capitão Fellis da Costa Lisboa, é que levou os bens do dito[.]<sup>82</sup> E como pagame[nto] todo entregou o meu [= mehu] ao mesmo diretor para mandar e mandou me dizer o dito senhor capitão em como ficava pago; mandando o meu cabeceira meû [= mehu]pedir-lhe, não quis dar [e] tudo é me mangar e falar mal de mim[.] Enfim pagou a metade e [o] resto para ser pago foi preciso ter razões e discompor-me; pois ainda que negro, sou senhor da minha terra[.]<sup>83</sup> Enfim digo isto tudo a Vossa Alteza [porque] quero que saiba a menor parte das minhas queixas, do que remeto o dito senhor a Vossa Alteza[.] Também dou parte a Vossa Alteza que tudo é o dito me abandonar que mandei embaixador a Lisboa e o qual dividaram as [lanbras] e que eu não quero pagar, os ditos não mandei as [lanbras] da Bahia, só sim mandei a Lisboa aos pés do meu irmão el Rei de Portugal e se eles devem ou não eu sou sabedor, só soube que não careceram de nada pela amizade do fidelíssimo senhor que tanto me nobrigou etc<sup>84</sup> Não en-

<sup>80</sup> Sobre a acusação de adulteração da aguardente, ver carta 12.

<sup>81</sup> Francisco Antônio da Fonseca Aragão.

<sup>82</sup> Trata-se do tenente Francisco Xavier Álvares do Amaral e do capitão Felix da Costa Lisboa (ver Introdução e carta 12).

<sup>83</sup> Sobre as dívidas e inventário dos bens de Francisco Antônio da Fonseca Aragão, ver: APEB, maço 193, “Francisco Xavier Álvares do Amaral ao governador da Bahia, Uidá, 27/02/1797”, “Manoel Bastos Varela Pinto Pacheco ao governador da Bahia, Uidá, 16/06/1797”. O mehu (meû) era o segundo do rei, depois do migan ou “primeiro ministro”.

<sup>84</sup> Frase confusa com referência presumivelmente aos embaixadores de 1795 e às dívidas por eles geradas. Verger traduz “lanbras” por lembranças. Alternativamente, “canbras” poderiam ser cambraias, tecido de algodão ou de linho muito fino.

fado mais a pessoa real [informo] de que o meu porto fica aberto para as nações portuguesas com a estimosa franqueza, pelo afeto com que o fidelíssimo senhor me trata, espero boa resposta e bondade do meu irmão [para] não deixar a fortaleza desamparada[.] O céu guarde a pessoa real por muitos anos.

Irmão muito afetivo  
Adaruzâ + Rey de Dagomê

## Carta 9

[Rei Adandozan ao governador da Bahia, Francisco da Cunha Menezes, Daomé, anterior a setembro de 1803]<sup>85</sup>

Senhor dom Christam da Cunha,<sup>86</sup>

Meu amigo e muito meu senhor, em primeiro lugar estimarei que esta vai achar Vossa Senhoria logrando muita boa saúde, quanto para mim desejo, em companhia de todos os seus povos. Senhor, vou com esta a dar parte a Vossa Senhoria que o tenente comandante que se acha no meu porto [Uidá], no forte português, está me botando o meu porto a

<sup>85</sup> O que parece ser o original desta carta está depositado no AHU, CU, Bahia, cx 131, doc. 25.804 (FCA-PRDH, CD 21), sob a ementa: “Carta do rei de Dagomé para o governador da Bahia na qual lhe apresenta as suas queixas contra o governador da Fortaleza de S. João de Ajudá José Joaquim Marques da Graça, e lhe pede para enviar para ela um novo governador, s.d. (anexa ao n. 25.803)”. Há uma cópia no APEB, Seção Colonial e Provincial, Cartas do governo (a Sua Majestade) 1802-1805, maço 142, f. 498. A transcrição de Verger, *Fluxo*, pp. 244-45, inicia na segunda frase, atualiza o português e sintetiza frases que no original são bastante confusas e às vezes reiterativas. A presente transcrição foi realizada a partir do documento do AHU, com recurso à cópia do APEB para decifrar as partes rasuradas. Quanto à datação da carta, ela é anterior à expulsão do tenente Marques da Graça, retirado de Uidá pelo capitão Manoel Duarte da Silva (carta 12). Esse capitão tem registradas cinco viagens entre a Bahia e o Golfo do Benim, no período de 1798 a 1815. Apenas uma viagem, com chegada na Bahia em 29 de novembro de 1803 (TSTD2, n. 47745), corresponderia à data de sua expulsão (pois o sucessor foi nomeado em fevereiro de 1804). Calculando dois meses de viagem, podemos supor que Marques da Graça foi expulso por volta de setembro de 1803.

<sup>86</sup> Na carta original o nome do destinatário está ilegível. O Christam da Cunha que consta na cópia parece ser um erro em referência a Francisco da Cunha Menezes, governador e capitão-general da capitania da Bahia, de 5/10/1802 a 1805. Militar português, foi anteriormente governador e capitão-general da Índia de 1786 a 1794, e, no Brasil, governador e capitão-general da capitania de São Paulo, de 16 de março de 1782 a 1786. Em 1807 foi nomeado tenente-general. Faleceu em 1812.

perder de todo o negócio[.]<sup>87</sup> A saber, veio uma charrua de Lisboa fazer o seu negócio, que costuma a fazer; o dito senhor comandante ensinou ao capitão da dita que não faça o pagamento da forma e o costume que o dito capitão fazia, pois disse que não metesse ancora grande, que o dito costuma a doar sobre cativos, o dito capitão que não desse ancora grande, e assim os mercadores todos dizem que sou eu [que] mando fazer tudo isto[.] O dito mesmo [tenente] foi a bordo do dito capitão mandar fazer ancorestinha pequena<sup>88</sup> para fazer pagamento aos mercadores, e os ditos mercadores não querem aceitar[.] Pois [=porque] o rei de Portugal é meu irmão, devo me queixar de algum mal que se me fizer na minha terra aos portugueses[.] Mande-me Vossa Senhoria governador para o forte português, porque estando um governador na Costa, se quiser alguma [coisa] eu mando lhe dizer, e se [Vossa Senhoria] lhe quer alguma, também me há de mandar dizer, pois o [dito] tenente é muito ridículo e não é gente de bem[.]<sup>89</sup> É tudo quanto lhe posso explicar[.] Que Deus o guarde por muitos anos.

De Vossa Senhoria

amigo etc.

Adandouza + Rey de Dagomé<sup>90</sup>

<sup>87</sup> Trata-se de José Joaquim Marques da Graça, antigo almoxarife da fortaleza portuguesa, que recebeu patente de tenente em 1801, quando assumiu o posto de diretor interino.

<sup>88</sup> A ancora (*anker* em inglês) era uma medida de líquido correspondente a 10 ½ galões. No século XVIII, na Inglaterra, existia o “velho galão de vinho” (3,785 litros) e o galão imperial (4,546 litros). Talvez a distinção entre “ancorestinha pequena” e “ancora grande” esteja baseada na mensuração em um ou outro tipo de galão.

<sup>89</sup> Como dito, o tenente Marques da Graça foi expulso por volta de setembro de 1803. Ver nota 85 e Introdução.

<sup>90</sup> Na cópia do APEB, após o nome do rei, lê-se “assinado com cruz” e, na parte inferior, assina o escrivão Ignacio Jozè Aprigio da Fonseca Galvão. O mesmo também assina o fólio anexo (f. 499), com a lista de prisioneiros portugueses (ver Introdução, nota 62).



## Carta 10

[Rei Adandozan ao governador da Bahia, Francisco da Cunha Menezes, Abomé, 14/11/1804]<sup>91</sup>

Cópia

Senhor capitão general Francisco da Cunha e Menezes

Aboumé 14 de novembro de 1804

Meu amigo e senhor, primeiro que tudo vou a saber da sua boa saúde, apetecendo todas as felicidades, como eu para mim desejo, louvor do seu bom governo com gostos.

Saberá Vossa Excelência que despacho, ao meu mandado, dois embaixadores e um cativo meu, que cativei na minha guerra que mandei às praias de Porto Novo, no mês de setembro deste seguinte ano, e que agora por este dito, por nome Innocencio Marques,<sup>92</sup> envio com os meus a levar essa embaixada a meu mano<sup>93</sup> e senhor dom João Carlos de Bragança, com cartas minhas a saudá-lo, e os mais tratos sobre as minhas terras[.] E, por tanto, desejo de Vossa Excelência todo o bom provimento, e acatamento, e brevidade, no transporte para os ditos seguirem [a]o [seu] destino, em que os envio[.] Para essa causa, determino tudo debaixo da ordem de Vossa Excelência, após abono para o dito efeito o suprimento de Vossa Excelência que for preciso aos ditos, e por eles toda a despesa me obrigo a pagar[.]<sup>94</sup> E, assim, o que desejo de Vossa Excelência é a brevidade, pois sem ela não determino as minhas ordens, e assim rogo a Vossa Excelência, como amigo, que não me queira demorar os meus embaixadores e, na ida dos ditos, todo aprovisionamento que Vossa Excelência entender etc. Remeto a Vossa Excelência um dos

<sup>91</sup> AHU, CU, Bahia, cx 136, doc. 27100 (FCA-PRDH, CD 22), "Carta do Rei de Dahomé para o governador da Bahia, na qual lhe recomenda os dois Embaixadores ao Rei de Portugal, Abaimé [sic], 14 de novembro de 1804. Cópia (Anexa ao n. 27.099)". Carta parcialmente transcrita por Verger, *Fluxo*, pp. 286-7.

<sup>92</sup> O nome completo do "cativo" é Inocência Marques Santana, ver Introdução.

<sup>93</sup> A expressão "mano", ainda mais coloquial que o "irmão" de outras cartas, aparece também na carta 11, dirigida a d. João, e indica que ambas foram ditadas, ou escritas, pela mesma pessoa.

<sup>94</sup> Porém, não há menção de qualquer número de escravos entregues a Inocência Marques para o pagamento dos custos e a compra de presentes, como depois Adandozan vai reclamar na carta 12.

linhos da minha terra[.]<sup>95</sup> Fico pronto para seguir as ordens de Vossa Excelência, como amigo que sou de Vossa Excelência + [ff<sup>ra</sup>] etc.

+

ADandouzan, ARD Rey Dagomé

Subscrito:

Ao capitão general Francisco da Cunha e Menezes, Deus guarde por muitos anos. Ausente, a quem governar em sua falta.

Bahia

[com outra grafia]

No impedimento do secretário, o oficial maior da secretaria.

Ignacio Jozé Aprigio da Fonseca e Galvaó

## Carta 11

[Rei Adandozan ao príncipe regente de Portugal, d. João, Abomé, 20/11/1804]<sup>96</sup>

[5] Original [escrito em lápis]

Ao muito alto e poderoso senhor dom Joaó Carllos de Bragança<sup>97</sup>

Aboume, 20 de novembro 1804 anos

Meu mano<sup>98</sup> e senhor grande, gosto terei eu, Adandozam, rei deste pequeno Dagome se esta minha única via [=carta] for aceita assim

<sup>95</sup> Desde pelo menos os tempos de Agonglo, o rei do Daomé tinha ao seu serviço, em Abomé, os artesãos da família Yémadjé, responsáveis exclusivos pelo trabalho de aplicação sobre tecido: Verger, *Os libertos*, p. 80. Talvez o linho aqui referido fosse um desses trabalhos. Para a recorrência do envio de panos e linhos da fábrica real, ver carta 11, nota 131; carta 13, nota 310; e carta 14, nota 331. Para o envio de panos de alagares ver carta 5, nota 62, e carta 7, nota 76.

<sup>96</sup> AHU, São Tomé (1804), cx. 37, doc. 29, fls. 5-10 (números escritos a lápis na carta). Ementa: “Do Rei de Dagomé para S. A. R. com data de 20 de Nov<sup>ro</sup> de 1804”. No mesmo maço se conserva uma cópia dessa carta original (fls. A, B, C, D, 1, 2, 3, 4). O original do AHU utiliza uma ortografia sui generis sem qualquer uso de pontuação. A cópia do AHU (que talvez seja a primeira) atualiza a ortografia e utiliza vírgulas. A cópia da BNRJ parece ser uma réplica da cópia do AHU. Verger publicou na íntegra, *Fluxo*, pp. 287-89, uma transcrição desta última. Há, porém, algumas discrepâncias de conteúdos entre original e cópias apontadas nas notas correspondentes. Para a presente versão foi tomada como referência a grafia e pontuação da cópia do AHU, mas respeitando os nomes próprios do original.

<sup>97</sup> D. João Carlos de Bragança, ou d. João, príncipe regente de Portugal e Algarves

<sup>98</sup> Ver carta 10, nota 93.

como foi a do defunto senhor meu pai a quem os Deos Voro poci<sup>99</sup> tenham com todos os seus estados para minha honra e de todo este meu povo.

Meu amável mano, há muito tempo que fiz patente ao meu grande Deus Leba<sup>100</sup> que, pelos seus grandes poderes, lá no lugar aonde habita, que levasse em gosto e louvasse amizade, que eu desejava ter com os portugueses e, juntamente, o oferecimento e trato que queria fazer sem faltar ao ponto<sup>101</sup> da minha religião; e assim como tudo me concedeu, faço eu saber a vós em como há muito tempo que desejo eu enviar estes meus embaixadores, e como não tenho tido pessoa capaz em que fizesse firme conceito, quis a minha fortuna que mandando eu no tempo sum,<sup>102</sup> a 7 de setembro de 1804, pela conta dos estrangeiros, mandasse eu uma guerra às praias do Porto Novo ou Arda<sup>103</sup> por causas que temos de várias palavras ao nosso costume,<sup>104</sup> acharam os meus 3 navios portugueses e como é costume entre as nossas nações cativar e apanhar tudo quanto se achar no dito conflito, quis a minha fortuna que eu apanhasse este que agora digo, por nome Innocencio Vacala

<sup>99</sup> Seriam “os Deos Voro poci”, os deuses Vodò Kpòsi? *Vodò* refere-se ao país Mahi, lugar de origem do culto aos ancestrais reais de Abomé, conhecidos como Nesuhue. *Kpòsi* (esposa do leopardo) designa as favoritas do rei. *Kpò* (leopardo) refere-se a Agasu, ancestral dos alladahonu, dinastia real de Abomé, e por extensão ao rei. Alternativamente, *kopli* = ancestrais: R. P. B. Seguro e J. Rassinoux, *Dictionnaire Fon-Français*, Cotonu: Société des Missions Africaines, 2000 [1963]. Na cópia do AHU a expressão é transformada em “os deozes Voropoci”, e na cópia da BNRJ “os deozes Varopaci”, termo reiterado por Verger, *Fluxo*, p. 287.

<sup>100</sup> Na cosmologia vodum, Legba é o princípio dinâmico que inicia qualquer ação, atua como mensageiro entre os deuses e os humanos, é tradutor e *trickster*. Corresponde ao Elegba ou Exu dos nagôs. No Brasil, em 1741, aparece a sua primeira associação com o “Demônio” cristão: Antônio da Costa Peixoto, *Obra nova da língua geral de mina* (manuscrito da Biblioteca Pública de Évora, publicado e apresentado por Luis Silveira em 1943), Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1943-44 [1741], p. 32. No Daomé, Pruneau de Pommegorge faz uma das primeiras referências a ele ao falar do “deus Píapo”: *Description de la Nigritie par M. P.D.P.*, Amsterdã/ Paris: Maradan, 1789, p. 201. Mencionado por Pires, *Viagem*, p. 90.

<sup>101</sup> “Ao afronto” na transcrição de Verger.

<sup>102</sup> O uso da palavra “sum” pode ser um erro do escrivão em lugar do artigo “hum” (i.e. um), embora não fique claro o substantivo a que faz referência. Alternativamente, pode tratar-se da palavra *sin* que, em língua fon, significa lua, ou mês, ou seja, seria uma referência ao “tempo lunar” autóctone, diante do calendário mensal “pela conta dos estrangeiros”.

<sup>103</sup> Porto Novo era também chamado Arda (Ardra, Ardres, Arder), pois abrigou a dinastia de Allada [Arda] quando os daomeanos conquistaram esse reino em 1724.

<sup>104</sup> “Palavra”, no contexto africano, designa assembleias para discussões de interesse público, onde cada um dos participantes expressa sua opinião. Neste caso, a palavra parece ser sinônimo de desentendimento.

[vassalo],<sup>105</sup> por assinatura e confissão que lhe fiz fazer, soube ser certo ser português, e como eu me determinei acampar dez mil homens para ir outra vez sobre os meus contrários, porém pela amizade que desejo ter e os mais tratos, foi requerido por este dito, com razões fortes, dizendo-me que ele era um humilde vacalo [vassalo] do seu senhor príncipe de Portugal e que por tanto queria, [6] debaixo da minha ordem, ir fazer retirar os ditos [navios portugueses], pois tornaria a recolher-se como cativo meu até vir resgate de seu soberano senhor[.] Eu como tal soube e queria experimentar as razões que dava, sempre chamando pelo amável nome do senhor meu mano, quis saber com certeza quem tanto se lembrava do seu senhor, mandando eu fazer junta de todos os meus aquiçones,<sup>106</sup> para virem a [dar] constância de um pequeno vacalo [vassalo], aonde vim a louvar e conhecer com certeza quem são os bons portugueses, porque mandei vir toda a minha pequena nobreza a honra da casa do meu grande Deus Leba,<sup>107</sup> verem jurar um português, e aonde mandei vir o dito para o meio de trezentos soldados armados,<sup>108</sup> fazer perguntas ao dito e dar firme juramento pelo meu grande Deus[.] E como o dito me requer que não podia jurar daquela sorte e que só sim juraria pela real coroa de seu soberano, ou retrato conhecido, e que não só jurava, como também oferecia-se a morrer, eu, como me achava na dita ocasião com quatro reis vassalos meus, e todos louvaram muito as ditas razões, fiz trazer a estimada bandeira portuguesa que conservo com muito gosto<sup>109</sup> para o dito dar três juramentos sobre as verdadeiras divisas ou sinais[.] E como o dito, assim que a viu, prostrou-se de joelhos e jurou com muito contentamento, do que eu e os mais reis louva-

<sup>105</sup> Trata-se do pardo Inocêncio Marques Santana. Em vários momentos da missiva, o escrivão utiliza “c”, em vez de “ç”, para grafar o som “s”. Nesse contexto, “vacala”, muito provavelmente representa “vassalo”. A captura de Inocêncio Marques Santana nesse incidente implica em que um dos três navios acima mencionados era o *Diana*: ver Introdução, especialmente nota 62.

<sup>106</sup> Nome dado aos cabeceiras ou capitães. Não achamos até agora uma etimologia convincente para “aquiçones”.

<sup>107</sup> Cada rei tinha o seu Legba, com sua casa ou templo, geralmente com um legbasi, ou sacerdote de Legba, assistido por vários dependentes. No tempo de Tegbesu, o legbasi devia se suicidar após a morte do rei: AOM, ms 112, Anônimo, “Memoire sur Juda”, 1778, f. 23-4.

<sup>108</sup> “3.000 soldados” na transcrição de Verger.

<sup>109</sup> O rei preservava diversas bandeiras das nações europeias que eram utilizadas nos Costumes de Abomé. No tempo do rei Kpengla, ver, por exemplo, ilustração n. 5 em Dalzel, *The History*, pp. 146-7.

mos muito a boa ação[.]<sup>110</sup> E, por tanto, fiz matar onze [7] homens em que fiz aviso ao defunto senhor meu pai da boa ação deste vassalo,<sup>111</sup> e que por tanto queria eu ter com o senhor meu mano todos os tratos que fossem possíveis, assim como abrir as minhas minas de ouro que ainda estão em segredo[.]<sup>112</sup> E, portanto, como achei este bom condutor para ir com os meus [embaixadores], e também cheguei a ver três vias que paravam em poder do dito, e como soube ser certo virem aquelas vindas da cidade de São Thomé para serem remetidas para Lisboa,<sup>113</sup> e assim determinei eu a mandar esta minha feita pelo meu escrivão,<sup>114</sup> e assinada por mim, entregue ao meu embaixador por nome Maoci Inrethe, juntamente com o seu secretário Vangaca,<sup>115</sup> aonde trato o que agora faço patente ao senhor meu mano.

É costume, senhor, nestas nossas nações, depois de ser falecido o soberano do reinado, ao sucessor que tocar não governar sem não haver vários Costumes passados,<sup>116</sup> porém todos os casos que se fazem de justiça ou bem ou mal determinados são feitos pela voz do sucessor[.]<sup>117</sup>

<sup>110</sup> A demonstração de patriotismo de Inocêncio Marques Santana pode ter recebido especial destaque na narrativa pela mediação do escrivão, um português preso havia mais de 23 anos. Ver nota 132 adiante.

<sup>111</sup> No contexto da carta, poderia tratar-se de sacrifícios dirigidos a Agonglo para propiciar o sucesso da iminente campanha militar. O rei tinha o privilégio, e quase exclusividade, para a realização de sacrifícios humanos, sobretudo durante a celebração dos Costumes anuais (ver nota 116). As vítimas eram concebidas como mensageiros que levavam recados aos ancestrais ou aos voduns. A quantidade de sacrifícios humanos tem sido muito distorcida pelos viajantes europeus. Para uma discussão sobre o tema ver, por exemplo, Robin Law: “‘My Head Belongs to the King’: On the Political and Ritual Significance of Decapitation in Pre-Colonial Dahomey”, *The Journal of African History*, v. 30, n. 3 (1989), pp. 399-415.

<sup>112</sup> Tratava-se de uma forma de suscitar o interesse e a cobiça comercial dos portugueses, pois não havia no Daomé minas de ouro.

<sup>113</sup> Graças a essas cartas vindas de São Thomé, Inocêncio Marques persuadiu a corte de ser um embaixador de d. João: ver carta 12, notas 155 e 157.

<sup>114</sup> Sobre o escrivão, ver nota 132.

<sup>115</sup> Esses são os nomes dos embaixadores daomeanos na missão de 1805. O primeiro nome aparece como Moaci Jureth na cópia da BNRJ, e como Moaci Jurethe na transcrição de Verger. Pelo uso frequente deste escrivão da letra “c” para grafar o som “ç”, o segundo nome talvez seja Vangaça ou Vangassa.

<sup>116</sup> “Costume”, significando hábito ou uso, era utilizado em Uidá e Jaquin para designar os tributos que os capitães europeus deviam pagar ao rei antes de iniciar as transações comerciais e a compra de escravos. Por extensão, os funerais reais, e seus aniversários, que tradicionalmente envolviam oferta de presentes (i.e. tributos) ao defunto ou ao seu sucessor, foram também chamados pelos europeus de “Costumes”. No Daomé, existiam os Grandes Costumes celebrados após a morte de um rei, e os Costumes anuais, de porte menor, em que se evocava a memória e se sacrificava para os ancestrais reais. No contexto da carta, os “vários Costumes” poderiam indicar distintos rituais religiosos de entronização.

<sup>117</sup> “Serem feitos pela voz do sucessor” = são feitos em nome do sucessor.

E agora, como já é completa a minha idade, e os Costumes do falecido todos feitos, e eu governar sobre mim,<sup>118</sup> dando-se-me parte de todos os casos presentes e antepassados, aonde vim a saber que tinham os meus aquições feito prisão, em meu nome, em dois governadores da nobre fortaleza portuguesa, de que deste caso [8] tive notável sentimento, e por esta causa peço a meu mano um amável perdão[.]<sup>119</sup> É certo, senhor, que nós não temos guerras com nação estrangeira, no que toca [aos] navegantes; porém tenho eu guerras com uma nação, aonde este que vai com os meus foi apanhado nas ditas praias,<sup>120</sup> pois eu bem tenho feito aviso a todos os portugueses, ingleses [e] franceses, que se ausentem do dito Porto [Novo] os quais não me querem ouvir[.] E assim como já é de costume nas nossas guerras de parte a parte quebrar as canoas por aonde fazem os navios suas descargas,<sup>121</sup> e cortar os cabos que estão botados em terra por onde vai a água para todos, e cativar tudo quanto achar, eu, como me confesso por vosso irmão e amigo, não desejo fazer o mais pequeno dano no seu comércio e, portanto, rogo-lhe e peço para que

<sup>118</sup> A expressão “já é completa a minha idade” foi interpretada por Akinjogbin como indicativa de que Adandozan teria assumido o trono, em 1797, ainda menor de idade, sob a regência dos seus ministros: Akinjogbin, *Dahomey*, p. 187. Porém, outras duas fontes (a primeira de uma testemunha ocular) afirmam que ele tinha “vinte um anos” ou “menos de vinte anos”: APEB, maço 193, “Bastos Varela Pinto Pacheco ao governador da Bahia, Uidá, 22/06/1797”; AOM C6/27, Denyau de la Garenne, Paris, 25 *novô de l'an VII* (1799); apud Verger, *Fluxo*, p. 254. Isso permite supor que o completamento da idade aqui referida alude ao prazo exigido para a consecução de todos os rituais de entronização, em especial aquele que permitiria ao monarca administrar a justiça. Daí que “todos os casos que se fazem de justiça” se fazem “pela voz”, ou seja, em nome do sucessor, sem que este seja ainda rei de direito. Em Uidá, por exemplo, para poder administrar a justiça (e.g. cortar cabeças), o rei precisava receber uma espada e um manto das mãos de “um rei das terras onde os negros de Juda tinham vivido”: AOM, ms 104, Anônimo, “Relation”, ca. 1708-14, f. 42. Por outro lado, o rei do Daomé não assumia plena autoridade até realizar os Grandes Costumes pelo seu falecido pai, muito mais custosos que os anuais e que, por esse motivo, podiam demorar anos até sua celebração. Como sugere a carta, Adandozan provavelmente celebrou os Grandes Costumes para Agonglo em 1804, pois estes se alongaram em dois períodos, entre janeiro e fevereiro e entre junho e agosto: TNA, T70/1163, “Day Books for William’s Fort, Uidá, 1788-1812”. Os Costumes, além de oferendas e sacrifícios humanos aos ancestrais, envolviam desfiles das riquezas do rei, paradas militares, palavras e muita festa. Para uma descrição dos Costumes anuais, no século XVIII, ver, por exemplo, Norris, *Memoirs*, pp. 86-126.

<sup>119</sup> Neste parágrafo, o rei justifica a expulsão dos diretores da fortaleza portuguesa (Bastos Varela em 1799, e Marques da Graça, em setembro de 1803), alegando que, embora tivesse sido realizada em seu nome, ele ainda não estava no pleno uso de sua autoridade: ver cartas 9, 12 e Introdução.

<sup>120</sup> Referência a Inocêncio Marques Santana e as guerras com Porto Novo.

<sup>121</sup> As canoas, geralmente tripuladas pelos negros minas (de São Jorge da Mina, ou Elmina), eram estratégicas para atravessar a barra que separava os navios da praia.

meu mano queira determinar ao seu comércio que consultem todos a virem neste meu porto,<sup>122</sup> pois todos os cativos a este porto é que hão de vir[.] E assim rogo-lhe e peço-lhe pelos seus grandes Deuses haja de determinar o que lhe peço; pois esta guerra que eu tenho com este rei Vucanim é sobre uma traição que comigo obrou[.]<sup>123</sup> E assim eu já jurei pelo meu grande Deus Leba e mandei dizer ao defunto meu pai [Agonglo] que lhe mandava aquele recado por cento [9] cinquenta homens que mandei matar,<sup>124</sup> somente afirmando-lhe que eu me havia de explicar, e por tanto não desejo fazer mal ao seu comércio, neste caso é o que tenho para fazer ciente ao senhor meu mano[.]

Faço saber a meu mano em como desejo abrir as minhas minas,<sup>125</sup> e só com o seu adjutório o poderei fazer e também queria alguns preparos para as minhas guerras, assim como seja quem saiba fazer peças, espingardas, pólvora e o mais que consta os preparos para o dito efeito[.]<sup>126</sup> Rogo mais ao senhor meu mano para que quando estes meus [embaixadores] vierem, me queira mandar fazer oito espingardas de prata para caçar, pois é com que mais [me] entretenho,<sup>127</sup> e também alguns obuses para metralha, e também 30 chapéus finos, grandes, de várias cores, com suas plumas grandes,<sup>128</sup> e também 20 peças de seda das antigas[.] Eu também me ofereço nesta minha pequena aldeia para tudo quanto nela determinar, e assim tudo quanto me falta nesta que mandei fazer pelo meu escrivão adverti ao seu bom vassalo,<sup>129</sup> que pe-

<sup>122</sup> Uidá. De novo a solicitação de levar o comércio para Uidá, com a velada ameaça de que, caso contrário, a violência seria inevitável.

<sup>123</sup> Levando em conta o uso do “c” do escrivão, Vucanim poderia ser uma transcrição de Vussanim. Seria outro nome de Huffon, rei de Hogbonu (Porto Novo) entre 1794 e 1807 (Akindele), entre 1800 e 1813 (Geay), ou entre 1800 e 1815 (Person): Yves Person, “Chronologie du royaume gun de Hogbonu (Porto-Novo)”, *Cahiers d’études africaines*, v. 15 n. 58 (1975), p. 237. Numa carta escrita dois dias antes desta carta 11, o rei de Porto Novo assinava como Hypo. Ver Introdução.

<sup>124</sup> Ver nota 111. Neste caso, os sacrifícios dirigidos a Agonglo são para propiciar a vitória contra Porto Novo.

<sup>125</sup> Ver nota 112.

<sup>126</sup> Para a solicitação de espingardas e pólvora, ver cartas 4, 12 e 13. Note-se que Adandozan solicita não apenas armas, mas um armeiro que pudesse fabricá-las. Na carta 13, nota 286, ele solicita um artilheiro para instruir sobre o uso de canhões.

<sup>127</sup> A afeição à caça deixa entrever um lado mais pessoal de Adandozan.

<sup>128</sup> Para a solicitação de chapéus, ver carta 4 e nota 49.

<sup>129</sup> Inocêncio Marques Santana. A carta deixa entender que outros pedidos que não foram registrados por escrito foram comunicados pessoalmente a Inocêncio. Sobre o escrivão, ver nota 132.

las suas honras e lealdade lhe remeto para que faça dele o que quiser[.] É o quanto se me oferece a fazer neste aviso, e aonde todos os meus aquições lhe rogam como quem desejam a sua fiel amizade. Como nesta ocasião [10] estou acampado com vinte mil homes,<sup>130</sup> não consta comigo senão apetrechos de guerras, porém, em sinal de um bom irmão que tem, lhe mando um dos meus linhos para firmeza de nossa amizade[.]<sup>131</sup>

Eu, escrivão deste cruel rei, que aqui me acho há 23 anos fora dos portugueses, Vossa Real majestade me queira perdoar o meu grande atrevimento, como me mandam escrever esta à força, a fiz por não ter outro remédio, pois quem poderá expressar o que viu é este que vai por nome Innocencio[.] Como eu há 23 anos ainda não achei outro cristão como este, ele fará aviso do que viu e o que padeceu e como tratam os pobres portugueses nesta terra[.] Eu faço este pequeno aviso porque todos quantos assistem na vista desta não sabem ler, e não me estendo mais por não causar desconfiança[.] Meu senhor Jesus Cristo queira se lembrar de todos quantos aqui estão penando[.] Deus dê todas as felicidades a Vossa Majestade como quem deseja que sou humilde vassalo João Tathe, português.<sup>132</sup>

Com isto não enfado mais ao senhor meu mano etc.

De vosso mano amigo  
+ [uma cruz e outro símbolo]  
Adandozam ARD Res de dagome

<sup>130</sup> No início da carta diz ter acampado com dez mil homens. Em vários momentos de sua campanha militar contra Porto Novo, Adandozan acampou em Allada, a meio caminho entre Abomé e Uidá: TNA, T70/1163, "Day Books for William's Fort, Uidá, 1804-1806". Porém, cabe notar que a carta está datada como escrita em "Abomé".

<sup>131</sup> Sobre os panos do rei, produzidos em Abomé, ver carta 10, nota 95 e carta 14, nota 331.

<sup>132</sup> O escrivão da carta, João Tathe, português, que manda este recado secreto ao príncipe regente de Portugal, teria sido preso pelos daomeanos em 1781. Ele se refere a Inocêncio Marques Santana como aquele que devia atuar de mensageiro, levando a carta dos embaixadores de Adandozan. Em 1781, Kpengla atacou Apee [Epe], Kitonne [Ketonou] e Gauza [?], "sob pretexto de que haviam participado das depredações cometidas pela gente de Badagris, na praça de Porto Novo": TNA, T70/33, Abson, Uidá, 13/10/1781, f. 24; apud Verger *Fluxo*, p. 219. Em maio de 1786, o coque, segundo cabeceira de Uidá, capturou em Porto Novo 14 franceses e um português e oito canoieiros da Costa do Ouro, resgatados pelo governador francês Gourg: Richard Burton, *A mission to Gelélé King of Dahome*, Londres: Tinsley Brothers, 1864, vol 2, p. 394.



## Carta 12

[Rei Adandozan ao príncipe regente de Portugal, d. João, Abomé, primeira parte posterior a 11/1805, segunda parte anterior a 04/1804]<sup>133</sup>

[1]

Satisfação que dou a meu irmão o rei de Portugal sobre as minhas guerras continuadas nas praias do rei de Arda, no Porto Novo chamado.<sup>134</sup>

Mandando eu o meu bastão<sup>135</sup> com um enviado, acompanhado com quarenta homens, ao rei de Apê<sup>136</sup> a contratar um negócio, aonde o rei de Arda soube que eu tinha mandado essa embaixada, mandou um cabo de guerra seu aprisionar a minha gente; donde os levarão. Eu sabendo disso, mande-lhe o meu bastão dizendo-lhe que aonde se viu aprisionar enviados, e que me os remetesse, e a resposta que me mandou foi que os havia de matar, ou vendê-los. Assim que recebi essa resposta, logo mandei dizer ao governador da fortaleza [portuguesa],<sup>137</sup> que fizesse aviso aos capitães portugueses que não fossem saltar em Porto Novo, sem que eu decidisse a minha palavra que tinha com o rei do dito Porto;<sup>138</sup> pois que as

<sup>133</sup> IHGB, PADAB (Projeto Acervo Digital Angola-Brasil) – DVD 3 – pasta 616 (imagens 451-465). Ementa: “Dossiê sobre o Reino de Daomé contendo representação, relatório, ofícios e cartas entre o Rei de Daomé e o príncipe regente d. João, d. Maria I e o [5º] conde das Galveas [d. João de Almeida de Melo e Castro] a respeito da arrecadação de cativos, estabelecimento de comércio; furtos e roubos feitos por portugueses; irregularidades nos portos da região; substituição do diretor da Fortaleza de Ajudá; envio de emissários à Bahia; guerra nos sertões de Maquinez, de Nagós e Porto Novo; confirmação de laços de amizade entre Portugal e Daomé para facilitar o comércio de escravos; compra de produtos da terra sem tributação e pagamento de serviços de “jornaleiros” quando utilizados (originais e cópias de época). Local. Bahia, Palácio de Queluz, Bome.” África/Daomé. ACP. Aurélio H. Leal DL.137, 62.

<sup>134</sup> Sobre as guerras com o rei Hufon de Porto Novo ver carta 11 e Introdução.

<sup>135</sup> O bastão, ou *recade*, era o emblema ou representação simbólica do rei carregado por seus embaixadores e mensageiros (*lari*). Era instrumento para as negociações diplomáticas e presunha imunidade e segurança para o carregador.

<sup>136</sup> Apa (Aqua, Appab, Appée, Appa), entreposto comercial no litoral, às vezes identificado com Badagri, mas, de fato, uma aldeia independente. Alternativamente, poderia tratar-se de Ekpe (Epée, Apee, Appi, Epé), um dos entrepostos comerciais de Porto Novo ao sudeste do lago Nokué. Em 1743 o vice-rei da Bahia distingue claramente entre esses dois portos: “De cada três embarcações que sairão deste porto [Bahia], a primeira que chegara em Ajudá [Uidá] fará seu tráfico e as duas outras irão aos portos de Epé e Apá”: Verger, *Fluxo*, p. 155; cf. APEB, maço 41, f. 18, “Carta do vice-rei transmitindo a opinião da Meza do Negócio da Bahia, 14/09/1743”.

<sup>137</sup> Sendo esse evento anterior ao apresamento do *N. S. do Socorro*, em março de 1803 (ver nota 143 abaixo), tratar-se-ia do tenente José Joaquim Marques da Graça, que permaneceu como diretor até setembro desse ano.

<sup>138</sup> Para a “palavra” com o rei de Porto Novo, ver carta 11, nota 104.

minhas guerras deveriam ser continuadas nas praias, e que depois não se queixassem, pois o dito rei, vendo-se vexado das minhas guerras, e a falta de navios no seu porto, deverá entregar a minha gente. Sabendo o dito rei da minha ordem, mandou o seu bastão com algumas doxas<sup>139</sup> ao rei de Popô;<sup>140</sup> para que reduzisse [= convencesse] aos capitães que fossem para o seu porto [Porto Novo], pois que nele havia muito cativo, aonde o primeiro que lá saltou foi o capitão Felix da Costa Lisboa<sup>141</sup> e um navio inglês, donde os dois capitães ofereceram adjutório de pólvora e bala, para o dito rei vir quebrar uma terra minha chamada Abome de Calavê;<sup>142</sup> donde os ditos vieram e, com efeito, fizeram destruição matando, aprisionando tudo quanto acharam. Sabendo eu disso, mandei o meu bastão ao capitão Felix, a perguntar-lhe se meu irmão o rei de Portugal tinha guerra comigo, e se mandava ele dar suprimento a outro qualquer rei para vir fazer guerra comigo. Os dois ditos capitães a vista do dito rei me maltratou muito com palavras desonestas, mostrando tanta alegria que, quando a guerra [= o exército] se recolheu, deu um grande banquete a toda a gente [1v] da guerra fazendo muitas saúdes [= libações] em agradecimento de ter vencido. Eu sabendo disso, continuei frequentando com minhas guerras a praia [de Badagri], donde apri-sionei um piloto e um barqueiro do navio do capitão Joze da Silva

<sup>139</sup> Em inglês utiliza-se a palavra “dashees” para significar “presentes”. Para o “bastão” ver nota 135.

<sup>140</sup> Provavelmente se refere a Grande Popo, ao oeste de Uidá, onde tinha se refugiado a população hueda após a invasão daomeana em 1727. Alternativamente, seria Pequeno Popo (Aneho), a oeste de Grande Popo.

<sup>141</sup> Felix da Costa Lisboa era um experiente capitão que navegava entre o Golfo do Benim e a Bahia desde 1781. Lisboa recebeu carta patente de capitão de mar e guerra da capitania da Bahia em 9 de setembro de 1790: ANTT, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.25, f. 309v. A sua última viagem registrada no TSTD2 é de 1806. Ele teve vários negócios de compra e venda de escravos com o antigo diretor da fortaleza portuguesa Fonseca e Aragão, registrados no inventário deste último, levantado pelo tenente Amaral em 1797: APEB, maço 193, “Francisco Xavier Álvares do Amaral ao governador da Bahia, Uidá, 27/02/1797 e 16/06/1797”. A presença de Lisboa permite datar o ataque a Abomé Calavi entre o fim de 1802 e início de 1803: ver Introdução, nota 56. Um escravo do capitão Felix da Costa Lisboa, Luiz Lisboa, provavelmente nesse período, foi voluntariamente “entregar a cabeça” ao rei de Daomé, como forma de proteção: APEB, maço 142, “Relação dos portugueses que se achão prisioneiros no território do Rey de Dagome na Costa da Mina”, fl. 499.

<sup>142</sup> Abomé-Calavi, na margem ocidental do Lago Nokúé. Afirma-se que os capitães, português e inglês, amunicionaram o rei de Porto Novo, seguindo uma dinâmica antiga dos europeus de armar os reinos africanos para seus interesses comerciais. Para a vingança de Adandozan por este ataque, com uma guerra em Agonsa, ver carta 13.

Senna.<sup>143</sup> Neste tempo, fundeou no meu porto o capitão Joze de Souza Mattos,<sup>144</sup> e o capitão Joze de Lucena.<sup>145</sup> O dito capitão Joze de Souza, depois de se achar no meio da sua negociação, achou seu gênero prevaricado e vendo-se perdido resolveu-se a vir me falar para que eu desse ordem aos meus mercadores [para] que aceitassem o seu tabaco, a fim de beneficiá-lo, e ele fazer o seu negócio. Eu prontamente o servi, como pode constar pelos oficiais da fortaleza e o dito capitão Joze de Lucena, donde em agradecimento do benefício que lhe fiz, me prometeu que me haveria de trazer para a viagem, o meu embaixador chamado Gô que se achava na Bahia, [por]que quando o capitão Joze da Silva o tinha levado, tinha sido na viagem em que eu aprisioneiei o piloto e o seu barqueiro.<sup>146</sup> Eu lhe prometi que se me [o] trouxesse, que também em agradecimento lhe haveria de entregar o piloto e o seu barqueiro; pois ele me jurava tanta fidelidade de amigo que eu lhe dei banco e chapéu de sol igual aos que dou aos meus cabeceiras,<sup>147</sup> fazendo ao dito, no meu porto, grande de todos [os de]mais capitães. E ele me prometeu que navio nenhum haveria de ir mais ao Porto Novo, e para me mostrar fidelidade, em agradecimento do que lhe fiz, me mandou um barril de pólvora, [para] que eu mandasse a guerra à praia,<sup>148</sup> que lá se achava um navio, e quando o capitão [desse navio] lhe mandou pedir socorro de mantimen-

<sup>143</sup> Trata-se do apresamento do bergantim (corveta) *N. S. da Conceição do Socorro* (TSTD2, n. 51379) que aconteceu no início de março de 1803, em Badagri (ver Introdução, notas 57 e 62). Como afirma Adandozan, no *Socorro* foram presos Manoel da Silva Jordão, branco, piloto, e Manoel de Magalhães, pardo, barqueiro, assim como Domingos Braga, crioulo: APEB, maço 142, “Relação dos portugueses que se achão prezoneiros no territorio do Rey de Dagome na Costa da Mina”, fl. 499.

<sup>144</sup> O *N. S. do Socorro* (TSTD2, n. 51393) realizou uma nova viagem com o capitão José de Souza Matos, saindo da Bahia em 13 de agosto de 1803, deixando a costa africana em 22 de novembro de 1803, e chegando a Bahia em 3 de janeiro de 1804. Portanto, os eventos narrados a seguir devem ser datados entre setembro e novembro de 1803.

<sup>145</sup> Não identificado no TSTD2.

<sup>146</sup> Para o apresamento do piloto Manoel da Silva Jordão, e do barqueiro Manoel de Magalhães, ver nota 143. Dessa informação depreende-se que o embaixador Go viajou para a Bahia em 16 de março de 1803, com o capitão José da Silva Sena, e que deveria ser trazido de volta pelo capitão José de Souza Matos na viagem seguinte. Trata-se, portanto, de uma embaixada até agora não documentada. Souza Matos realizou uma nova viagem, no brigue *Tália*, para a Costa da Mina, em 20 de abril de 1805 (TSTD2, n. 51436).

<sup>147</sup> Sentar em banco ou cadeira ao lado do rei era definitivamente um privilégio excepcional só concedido aos europeus e aos cabeceiras mais distinguidos. Sobre chapéus, ver carta 4, nota 49.

<sup>148</sup> Provavelmente de Porto Novo.

tos, carne e farinha, a carta que o dito capitão [lhe] mandou, ele [o capitão Souza] me remeteu para eu ver. Neste mesmo tempo, [re]tornou o mesmo capitão Joze da Silva com segunda viagem,<sup>149</sup> ao dito porto donde eu despedi [=enviei] a minha guerra [=exército], donde aprisionei dois brancos, um chamado Innocencio, e o outro João,<sup>150</sup> donde o dito Inocencio me mandou [2] pedir audiência [por]que me queria falar. O mandei vir a minha presença, e foi se botando aos meus pés e relatando-me o seguinte: que se o meu cabo de guerra, agahú<sup>151</sup> se demorasse um pouco mais no mato que havia de fazer uma grande presa: pois estavam para embarcar neste mesmo dia, o capitão Manoel Joaquim,<sup>152</sup> com vários libambos de cativos, e muito povo da terra que vinha ao embarque dos capitães, e a receberem pagamento de tabacos[.] Eu para me certificar da verdade, perguntei a alguns dos que aprisionei e me certificaram que sim, que era verdade, donde eu dei baixa ao meu agahú; por não me fazer segura a presa[.]<sup>153</sup> E como cada um vai atrás dos seus interesses, fiquei gostando do dito Inocencio, não sabendo da sua falsidade,<sup>154</sup> jurando-me pelo seu Deus verdadeiro que ele ia feito embaixador para Portugal,<sup>155</sup> vindo da Ilha de São Thomê, que lhe trouxe o capitão-mor Virissimo Chamacho[.]<sup>156</sup> E como me falou que ia de embaixador com cartas a meu irmão o rei de

<sup>149</sup> Não há registro dessa segunda viagem do capitão José da Silva Sena no TSTD2.

<sup>150</sup> Inocência Marques de Santana, marinheiro do *Diana*, foi preso em Porto Novo em 7 de setembro de 1804 (ver carta 11 e Introdução). Manoel Luiz, pardo, escravo do capitão da mesma corveta, também foi apresado nessa ocasião, mas não há referência a João: APEB, maço 142, “Relação dos portugueses que se achão prisioneiros no territorio do Rey de Dagome na Costa da Mina”, fl. 499.

<sup>151</sup> Gaú (*agauí* no século XVIII) era o título do máximo chefe militar que comandava a ala direita do exército daomeano: Law, *The Slave Coast*, p. 271.

<sup>152</sup> O capitão Manoel Joaquim, do bergantim *Flor de Murta* (TSTD2, n. 51410), saiu da Bahia, em 27 de fevereiro de 1804, carregando escravos em Porto Novo e abandonando a África em 21 de janeiro de 1805. O embarque delatado por Inocência Marques aconteceu depois de setembro de 1804, quando ele foi preso.

<sup>153</sup> Infere-se que o gaú foi destituído do cargo.

<sup>154</sup> Como vimos na carta 11, Inocência Marques foi enviado como intérprete da embaixada de 1805, o que significa que a “falsidade” do mesmo seria descoberta após a viagem ao Brasil, conforme se explica a seguir.

<sup>155</sup> Inocência Marques, marinheiro do *Diana*, se atribuiu funções de embaixador. Ver carta 11, nota 113.

<sup>156</sup> Não achamos informação sobre esse capitão-mor Verissimo Camacho. No TSTD2, há oito registros de viagens de navios nomeados *Diana*, com bandeira portuguesa, com chegada no Brasil entre 1804 e 1807. A do bergantim *Diana*, do armador Manoel Ribeiro da Silva (não consta o nome do capitão), que saiu da Bahia em 23 de maio de 1804, com Porto Novo como principal ponto de compra de escravos, passou pela Ilha de Príncipe, e iniciou a travessia atlântica em 25 de fevereiro de 1805, seria o candidato mais próximo: TSTD2, n. 51414.

Portugal, fiz conselho com os meus cabeceiras [para] mandar conduzir as ditas cartas a minha presença, para ver se era verdade, e o dito as foi buscar, acompanhado com os mesmos dois que foram a presença de Vossa Real Alteza.<sup>157</sup> E depois que chegou com as ditas cartas, fez mil juramentos aplicando uma imagem que trazia ao pescoço,<sup>158</sup> e prometendome que se eu o mandasse que ele havia de trazer o governador para a fortaleza,<sup>159</sup> e pôr-me claro com meu irmão o rei de Portugal[.] E que em agradecimento disso ele se obrigava a fazer com que eu apanhasse o capitão Jozê da Silva e o capitão Manoel Joaquim que se achavam no porto [Novo], dizendo que eu mandasse a minha guerra para a praia, que quando ele chegasse a bordo, havia de escrever aos capitães para virem contratar com ele certo particular meu, e quando eles vissem a praia, que ele havia de fazer sinal içando uma bandeira no tope grande do navio, [e] eu vendo isso, [devia] despedir [= enviar] logo a minha guerra com ele[.] E assim o cumpriu, fazendo mil prometimentos [2v] e chegando o dito a bordo, logo escreveu aos ditos capitães[.]<sup>160</sup> Porém, o rei de Porto Novo, sabendo que a minha guerra tinha ido, logo avisou aos capitães que não fossem a praia, pois o seu barqueiro Ignocencio [Marques Santana] estava no seu navio, e que lhe respondessem por carta, pois ele era um seu amigo que lhes avisava. [E] assim sucedeu depois que o Inocencio recebeu a resposta do capitão, fez sinal de retirada para a guerra.<sup>161</sup> Porém, o agahû esperou mais cinco dias e sempre aprisionou um marinheiro do dito

<sup>157</sup> Referência aos dois embaixadores que, junto com Inocência Marques, chegaram à Bahia em fevereiro de 1805. Há menção a essas cartas que vinham de São Thomé na carta 11, nota 113.

<sup>158</sup> Nesta versão, a bandeira da carta 11, pela qual Inocência teria jurado, passa a ser uma imagem religiosa. Um cristo crucificado? Uma imagem de Nossa Senhora? A promessa pelo “fetiche” era uma linguagem comum e surtia os efeitos de convencimento desejados. A aparente variação na narrativa, em relação à carta 11, sugere uma distorção em alguma das cartas.

<sup>159</sup> Em setembro ou outubro de 1804, quando a promessa de Inocência Marques foi realizada diante do rei (talvez simultaneamente ao juramento pela bandeira portuguesa, referido na carta 11) não havia governador na fortaleza de Ajudá. De fato, Jacinto José de Souza tinha falecido por volta de agosto desse ano (ver Introdução).

<sup>160</sup> A narrativa parece implicar que Inocência Marques teria tentado trair os seus conterrâneos portugueses ancorados em Porto Novo em troca de ser enviado para a Bahia. Essa imagem de Inocência contrasta com o patriotismo comunicado na carta 11, quando jurou pela bandeira portuguesa. A mudança de tom do rei parece refletir o sentimento de traição provocado por Inocência após seu regresso à Bahia. Ver Introdução e nota 163.

<sup>161</sup> Ou seja, o plano de ataque aos navios portugueses – o *Flor de Murtra*, de Manoel Joaquim, e aquele (não identificado) de José da Silva Sena – foi frustrado pela advertência do rei de Porto Novo.

capitão Joze da Silva, e chegando o Inocencio a minha presença trouxe-me as tais das cartas, e me abriu todas para eu ver o que ia relatando,<sup>162</sup> não pensando eu na sua falsidade[.] Pois os meus particulares que eu relatava a Vossa Alteza, ele os mostrou na Bahia ao diretor Manoel de Bastos Varellos e a Joze Joaquim Marques da Graça, os quais serviram na fortaleza[.]<sup>163</sup> Depois do navio fundear em Lisboa, veio o dito tenente a bordo,<sup>164</sup> e o Inocencio de tudo lhe informou, pois os meus embaixadores assim me disseram.<sup>165</sup> Pois para mostrar a sua boa qualidade, e falsidade, me pediu que lhe desse algum cativo, para despesa dos meus embaixadores e para me comprar várias encomendas, os quais lhe dei, e ele os comeu, e de nada me deu satisfação[.]<sup>166</sup> Assim como também quando queria mandar com ele todos os prisioneiros em sua companhia, e ele me disse que não, que deixasse os brancos para quando ele voltasse, afim de que nenhum descobrisse a sua falsidade que ele fazia ao rei de Portugal; pois nação nenhuma faz mal a própria coroa do seu rei. Enfim os meus embaixadores melhor [lhe] informarão.<sup>167</sup>

[\*\*\*]<sup>168</sup>

<sup>162</sup> Trata-se aqui das cartas trocadas entre os capitães dos navios e Inocência na praia de Porto Novo. Cabe notar a insistência de Adandozan em ler as cartas dos portugueses, interferência que constituía um dos principais recursos da espionagem internacional. A abertura delas frente ao rei seria interpretada por este como prova de lealdade ao Daomé, mas também como um ato de traição a Portugal.

<sup>163</sup> Os antigos diretores da fortaleza, Manoel de Bastos Varela e seu sucessor José Joaquim Marques da Graça, ambos expulsos do Daomé por Adandozan. Um dos motivos do aborrecimento de Adandozan com Inocência Marques foi o fato de este ter revelado, na Bahia e em Lisboa, os conteúdos da carta 11 aos seus inimigos. Cabe notar que a mesma indiscrição foi cometida com as cartas dos portugueses em Abomé.

<sup>164</sup> Inocência Marques e os dois embaixadores chegaram a Lisboa em 15 de maio de 1805 ficando até o fim de julho. O “dito tenente” poderia ser Manoel de Bastos Varela que, depois de expulso de Uidá em julho de 1799, foi para Lisboa em dezembro do mesmo ano: AHU, CU, Bahia, cx 100, doc. 19.636 (FCA-PRDH, CD 15). Não está claro, porém, se ele ficou lá até 1805.

<sup>165</sup> Essa informação indica que a carta 12 (ou pelo menos a primeira parte dela) foi escrita após o regresso dos embaixadores à Uidá, sendo que saíram da Bahia em 14 de outubro de 1805, a carta seria de finais de 1805 ou início de 1806.

<sup>166</sup> O comer como metáfora de consumo é marcante na cultura fon e, no contexto do tráfico de escravos, não estava isenta de conotações antropofágicas. A referência à entrega de cativos (silenciada na carta 11) será reiterada na carta 13, nota 280, especificando que foram 24.

<sup>167</sup> O autor da carta quer incriminar Inocência Marques como autor dos pretendidos ataques aos navios portugueses e como responsável por não libertar os prisioneiros portugueses. Aqui finaliza o primeiro segmento da primeira parte da carta 12. O comentário “os meus embaixadores melhor lhe informarão” sugere planos para outra embaixada posterior a 1805. Como foi sugerido na Introdução, a “carta 12” talvez fosse o rascunho de uma memória a ser levada a Lisboa por essa embaixada. Seria a de 1810 (ver carta 13), ou outra até agora desconhecida?

<sup>168</sup> Aqui inicia o segundo segmento da primeira parte da “carta 12”. No documento original, a

No tempo do rei Agangorô [Agonglo], meu pai mandou uma embaixada com os seus embaixadores ao rei de Portugal dando uma conta do diretor Francisco Antonio da Fonseca e Aragão sobre os furtos que fez na tomada de três navios portugueses que se achavam no meu [3] porto [Uidá], e os franceses os aprisionaram e quando o dito diretor devia zelar por ser da nação, ele era quem mais furtava[.] Donde lhe mandava pedir que mandasse mudar aquele diretor<sup>169</sup> e que não lhe servia, donde o rei de Portugal e os seus conselheiros gostaram muito, e logo proveram o diretor Manoel de Bastos Varellos[.] Quando chegou a esta fortaleza já era falecido o diretor Francisco Antonio e estava de posse o tenente Francisco Xavier de Amaral, enquanto se aprontava o diretor para vir dar a entrada da sua chegada. Neste tempo faleceu meu pai, e eu rei aDanduzam fui que o recebi[.]<sup>170</sup> Advirto que os ditos padres que vieram foi meu pai que os recebeu, porém já se achava molesto, e não chegou a conseguir o que desejava.<sup>171</sup> Donde eu fui que recebi o dito diretor e [o] estimei muito por ser o primeiro que eu recebia, e só lhe encomendei que fosse fazer bom governo, tanto para benefício de Vossa Alteza como meu[.]<sup>172</sup> O despachei [para] que fosse tomar conta da fortaleza e que evitasse todas as desordens[.] Porém, depois que lá chegou, ele foi que deu princípio a elas, pois foi no falecimento do diretor Francisco Antonio, [quando] tomou posse o tenente Francisco

---

separação está marcada apenas pelo início de um novo parágrafo, mas como ambos os segmentos foram aparentemente escritos em momentos distintos, destacamos o salto. Este segundo segmento da primeira parte recapitula eventos do tempo de Fonseca e Aragão, do governo de Bastos Varela (1797-1799), até a expulsão de Marques de Graça, em setembro de 1803, momento em que o trecho parece ter sido escrito.

<sup>169</sup> Referência à carta 3 e ao ataque dos corsários franceses em 8 de dezembro de 1794 (ver notas 37, 38). Francisco Antônio da Fonseca e Aragão foi diretor da fortaleza de Ajudá entre 1782 e 1797. O tenente Amaral intrigou persistentemente contra ele e encorajou Agonglo a organizar a embaixada de 1795: ver Introdução.

<sup>170</sup> Agonglo faleceu em 30 de abril de 1797, quando o tenente Amaral tinha assumido interinamente a direção do forte português. O novo diretor, Manoel Bastos Varela Pinto Pacheco, chegou a Uidá em abril de 1797, junto com os padres Cipriano Pires Sardinha e Vicente Ferreira Pires.

<sup>171</sup> Referência aos padres Sardinha e Pires e a malsucedida tentativa de conversão ao catolicismo.

<sup>172</sup> O encontro com Adandozan é descrito pelo próprio Bastos Varela detalhando a entrega da carta do governador da Bahia, “e disse-lhe que era para o rei Dagome [e] como ele tinha sucedido ao seu pai em tudo lhe entregava. Meteu a carta entre as vestimentas para que visse como a estimava”: APEB, maço, 193, “Manoel Bastos Varela Pinto Pacheco ao governador da Bahia, Uidá, 16/06/1797”.



Xavier, e dos seus bens que já tinha feito inventário o escrivão da fortaleza Manoel Camillo,<sup>173</sup> chegado que fosse o dito diretor tornou a fazer novo inventário, para bem poder furtar[.] Pois o que valia uma onça ele arrematava por uma cabeça,<sup>174</sup> assim como os cativos que valiam treze onças, pagava por cinco sendo homens, e mulheres que valiam oito, pagava por três[.] Assim foi continuando com os demais trastes: donde se achava numa gaveta vários trastes de ouro e prata, e dinheiro líquido, que o escrivão e o diretor sonegaram entre ambos[.] Um dos moços do dito falecido vendo isto me veio avisar.<sup>175</sup> Veja Vossa Alteza o bom governo: assim também por um dos moços furtar uns panos de três ramos, o prendeu e me mandou entregar [para] que eu o matasse, e lhe mandasse a cabeça para a por de frente da fortaleza, cujo moço ainda o conservo [3v] em meu poder[.]<sup>176</sup> Assim como também misturar água com aguardente para compra de cativos; pois os mercadores se me queixavam e eu, para me certificar, mandei lhe vender por um dos meus mercadores uns cativos e o dito mercador foi vender uma negra ao almoxarife,<sup>177</sup> e lhe pediu que lhe desse duas ancoras de aguardente, e como o dito almoxarife não tinha, mandou pedir ao diretor que se achava aqui em Abôme, e o dito mandou ordem que se lhe desse, e o mercador foi recebê-la no armazém; donde se achavam dez pipas, e todas já misturadas com água; pois, pro-

<sup>173</sup> O escrivão Manoel Camillo de Lelis Almeida foi quem acompanhou a agonia de Fonseca e Aragão: APEB, maço, 193, “Manoel Bastos Varela Pinto Pacheco ao governador da Bahia, Uidá, 16/06/1797”.

<sup>174</sup> A cabeça pequena era composta de 2.000 búzios (1\$000 reis) e a cabeça grande de 4.000 búzios (2\$000 reis): Law, *The Slave Coast*, p. 49, n. 93.

<sup>175</sup> Fonseca e Aragão faleceu sem testamento. O tenente Amaral fez um inventário e leiloou alguns dos pertences. O inventário foi depois conferido por Bastos Varela, e os objetos pessoais do defunto foram enviados a Bahia com o capitão Felix da Costa Lisboa: APEB, maço 193, “Francisco Xavier Álvares do Amaral ao governador da Bahia, Uidá, 23/02/1797” e “Manoel Bastos Varela Pinto Pacheco ao governador da Bahia, Uidá, 16/06/1797”. O “moço” que informou ao rei talvez fosse um servente ou escravo do forte, mas talvez encubra alguém mais familiarizado com a vida interna da fortaleza.

<sup>176</sup> Colocar caveiras nos muros do palácio como troféus e forma de intimidação era um costume conhecido dos reis do Daomé. A suposta imitação da prática local por parte do diretor português é significativa. Em tecelagem, cada lanço da urdideira é chamado “ramo”, provavelmente daí a expressão “pano de três ramos”.

<sup>177</sup> Em 15 de abril de 1797, quando Bastos Varela chegou a Uidá, o almoxarife era o alferes Ignácio Ferreira de Araujo: Silva, *Uma viagem*, p. 77. Dois anos depois, em outubro de 1799, o almoxarife era José Joaquim Marques da Graça (ver Introdução). Como o incidente da adulteração da aguardente foi no início do mandato de Bastos Varela, é provável que o almoxarife fosse Ignácio Ferreira de Araujo.



vando-a, o mercador disse ao almoxarife que aquela aguardente tinha água, e o almoxarife lhe respondeu que ele não sabia disso, que viesse para Abôme falar ao seu governador. Logo que eu recebi as duas ancoras o mandei chamar em particular: donde lhe ofertei várias aguardentes portuguesas e depois ofertei-lhe as dele, e lhe perguntei se estava boa, e me respondeu que tinha água; eu lhe disse que do seu armazém tinha vindo, e ele negou, que do seu armazém não era; eu lhe respondi que sim. Como as queixas eram muitas mandei por segunda via buscá-las, e o mandei chamar ocultamente; por não fazer palavra com os meus cabeceiras, pois o seu rei não o mandou aqui [para] furtar; pois os cativos custava apanhá-los na guerra e não eram para se comprar com água, e assim pedi-lhe que me dissesse quem lhe ensinava a fazer isso, sendo ele novato na terra. Me respondeu que era um moço que governava os armazéns, o cujo moço se chamava Embu, a quem castiguei, e depois vim a saber que era um seu escravo chamado Antonio, a quem logo embarcou e remeteu para a Bahia, com vários trastes, pelo capitão Pedro Joze de Oliveira,<sup>178</sup> porque já andava assustado do bom governo que estava fazendo. Assim como também mandar fazer uma bandeira de cruz, dizendo que aquela bandeira era para correr com [=afugentar] os navios [para] não fundearem no meu porto, por um pouco de tempo, para assim me ensinar. Como assim veio a suceder; pois, passados [4] cinco dias depois da bandeira feita, veio um navio português, donde as outras fortalezas içaram a bandeira do seu rei, [mas] ele içou a dita de cruz e o navio não a reconheceu e se foi embora. Vendo ele o navio não fundear gloriou-se muito, e disse que vissem se era verdade; pois ele me havia de ensinar, tornando daí a cinco dias vir outra vez a içar a mesma bandeira.<sup>179</sup> Vendo isto, o alfaiate que a fez foi dar parte ao cabeceira que estava governando a terra,<sup>180</sup> que o diretor disse

<sup>178</sup> É provável que a estadia de Bastos Varela em Abomé correspondesse aos Costumes que aconteciam em janeiro e fevereiro, e, portanto, o embarque do escravo Antônio teria sido a partir de março de 1798. Do capitão Pedro José de Oliveira constam nove viagens entre 1792 e 1809. A de 1798, com a corveta *NS do Monte Carmo e S. Francisco*, com saída do Brasil em 12 de junho de 1797 e chegada na Bahia em 11 de agosto de 1798, encaixaria na cronologia: TSTD2, n. 51289.

<sup>179</sup> O trecho ilustra bem o uso de bandeiras içadas na praia (ou na fortaleza, neste caso) para sinalizar a localização dos pontos de desembarque e para se comunicar com os navios.

<sup>180</sup> Cabeceira da terra é uma expressão que aparece várias vezes na carta. Provavelmente se refere ao chefe local, o yovogan (avogan). Alternativamente, o segundo do yovogan era coke, “conselheiro do rei e seu mercador especial”: Robin Law, *Ouidah: The Social History of a West African Slaving Port, 1727-1892*. Athens: Ohio University Press, 2005, pp. 99-103.

que aquela bandeira era para correr com os navios. Vendo isso o cabeceira foi se por defronte da fortaleza, e mandou dizer ao diretor que mandasse arriar aquela bandeira, pois aquela não era a bandeira do rei de Portugal, e ele lhe respondeu que fosse governar a terra; pois era terra de negros e não a fortaleza, e o dito cabeceira lhe respondeu que quando o rei de Portugal mandou fundar essa fortaleza bem sabia que a terra era de negros, donde o diretor deu uma espada ao cirurgião,<sup>181</sup> [ordenando] que fosse se pôr no pau da bandeira, e se algum soldado daqueles fosse arriar a dita bandeira, lhe cortasse a mão. Vendo isso, o cabeceira foi ao quartel do almoxarife<sup>182</sup> [para] que lhe entregasse a bandeira do rei de Portugal, e o almoxarife fielmente a entregou, logo foi mandar içá-la, e a outra a remeteu para a Bahia, e o navio assim que viu a bandeira do seu rei logo fundeou. Assim como também os senhores capitães se me queixavam que não queriam vir ao meu porto porque aquele diretor os estava desfeiteando. Assim como o dito [diretor] ir à casa do capitão João Carlos a pedir lhe que lhe levasse uns cativos no seu navio, e porque o capitão não podia levar se não a metade dos cativos o dito diretor o quis maltratar com pancadas, indo o dito acompanhado com o cirurgião da fortaleza. Vendo-se o capitão maltratado me escreveu dando-me parte do fato acontecido e dizendo-me que se queria navio no meu porto mandasse retirar aquele diretor. Eu, vendo essas coisas, e outras mais acontecidas, o mandei retirar, e disso mandei [4v] uma satisfação pelo Inocencio.<sup>183</sup> E quando quis mandar retirar o dito diretor mandei que o cabeceira da terra fosse à fortaleza com o capitão João Carlos, para receber o dito diretor[.]<sup>184</sup> Depois dele fora da fortaleza, mandou o meu cabeceira chamar todos os oficiais dela, e perguntando aos ditos qual era o de maior soldo disseram eles que era o almoxarife Jozé Joaquim Marques da Graça, donde o meu cabeceira lhe entregou a

<sup>181</sup> O cirurgião no fim do governo de Bastos Varela era Jose Alves de Sousa: AHU, CU, Bahia, cx 101, doc. 19.718 (FCA-PRDH, CD 15).

<sup>182</sup> Provavelmente Ignácio Ferreira de Araújo, mas talvez José Joaquim Marques da Graça. Ver nota 177.

<sup>183</sup> Referência à carta 11, de 1804, levada por Inocência Marques Santana.

<sup>184</sup> Manoel Bastos Varela foi expulso do Daomé em 24 de junho de 1799 e com ele foi a carta 8. Esta carta 12 indica que quem o levou de volta para a Bahia foi o capitão João Carlos. Este seria, assim, o capitão da corveta *Flores do Mar*. No TSTD2 (n. 51332) não consta o nome do capitão.

fortaleza [para] que a vigiasse até a [segunda?] ordem do geral da Bahia[.]<sup>185</sup> Donde o dito lhe agradeceu muito, dizendo-lhe que em agradecimento disso informaria ao general<sup>186</sup> da má conduta e governo que o diretor fazia, e logo mandou abrir os armazéns do diretor, e mandou tirar dez ancoras de aguardente para dar ao cabeceira, e também à gente do Sarame,<sup>187</sup> em contentamento do diretor ir retirado, e o resto dos trastes, aguardente, tabacos e cativos que ficaram do dito diretor, ele dito os consumiu com o cirurgião.<sup>188</sup> Depois que se apanhou [=viu] governando a fortaleza de comandante, e foi adquirindo alguma coisa, logo começou com desordem com o cirurgião. Donde me mandou informar que o cirurgião era coligado com o diretor Bastos nos furtos que fazia, e assim me mandava pedir que mandasse retirar o cirurgião; pois ele queria endireitar a fortaleza. Não sabendo eu que ele se queria apanhar [=ver] só para fazer pior que os outros, mandei ordem que se retirasse [o cirurgião],<sup>189</sup> e ficou só ele com o escrivão Manoel Rodrigues; e porque o escrivão Manoel Rodrigues lhe quis ir a mão aos furtos que estava fazendo à Coroa, foi a casa do meu cabeceira e mandou chamar a todos os mercadores [para] que não vendessem cativos ao escrivão, pois ele era muito velhaco e não havia de pagar, e o cabeceira lhe fechou a feira e esteve com ela fechada até que se retirou. Na chegada do diretor<sup>190</sup> na Bahia, logo o general proveu tenente, almoxarife, escrivão e cirurgião. [Quando] chegou à fortaleza o tenente Joze Ferreira<sup>191</sup> com os seus oficiais, tomando posse dela, mandou que o dito Joze Joaquim tomasse conta do almoxarifado até chegar o outro que estava [5] atrás,

<sup>185</sup> A transferência de poder ao almoxarife José Joaquim Marques da Graça está confirmada por carta que este enviou um dia depois da expulsão de Bastos Varela ao governador da Bahia e a rainha d. Maria: APEB, maço 193, “José Joaquim Marques da Graça ao governador da Bahia, Uidá, 25/07/1799”; AHU, CU, Bahia, cx 101, doc. 19.718 (FCA-PRDH, CD 15).

<sup>186</sup> Refere-se ao governador da Bahia. Ver nota anterior.

<sup>187</sup> Nome do bairro que cresceu em volta do forte português e residência de vários agregados do mesmo. Ver carta 13, nota 277.

<sup>188</sup> O cirurgião Jose Alves de Sousa foi nomeado por Adandozan para desempenhar o lugar de almoxarife: AHU, CU, Bahia, cx 101, doc. 19.718 (FCA-PRDH, CD 15).

<sup>189</sup> O cirurgião Jose Alves de Sousa foi expulso em setembro de 1799: APEB, maço 193, “José Joaquim Marques da Graça ao governador da Bahia, Uidá, 5/09/1799”.

<sup>190</sup> Manoel Bastos Varela Pinto Pacheco.

<sup>191</sup> Tenente José Ferreira de Araújo, “que fora fuzileiro do primeiro regimento de linha desta praça” da Bahia: APEB, maço 139, “Fernando José de Portugal a d. Rodrigo de Souza Coutinho, Bahia, 18/12/1799”, f. 247. Ver também Introdução, nota 50.

em outro navio[.] E como o dito Joze Joaquim já tinha se visto governando, começou a intrigar com o seu comandante, e o escrivão informou ao comandante dos furtos que o dito tinha feito à fazenda real. Querendo tomar conta das despesas feitas, achei grandes furtos do que não era costume,<sup>192</sup> como fosse de seda, búzios<sup>193</sup> e aguardente. Querendo ele [o tenente] mandar prendê-lo, [o almoxarife] correu pela porta da fortaleza afora e foi se valer do cabeceira da terra, para que o dito cabeceira orasse [=suplicasse] por ele, e que não o prendesse, que ele se obrigava a pagar tudo o que sobrava do costume das despesas, do que o tenente o serviu [=aceitou], e disse que como o rei de Portugal ficava muito longe, por isso é que eles furtavam assim. E estando o tenente em ajuste de contas, adoeceu da carneirada da terra<sup>194</sup> e só durou nove dias, [por]que o dito Joze Joaquim e o cirurgião o mataram com o vomitório que lhe deram e os caldos de galinha; pois os cozinheiros assim me informaram[.] E no falecimento do dito tenente, quis o Joze Joaquim tornar a tomar posse da fortaleza, e eu lhe mandei dizer que não [o] queria mais, pois bem informado estava das suas carambolas, e que entregasse a fortaleza ao almoxarife Francisco Xavier, seu sucessor[.]<sup>195</sup> E tomando o dito almoxarife conta da fortaleza, o dito Joze Joaquim se pôs fora da fortaleza e mandou informações falsas pelo capitão Caetano Joze da Rocha, para lhe procurar a patente de tenente mandante desta fortaleza, para me mostrar, a mim e aos meus cabeceiras, como ele havia de governar a fortaleza, como de fato assim o conseguiu[.]<sup>196</sup> E no dia que tomou posse da fortaleza, foi à casa do meu cabeceira e lhe disse se ele estava feito o governador ou não, e se o seu diretor valia ou

<sup>192</sup> O “costume” aqui se refere ao tributo pago ao rei. Ver carta 11, nota 116.

<sup>193</sup> O búzio era a moeda local. Ver, carta 12, nota 235.

<sup>194</sup> Malária. “Como aquele clima seja ardentíssimo e haja muitas e frequentes febres, e malignas, que, por serem contagiosas, com maior força em certa quadra e estação do ano, lhe chamam carneirada”: Mendes, “Memória”, p. 277.

<sup>195</sup> Francisco Xavier Rodrigues da Silva (almoxarife) assumiu com Francisco Felix de Souza (escrivão) em 1804 (ver Introdução, tabela 2).

<sup>196</sup> José Joaquim Marques da Graça consegue a patente de tenente em 5 de setembro de 1801: AHU, CU, Bahia, cx 119, doc. 23.446 (FCA-PRDH, CD 19). Assim, ele pode ter assumido a diretoria da fortaleza antes do fim desse ano. No TSTD2 constam 13 viagens do capitão Caetano José da Rocha entre 1781 e 1804. Talvez aquela que chegou à Bahia em 26 de junho de 1799 (n. 51304) trouxesse da Costa da Mina a solicitação de Marques da Graça, às autoridades baianas, para ocupar o posto de tenente da fortaleza.

não. O meu cabeceira lhe disse que sim e que fizesse outro governo melhor do que ele tinha feito. Neste tempo fundeou uma galera vinda de Lisboa, e foi o dito tenente a bordo da dita galera e mandou que o capitão cortasse as fazendas [5v] que trazia para o seu negócio, como também mandou encurtar as ancoras de aguardente,<sup>197</sup> pois tudo isso certifiquei com o capitão Manoel Duarte que se achava neste porto[.] E o dito capitão Manoel Duarte se abalou de vir aqui me falar e manifestar-me a qualidade do dito tenente, e se me ofereceu para o levar retirado para a Bahia, como de fato o levou, e que havia de dar boa conta dele ao general da Bahia[.]<sup>198</sup> E me pediu que o mandasse retirar com a camisa que tinha no corpo, como assim sucedeu, e me prometeu que havia de me trazer oficiais novos para a fortaleza, e até o fazer desta ainda não veio nenhum.<sup>199</sup> Estas têm sido as causas em que os ditos têm sido retirados, pois esta é a conta em que informo ao meu irmão o rei de Portugal.

[\*\*\*]<sup>200</sup>

[6] Representação que faço a meu irmão o rei de Portugal sobre as más informações que de mim tem tido, tanto dos capitães que andam para esta carreira, como também dos diretores que daqui têm sido retirados,<sup>201</sup> que

<sup>197</sup> Trata-se do mesmo incidente denunciado na carta 9.

<sup>198</sup> O capitão Manoel Duarte da Silva tem registradas cinco viagens entre a Bahia e o Golfo do Benim no período de 1798 a 1815. Há uma viagem, com chegada na Bahia em 29 de novembro de 1803 (TSTD2, n. 47745), que corresponderia àquela que trouxe José Joaquim Marques da Graça de volta a Bahia. Isso significaria que Marques da Graça foi expulso por volta de setembro de 1803.

<sup>199</sup> Em 3 de fevereiro de 1804, Jacinto José de Souza, ajudante do 4º regimento de milícias da cidade da Bahia, após 49 anos passados no serviço real, foi nomeado por decreto o novo diretor da fortaleza de Ajudá. O fato de não ter chegado até o momento da escrita da carta 12, ou presumivelmente da escrita dessa parte da carta, a dataria aproximadamente antes de abril de 1804. Contudo, a primeira parte da carta faz referência ao regresso da embaixada em dezembro de 1805, portanto, esta missiva, ou memória, é uma colagem de duas partes. Ver Introdução.

<sup>200</sup> Aqui finaliza a primeira parte da memória ou “carta” 12, havendo uma rubrica ilegível. No fôlio seguinte inicia a segunda parte, com a mesma caligrafia, mas presumivelmente de autoria distinta daquela que ditou a primeira parte. Ver Introdução.

<sup>201</sup> Neste comentário podem estar sendo aludidos capitães como Felix da Costa Lisboa, que supostamente ajudou o rei de Porto Novo (primeira parte desta carta 12) e os governadores do forte português Bastos Varela e Marques da Graça, expulsos do Daomé por Adandozan. O rei só poderia ter conhecimento dessas maledicências e “fofocas” através de alguém que tivesse circulado pela Bahia ou pela corte em Lisboa, como foi o caso dos embaixadores daomeanos em 1805. Como os embaixadores só regressaram por volta de dezembro desse ano, a “carta 12”, só poderia ter sido escrita no fim de 1805 ou início de 1806.

para terem aumentos falam o que querem; pois Deus deu a memória e cadência para saber ler e escrever ao branco,<sup>202</sup> e a nós deu-nos a memória tão somente para nos lembrarmos do que fazemos no presente, e se nos esquecemos, temos os velhos para nos lembrar.<sup>203</sup> Pois desde que se abriu, este porto de Ajudá tem recebido muitos navios, tanto franceses, como ingleses, como portugueses; e dele tem tirado muitos direitos para as Coroas dos ditos reis.<sup>204</sup> E eu, no meu tempo, tenho recebido muitos navios vindos dos portos de baixo despedidos,<sup>205</sup> por não poderem beneficiar o seu negócio como sejam tabacos secos,<sup>206</sup> e aqui no meu porto se beneficiam. Em outro tempo, os navios botavam tabacos secos ao mar nos outros portos, e no meu não sucede isso. Pois quando se acha algum com o seu tabaco seco, eu mando ordem aos meus mercadores que sempre [o] tomem; assim como também trazem vários trastes de ouro e prata falsa para a compra de cativos, e vão [embora] bem satisfeitos e eu fico com o prejuízo.<sup>207</sup> Assim como sedas, veludos e as demais fazendas que trazem todas falsificadas, que de uma peça fazem duas, e os lençóis que uma peça tinha doze, hoje dão tão somente oito por uma onça.<sup>208</sup> Eu mandei perguntar aos capitães porque razão faziam isso, eles me mandaram dizer que era porque os direitos de Vossa Alteza também tinham crescido mais assim, como quando eles trazem o

<sup>202</sup> A associação da escrita aos brancos já era um clichê comum entre os negros da Costa do Ouro no século XVII. Conforme narra Bosman: “contam-nos que Deus, tendo criado esses dois tipos de homens [brancos e negros], ofereceu dois tipos de presentes: o ouro e o conhecimento, ou a arte de ler e escrever. Ele deu aos negros a primeira escolha, e eles escolheram o ouro, e deixaram o conhecimento das letras para os brancos”: William Bosman, *A New and Accurate Description of the Coast of Guinea*, London: Frank Cass & Co. Ltd., 1967 [1704], pp. 146-47.

<sup>203</sup> Interessante apologia da memória oral frente à escrita, por parte do monarca africano!

<sup>204</sup> O trecho indica que os reis daomeanos tinham plena consciência do proveito que o tráfico de escravos representava para os europeus e as respectivas coroas, e era com base nesse saber que negociavam.

<sup>205</sup> Os “portos de baixo” se referem aqueles situados a leste de Ajudá, incluindo Epé, Porto Novo, Apa, Badagri, Onim (Lagos) e Boni: ver carta 1, nota 5.

<sup>206</sup> Sobre a importância do tabaco no comércio da Costa da Mina ver carta 2, nota 21. O tabaco dito de refugo ou de 3ª qualidade, muito apreciado na Costa da Mina, era misturado com o melaço da cana de açúcar para não secar demais: Verger: *Fluxo*, 19-31.

<sup>207</sup> O caso do capitão José de Souza Mattos, referido na primeira parte desta carta 12, seria um exemplo dessa atitude comercial. Adandozan mandou a seus mercadores comprar o tabaco estragado do capitão.

<sup>208</sup> Se os europeus se queixavam da esperteza e roubos realizados pelos africanos (carta 1, nota 11), os africanos tinham percepção semelhante dos europeus (ver ainda, carta 9).

tabaco seco da Bahia, logo vêm para o meu porto tanto por ordem dos donos do navios, como por vontade dos capitães. Assim como também misturam aguardente com água para melhor furtarem no seu negócio[.]<sup>209</sup> E quando os mercadores [daomeanos] lhes vão perguntar se o seu rei é quem manda fazer isso, eles respondem que o seu rei não se embaraça [=estorva] com seus negócios; quando eu aqui sei que os diretores e os capitães [6v] lá vão darem má informação do meu porto.<sup>210</sup> E eu agora informo a Vossa Alteza do que se faz nos portos de baixo que no meu não se faz. Pois, depois que recebem o tabaco, e não o acham bom, vão botarem [fogo?] em casa dos capitães, o que aqui não se faz; assim como também em dia de pagamento darem bordoadas nos barqueiros e tocarem fogo nas barracas e nas casas dos capitães, para poderem furtar,<sup>211</sup> e o mesmo rei [dos portos de baixo] ser consentidor, assim como matarem brancos, e o rei ser consentidor. Assim como em Badagre<sup>212</sup> se acha na mão do acarâ<sup>213</sup> uma cabeça de um branco feito coco de beber água.<sup>214</sup> Assim como em aVnim [=Onim (Lagos)] matarem um capitão inglês em sua casa, e em Porto Novo um marinheiro matar o seu capitão Manoel Vicente,<sup>215</sup> e em Apê<sup>216</sup> matarem um capitão chamado João Pe-

<sup>209</sup> Queixa referida em relação a Bastos Varela no segundo segmento da primeira parte desta carta 12.

<sup>210</sup> Perspicaz observação de Adandozan. Frente ao suposto liberalismo mercantil do capitalismo europeu que defendia a não intervenção estatal nas dinâmicas da oferta e da demanda, o rei daomeano aponta para o controle que o rei português exercia através de seus agentes comerciais (governadores da fortaleza e capitães).

<sup>211</sup> A mesma queixa era feita pelo diretor da fortaleza Fonseca e Aragão nos anos 1790s em relação a Uidá (carta 1, nota 11). Agora a mesma prática é utilizada para denunciar os vizinhos.

<sup>212</sup> Badagri, entreposto comercial situado a leste de Apa, na desembocadura do rio Yewa. Provavelmente foi fundado pelo holandês Hendrik Hertogh, em 1736, após escapar de Jaquin, em 1732, e refugiar-se por um tempo em Apa: Silva: *Francisco*, pp. 23-7.

<sup>213</sup> Akram é o título do rei de Badagri.

<sup>214</sup> No Daomé, os crânios dos inimigos eram ostentados publicamente como troféus, nos muros e nas portas dos palácios e dos templos, nos punhos dos sabres, nos tronos, nos guarda-sóis etc. As cabeças dos inimigos mais notórios eram preservadas em bacias: Law, "My Head", pp. 402-04. Para uma ilustração: Frederick E. Forbes, *Dahomey and the Dahomans, Being the Journals of Two Missions to the King of Dahomey, and Residence at His Capital, in the Years 1849 and 1850*, Londres: Longman, 1851, vol ii, pp. 57-58.

<sup>215</sup> No TSTD2, aparece o capitão Manoel Vicente da Silva, com o bergantim *São Lourenço*, com três viagens completas a África centro-ocidental, em 1803, 1804 e a última chegando à Bahia no fim de 1805. Se efetivamente se tratar do mesmo capitão, a carta seria, como foi dito, posterior a 1805.

<sup>216</sup> Provavelmente Apa, porto a leste de Porto Novo. Ver carta 12, nota 136.

dro.<sup>217</sup> Assim como acontece em Popô, os navios que lá vão fazerem mantimentos e búzios sucede a canoa se virar no banco e eles tornarem a vender outra vez os efeitos que já foram comprados o que não sucede no meu porto[.] Assim como sucede aos minas virarem as canoas e matarem os brancos,<sup>218</sup> o que não sucede no meu porto[.] [Aqui] tão somente acontece que, quando conduzem a aguardente, furtarem algum frasco para beberem e eu, quando sou sabedor, logo mando dar providência para que não se faça[.] Se Vossa Alteza quizer se informar do que lhe participo nesta, mande se informar dos capitães antigos que navegam para esta Costa.

Agora vou fazer novo ajuste com Vossa Real Alteza, tanto para beneficio de Vossa Alteza como para beneficio meu[.] Depois que principiaram as guerras<sup>219</sup> não vieram mais navios franceses e ingleses a resgate de cativos; pois é dos efeitos deles que nós mais precisamos, como sejam pólvora, [7] espingardas,<sup>220</sup> barras de ferro, bacias de arames, panículo, búzios, aguardente, sedas, linhos de todas as qualidades, chitas, pedras de fogo,<sup>221</sup> misagras,<sup>222</sup> cachimbos,<sup>223</sup> vidros de todas as qualidades,<sup>224</sup> zuarte,<sup>225</sup> baetas, chapéus de todas as qualidades,<sup>226</sup> pois de tudo tem saída em toda esta Costa. Pois eu agora desejo fazer uma grande amizade com meu irmão, assim como era de primeiro[.] Assim rogo a Vossa Alteza mande representação nas suas praças de comércio para que os negociantes delas venham com os seus negócios ao meu porto, para o bem da nossa amizade[.] O que peço também a meu irmão é que quando

<sup>217</sup> No TSTD2 consta apenas um João Pedro Viegas, capitão do mercante português *Marques de Angeja*, chegando à África em 1805, se desconhecendo sua sorte posterior (TSTD2, n. 900064).

<sup>218</sup> Sobre a travessia da barra em canoas pilotadas pelos minas ver carta 11, nota n. 121.

<sup>219</sup> Provavelmente se refere às guerras com Porto Novo, iniciadas em 1803. Porém, a menção aos navios ingleses e franceses talvez indique as guerras napoleônicas que envolveram esses dois países.

<sup>220</sup> Para outras solicitações de armas ver cartas 4 (nota 48), 11 (nota 126) e 13 (nota 286).

<sup>221</sup> Pederneira: pedra muito dura, que produz faíscas, quando ferida com um fragmento de aço; sílex, pedernal, pedra-de-fogo.

<sup>222</sup> Peça de metal formada de duas chapas unidas por um eixo comum, e sobre que gira a porta, janela etc.; bisagra, charneira, gonzo, mancal, dobradiça.

<sup>223</sup> Sobre cachimbos ver carta 7, nota 74.

<sup>224</sup> Referência às contas de vidro, muitas delas manufaturadas em Veneza, comerciadas na Costa do Ouro e na Costa da Mina pelos holandeses e franceses.

<sup>225</sup> Tecido de algodão azul, preto ou vermelho.

<sup>226</sup> Sobre chapéus ver carta 4, nota 49.



lhe forem contar alguma coisa minha que não seja boa, peço lhe que me mande dizer para eu saber; pois se for verdade lhe hei de mandar dizer, se for falso também lhe hei de mandar dizer[.]<sup>227</sup> Enquanto o negócio que eu mando pedir que me mande, a isso digo que se vier algum navio com essa carga para o meu porto, eu quero ser o capitão dele, pois o benefício da sua carga eu fico responsável [sobre] ela;<sup>228</sup> pois quero ver se há de ser perdido ou ganho, e o mesmo capitão do navio lhe dirá como se trata os brancos na minha terra; principalmente aquele que eu tomar conta dele[.] No outro tempo vinham navios e diziam: ai está o navio do rei Dagomê[.]<sup>229</sup> E agora não vêm mais, por isso é que lhe peço navios para eu fazer o negócio deles; pois quero que meu irmão veja como eu lhe benefício a sua carga, que quando o navio chegar, meu irmão há de dizer: é verdade que meu irmão fez bom negócio, pois ele tomou tudo na sua cabeça[.]<sup>230</sup> Pois [o] que eu vendo são cativos, e esses todos que vender [não] hão de serem velhos; porque em uma terra nunca falta serviço para quem é velho, isto é [para] os homens; e as mulheres também hão de serem da mesma forma; pois quero que quando chegue o navio meu irmão diga: é verdade que meu irmão me mandou boa gente.<sup>231</sup>

Também informo que depois que se retirou [7v] Manoel de Bastos Varellos<sup>232</sup> nunca mais se pagou aos axaraes da fortaleza os seus soldos como antes era, desculpando-se quem tem ordem, daí Majestade para não pagarem os ditos soldos[.]<sup>233</sup> Estando sempre os ditos axaraes

<sup>227</sup> Ver nota 201, no início da segunda parte desta carta, para o fato de Adandozan estar preocupado com as maledicências dos portugueses.

<sup>228</sup> Frase confusa, cujo significado geral parece indicar que o rei se faz responsável absoluto da carga daquele navio que traga as mercadorias solicitadas.

<sup>229</sup> Os navios ancorados em Uidá eram imaginados como navios do rei do Daomé, sobre os quais este detinha todos os direitos comerciais. O rei Agaja, que abriu o comércio atlântico para o Daomé, na década de 1720, tinha por emblema heráldico um navio europeu.

<sup>230</sup> Sob sua responsabilidade. Metonímia com a expressão “entregar a cabeça” para significar subordinação ao rei.

<sup>231</sup> Frase confusa; parece querer dizer que o rei só venderá bons cativos, e não velhos, pois estes podem ser ocupados nos serviços locais.

<sup>232</sup> Manoel Bastos Varela Pinto Pacheco, diretor da fortaleza de Ajudá, expulso por volta de setembro de 1799.

<sup>233</sup> Axaraes talvez seja uma deformação fonética de acqueras. Os acqueras eram serviçais escravos que recebiam soldo no forte francês e que não podiam ser vendidos. Para as primeiras menções no início do século XVIII e sua origem étnica: Law, *The Slave Coast*, pp. 189-90; idem, *Ouidah*, p. 39. Na fortaleza portuguesa, além dos oficiais portugueses, moravam alguns nativos, soldados,

prontos para o serviço da fortaleza, quando pelo contrário [agora, os responsáveis da fortaleza] deixam passar quatro e cinco anos para fazer número de pagamentos bastantes,<sup>234</sup> e tomam nas mãos dos capitães tabacos e aguardentes, e pagam um frasco de aguardente por valor de dez galinhas de búzios, e uma garrafa por valor de cinco galinhas, que é o soldo que eles [vencem?];<sup>235</sup> pois nenhum quer trabalhar por semelhantes preços; aos ditos governadores é conveniência para poderem bem chupar o resto, que fica dos ditos soldos, pois eu sou o zelador dela.<sup>236</sup>

El Rei [?]

Rey.D.Agomé [carimbo]<sup>237</sup>

### Carta 13

[Rei Adandozan ao príncipe regente de Portugal, d. João, Abomé, 9/10/1810]<sup>238</sup>

[1]

Ao real príncipe de Portugal d. João Calrros Bragança meu irmão

---

intérpretes e seus filhos, mas, até onde sabemos, não eram referidos com esse termo. A frase parece sugerir que os responsáveis pela fortaleza, a partir de 1805, o almoxarife e o escrivão (ver carta 13 e Introdução), com ordem de pagar os soldos dos axaraes, estavam sendo omisso em suas funções.

<sup>234</sup> Se a última vez que foram pagos os soldos foi antes de Bastos Varella ser expulso no fim de 1799, e se passaram quatro ou cinco anos, a data da escrita desta parte da carta seria 1804 ou 1805.

<sup>235</sup> O búzio era a moeda local e se contava em toques, galinhas e cabeças. Um toque se compunha de 40 búzios e correspondia a 20 réis. Uma galinha se compunha de cinco toques, ou 200 búzios, e correspondia a 100 réis. Uma cabeça pequena era composta de 10 galinhas (2.000 búzios ou 1\$000 réis) e a cabeça grande de 20 galinhas (4.000 búzios ou 2\$000 réis). Para a correlação com o valor em réis, no início do século XIX: Mendes, “Memória”, p. 280. Para uma análise da inflação do valor do búzio nos séculos XVII e XVIII: Law, *The Slave Coast*, pp. 49, 51-58. Em 1850, o soldo para um carregador livre era de dois toques (80 búzios) por dia e uma garrafa de rum por semana: Frederick Forbes, *Dahomey and the Dahomans, Being the Journals of Two Missions to the King of Dahomey, and Residence at His Capital, in the Years 1849 and 1850*, Londres: [1851] 1966, v 1, p. 122.

<sup>236</sup> Frase confusa cujo sentido geral parece indicar que os “governadores” da fortaleza (naquele momento o almoxarife e o escrivão) pagavam valores menores aos soldos devidos, ficando com o resto por benefício. Também não fica claro do que o rei seria “zelador”, da fortaleza portuguesa? Para o final abrupto da “carta”, ver Introdução.

<sup>237</sup> O mesmo selo ou carimbo, com a assinatura “Rey.D.Agomé” dentro de uma forma oval, aparece no fim das cartas 13 e 14.

<sup>238</sup> IHGB, PADAB (Projeto Acervo Digital Angola-Brasil) – DVD 3 – pasta 616 (imagens 472-488). Para a ementa ver carta 12, nota 133. As cartas 12 e 13 apresentam a mesma caligrafia sugerindo serem cópias transcritas pelo mesmo escrivão.

Recebi uma feita pelo visconde secretário da secretaria de Ultramar<sup>239</sup> donde me noticiava da boa e feliz saúde de Vossa Alteza, a qual estimei muito. Aonde [=daí] começaram a chegar as notícias de que Vossa Real Alteza e toda a família real tinham sido prisioneiros dos franceses e que tinham tomado Lisboa, e juntamente o rei de Espanha[.] Passado o decurso do tempo, veio outro navio que trouxe novas notícias que Vossa Real Alteza, e a nossa soberana mãe, a rainha de Portugal, se tinham retirado, debaixo de uma armada inglesa e portuguesa, à cidade da Bahia.<sup>240</sup> Passado o decurso de tempo, veio outro navio trouxe por notícia que se tinha passado para o Rio de Janeiro.<sup>241</sup> Aonde também soubemos que morreu o duque de Cadavâl,<sup>242</sup> do que eu senti muito, e disse lhe dou os pêsames[.] Pois o tempo tudo está virado, em o [palavra corroída] tempo do nosso governo tanto lá como cá, [palavra corroída] o meu sentimento tem sido de eu não ficar mais vizinho de Vossa Alteza, e nem poder andar em terra firme para lhe dar um socorro com o meu braço, pois a minha vontade é grande[.]<sup>243</sup> Pois eu também cá na minha terra tenho pelejado muitas guerras pelos sertões adentro, tanto da nação maquinos, como de nagôs, e desses todos tenho tido vitória[.]<sup>244</sup> Pois eu

<sup>239</sup> O visconde de Anadia respondia à carta do rei Adandozan, enviada com a embaixada de 1805, em 30 de julho de 1805: BNRJ, II-34, 5, 4, “Visconde de Anadia ao rei Adandozan, Palácio de Queluz, 30/07/1805”.

<sup>240</sup> Referência aos eventos de 1807-1808. Em novembro de 1807, d. João abandonou Lisboa em direção a Bahia ante a iminente invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão. O fato de Adandozan receber notícias de que a família real tinha sido presa junto ao rei de Espanha pelos franceses sugere o nível de distorção das informações que chegavam à Costa da Mina através dos capitães e da tripulação dos navios europeus.

<sup>241</sup> Em 22 de janeiro de 1808, d. João e sua família chegaram a Salvador. A corte foi transferida para o Rio de Janeiro em março desse ano.

<sup>242</sup> D. Miguel Caetano Álvares Pereira de Mello (1765-1808) quinto duque de Cadaval. Abandonou Lisboa com d. João em novembro de 1807, mas sua embarcação se afastou da esquadra, aportando em Paraíba. Faleceu em 14 de março de 1808, na Bahia, após agravamento de doenças contraídas em Lisboa. Entre outras funções militares, foi marechal de campo dos reais exércitos e, no fim da vida, mordomo-mor da rainha d. Maria I.

<sup>243</sup> A pretensa solidariedade do rei daomeano com seu “irmão”, o rei de Portugal, é significativa. A referência a impossibilidade de se deslocar por terra firme pode estar aludindo, para além da grande distância geográfica, à proibição ritual dos reis daomeanos de se aproximar do mar.

<sup>244</sup> Os povos “maquinos” ou mahis (maki, maqui), situados ao norte de Abomé, por cima do rio Zou, foram território de repetidas incursões do exército daomeano ao longo de todo o século XVIII e uma das principais regiões para aprovisionar de escravizados os navios europeus. Os povos nagôs, de língua iorubá, sob a influência do reino de Oyó, estavam localizados também ao norte (i.e. Save, entre os mahis) e a leste do Daomé, e constituíam igualmente presa recorrente do exército

também lhe quero participar das minhas guerras que eu tenho tido [com uma] porca[.] Tendo eu uma terra minha pequena,<sup>245</sup> veio um rei de uma terra poderosa atirar um tiro nela para ver se fazia alguma presa, aonde o dito cabeceira dela me mandou fazer aviso que o rei de Oyô [Oyó]<sup>246</sup> veio fazer essa desordem[.] Preciso advertir que esse dito rei [1v] tinha sete terras no caminho para poder chegar ao dito, e muitos caminhos ruins, de alagoas grandes, e algumas era preciso passar em canoas, pois estavam distantes da minha terra treze dias de viagem, pois meu irmão bem sabe o que são guerras [e] destruir todas sete[.]<sup>247</sup> E depois do meu povo descansar ao cabo de cinco dias, avançaram à dita terra a pelejar; o meu povo achou um grande fosso e muitos muros de pedras e começaram a pelejar, desde as seis horas da manhã até as seis horas da tarde, e retirou-se o meu exército neste dia para descansar, e quando foi pela meia noite entrou a minha guerra [=exército] no dito fosso, e subiu arriba e começou a botar os muros abaixo, e quando veio rompendo o dia entrou a guerra dentro, e foi levando tudo a ferro frio, e [parte corroída], e quando foi pelas 2 horas da tarde estava tudo destruído[.] E me retirei para a minha terra, aonde no caminho alguns que fugiram foram buscar socorro de outras terras e se ajuntaram para virem me tomar a presa, ao cabo de três dias, aonde tornamos novamente a pelejar e os

---

daomeano. Sobre os mahis ver, entre outros: J.A.M.A.R. Bergé, “Etude sur le Pays Mahi (1926-1928)”, *Bulletin du Comité d'Etudes Historiques et Scientifiques de l'Afrique Occidentale Française*, v. 11, n. 4 (1928), pp. 708-755. Sem uma cronologia muito clara, Akinjogbin (*Dahomey*, pp. 187-8) comenta as incursões de Adandonzan em território mahi e nas cidades nagôs de Fita, Jaluku-Jalumo e Govie. Sobre o sucesso dessas batalhas, ver também: Edouard Dunlas, “Contribution à l’histoire du Moyen-Dahomey (Royaumes d’Abomey, de Kétou et Ouidah)”, *Études Dahoméennes*, n. 20 (1957), pp. 36-7.

<sup>245</sup> Na carta 11, Adanzozan se refere ao “pequeno Dagome”, mas aqui a “terra minha pequena” se refere a algum território fronteiriço subsidiário do Daomé, objeto de um ataque de Oyó.

<sup>246</sup> Referência ao poderoso e vizinho reino de Oyó, a quem o Daomé estava obrigado a pagar tributo anualmente na cidade de Cana. Para as incursões de Oyó no Daomé na primeira metade do século XVIII: Law, *The Slave Coast*, pp. 287-95, 318-24. A historiografia atribui a libertação do jugo de Oyó ao rei Guezo.

<sup>247</sup> Os treze dias parecem ser o período que o exército daomeano levou para atravessar e “destruir” as sete terras ou reinos que separavam Abomé do território invadido por Oyó. A distância entre Oyó e Abomé era de aproximadamente 200 milhas ou 320 quilômetros. Em 1819, Bowdich, (pp. 208-10) calculava o tempo para percorrer essa distância em sete dias. No século XVIII calculava-se, com exagero, em trinta dias ou 300 léguas [900 milhas]: Robin Law, “Contemporary Source Material for the History of the Old Oyo Empire, 1627-1824”, Ibadan: The Institute of African Studies, University of Ibadan, 1993; cf. carta anônima, provavelmente de Dupetitval, diretor do forte francês em Uidá, 20/05/1728 [AN: C.6/25].

convenci [=venci], pois meu irmão, as guerras para mim são divertimento[.]<sup>248</sup> Assim também como participo à Vossa Alteza sobre outra guerra que tive com o Porto Novo, que tendo uma terra chamada aGomçâ, cuja terra era uma ilha cercada de alagoas vizinha de Porto Novo,<sup>249</sup> que se tirando um tiro lá se ouvia, aonde eu destruí a dita terra, e mandei a presa que fiz para casa, e ficamos na terra assentados e acampados[.] Os do Porto Novo ouvindo tantos tiros vieram com a sua guerra embarcados em canoas a fazerem desembarque, e nós, dagomes,<sup>250</sup> no mato calados à espera deles, que fizessem o seu desembarque, [2] e começaram a se armar em guerra, aonde vinha feito o agaû deles, o grande, valoroso e afamado Dangogi[.]<sup>251</sup> Aonde [=daí] o meu agaû, depois que os apanhou [=viu] a todos em terra firme, mandou lhes quebrar as canoas, aonde o dito Dangogi, não vendo dagome nenhum e pensando que tinham se retirado, começaram a tocar os seus tambores e a beberem à saúde dos dagomes [por] terem corrido deles, e quando chegou o meio dia [deu] sinal o meu agaû de pelejar e avançou [sobre] os ditos, ahonde pelejou muito o meu agaû com eles, e os ditos vendo-se muito perseguidos começaram a fugir para a lagoa a procura das canoas, e não as acharam, aonde todos foram convencidos [=vencidos]; aonde não escapou nenhum nem para ir levar recado da guerra ao rei[.]<sup>252</sup> E lhe fiz isso para ele nunca mais poder levantar armas para nenhum rei, e depois que a guerra [=exército] se recolheu para a minha casa, trouxe os seus cabos de guerra maiores, tanto vivos como as cabeças dos mortos,

<sup>248</sup> O espírito bélico do Daomé e a tradição estabelecida por Huegbaja de que cada rei deveria aumentar as fronteiras do reino são bem conhecidos. De todo modo, aqui, Adandozan parece fazer justiça a sua fama de rei “violento e sanguinário”.

<sup>249</sup> Provavelmente Agonsa, “terra de palmeiras”. Adandozan menciona (mais adiante nesta carta 13) que foram os de Agonsa os que mostraram o caminho de Abomé Calavi para os de Porto Novo. A guerra de Adandozan contra Porto Novo era uma retaliação pelo ataque deste reino contra Abomé Calavi em 1802-1803, e dava continuidade à incursão de setembro de 1804 (cartas 11, 12). Person (“Chronologie”, p. 225) diz que os tofinus – moradores nas margens do lago Nokué – estiveram envolvidos num ataque contra Abomé Calavi. Uma hipótese é que Agonsa estivesse localizado ao oeste de Porto Novo, em direção a Abomé Calavi, em alguma das ilhas formadas no lago Nokué, em território tofinu.

<sup>250</sup> Se a escrita for uma transcrição literal da expressão de quem ditava, “dagome” aparece como autoidentificação nacional ou étnica.

<sup>251</sup> Dangogi ou Adangogi (no manuscrito aparece grafado “a Dangogi”) era o gaú (ou agaú), ou seja, o general do exército de Porto Novo. O mesmo título era utilizado pelo general do Daomé.

<sup>252</sup> Os daomeanos se orgulhavam de seus truques, ardileza e estratégias para conseguir as vitórias militares.

sessenta e três[.]<sup>253</sup> E como o dito Felix se achava no meu porto neste tempo, mandei mostrar aos três fortes, ao capitão Felix, e aos mais capitães que se achavam no meu porto neste tempo, a cabeça de Dangogi e dos seus cabos todos[.]<sup>254</sup> A razão digo porque quebrei a terra chamada aGoncâ foi porque eles ensinaram o caminho para virem quebrar aBomê de Calavê[.]<sup>255</sup> Pois o meu povo estimou tanto ter feito esta vitória que me deram um título: “a porca pariu seus filhos, para num dia morrer a mãe com seus filhos”[.]<sup>256</sup> Pois lhe vou explicar melhor este verso: Agonça é o filho da porca, e o Porto Novo é que pariu os filhos[.] Pois estes meus cabeceiras que a gente do Porto Novo apanharam e mataram na minha guerra, também quando [2v] eu apanhei a gente da guerra e Dangogi mandei matar, em lugar dos meus que eles mataram em Abome de Calavy[.] Pois vinguei-me bem dos ditos, e mandei ao redor da minha feira toda degolar neles,<sup>257</sup> para intimidar os outros a não virem mais [se] entender comigo; e [o resto] os mandei vender a pequenos e grandes, e a todos que tivessem seu dinheiro [para] os arrematar[.] E depois que eu fiz tudo isso tomei eu mesmo o titulo *o Imigôu aFunquijâ*, que vem a ser quando um homem é mais valente que outro e o ataca [com os] braços e o bota no chão, o que fica por cima começa a arrancar os cabelos da cabeça, e o vento os começa a levar pelos ares, que são

<sup>253</sup> Para as cabeças como troféus de guerra, ver carta 12, nota 214. Essas são as vítimas que aparecem representadas no tecido preservado no Museu Nacional do Rio de Janeiro: ver nota 310.

<sup>254</sup> O porto é Uidá. O capitão é Felix da Costa Lisboa, acusado na carta 12 de ter subministrando munição ao rei de Porto Novo, no fim de 1802 ou início de 1803. Depois de 1803, Lisboa tem registradas apenas duas viagens no *NS da Piedade e S Jose (Correio da Guiné)*. A primeira (TSTD2, n. 51420) teve início em 30 de abril de 1804, com principal destino em Uidá, saída da África em 30 de novembro de 1805, e chegada na Bahia em 2 de fevereiro de 1806. A segunda (TSTD2, n. 51479) teve início em 30 de setembro de 1806, mas não constam mais informações. Isso indicaria que o ataque a Agonsa, quando Lisboa estava em Uidá, teria acontecido em 1805 ou, se foi durante a segunda viagem, no fim de 1806 ou início de 1807. O fato de que o rei quisesse mostrar as cabeças ao capitão Felix, não deixa de ser significativo.

<sup>255</sup> Sobre o ataque a Abomé Calavi, acontecido entre o fim de 1802 e o início de 1803, com o apoio de Felix da Costa Lisboa, ver a carta 12, nota 141.

<sup>256</sup> Era costume no Daomé criar “nomes fortes” ou “títulos” com alusão metafórica a eventos gloriosos do rei. Como fica explicado, a porca seria Porto Novo, e o filho Agonsa, e vencendo em Agonsa ao general de Porto Novo, matava dois pássaros com um tiro.

<sup>257</sup> Os cativos eram decapitados e depois expostos, às vezes empalados ou pendurados, na feira. Essa prática era comum com as vítimas dos sacrifícios humanos nos Costumes e, em Abomé, o mercado era geralmente o Adjahi.

esses que vendi e matei.<sup>258</sup> Vou a noticiá-lo do que tenho ma[corroído] para lhe dizer como os mesmos desgostos que Vossa Alteza tem tido, eu também tenho tido os mesmos, pois nesse mesmo tempo que eu tive a notícia que era morto o duque de Cadaval, e todos os incômodos que lá têm havido, também faleceu cá minha mãe[.]<sup>259</sup> E os inimigos que meu pai<sup>260</sup> tinha, ao ouvir o falecimento dela, começaram a correr pelos matos e terras, e eu sempre atrás deles, até fui numa terra aonde apanhei a mãe do inimigo de meu pai[.] Pois este rei Sapê Maquino,<sup>261</sup> quando soube que minha mãe tinha morrido, casou com uma mulher aonde lhe pôs o verso Aoêcame,<sup>262</sup> por ter notícia que eu tinha matado a sua mãe dele, e como ele tinha notícia que minha mãe tinha falecido, botou o verso na cuja mulher, [significando] que a mesma dor que ele teve de sua mãe morrer, a mesma dor teve o Dagome; pois o verso diz que como ele gemia, também o Dagome havia de gemer[.] Pois o dito rei levantou-se da terra aonde habitava e foi habitar por detrás de uma [3] terra chamada o Aê,<sup>263</sup> e [lhe] pôs o título natal: terra que guerra nenhuma podia ir a quebrar. Eu que soube disso, mandei a minha guerra acima dele, aonde destruí a terra toda, e matei o dito rei e ataquei fogo aonde

<sup>258</sup> Trata-se de outro título honorífico, provavelmente em língua iorubá: Constant Fortné Legonou, comunicação pessoal, 6/07/2012. O sentido geral fica explicado pelo autor.

<sup>259</sup> O duque de Cadaval faleceu em março de 1808 (ver nota 242). Em outubro desse ano, ou seja, em período incomum para os Costumes, celebrava-se em Abomé um “costume do pequeno milho”: TNA, T70/1163, “Day Books for William’s Fort, Uidá, 23/10/1808”. Para Akinjogbin, essa celebração responderia a uma tentativa de promover a economia agrícola em tempos de carestia: *Dahomey*, p. 188, 193. Porém, talvez houvesse alguma relação com os rituais funerários da mãe de Adandozan. A memória dela não foi preservada pela história oficial, apenas conserva-se o nome Kentobasin: Edna Bay, *Wives of the Leopard. Gender, Politics, and Culture in the Kingdom of Dahomey*, Charlottesville & London: University of Virginia Press, 1998, p. 49. As *kpojito*, ou rainhas-mãe, eram postos simbólicos e não necessariamente correspondiam a mãe biológica. Detinham um poder complementar ao do rei. Sobre as *kpojito*: Bay, *Wives*.

<sup>260</sup> O rei Agonglo. Entre 1791 e 1795, esse rei realizou diversas campanhas contra o país Mahi, sendo vitorioso na campanha de maio-agosto de 1795: Akinjogbin, *Dahomey*, pp. 180-1; cf. Adm. I/2131, “S. Mackenzie to Sec. of Admiralty, 15/08/1795”.

<sup>261</sup> Maquino, ou maquinu, é uma variante de mahi. O sufixo “nu” significa “gente de”, ou seja, habitante mahi. Não foi identificado o rei Sapê, embora a leste do país Mahi estivesse localizado o reino nagô de Savé (Tchavé). Sobre as campanhas de Adandozan no país Mahi, ver nota 244.

<sup>262</sup> Um novo nome alegórico, ou “verso”, significando que o Daomé haveria de sofrer do mesmo modo que ele [o rei Mahi] sofreu com a morte da sua mãe.

<sup>263</sup> Aê ou Oaê, localidade não identificada. A narrativa sugere que o rei Sapê se refugiou numa terra relativamente protegida, talvez as montanhas do país Mahi, mas isso não foi suficiente para salvar sua população do exército daomeano.



tirou-se vivos seus filhos e filhas e irmãos do dito cam<sup>er</sup>,<sup>264</sup> que tinha o dito nome, e toda essa gente matei para minha mãe; e mandei tirar os queixos de toda a sua geração para pregar nas portas da minha casa, e pregados em pau[.]<sup>265</sup> E a cuja mulher do dito Sape se acha na minha mão gemendo e gemerá até morrer[.] E estas notícias todas dei por razão de nós ficarmos longe; me mande também noticiar como vai de guerras com a nação francesa,<sup>266</sup> e as mais para eu saber, para ficar contente[.] Pois vou de novo contar a meu irmão o laço que eu armei para apanhar a gente [descei?] resto que foram se meter no meio de uma serra, junto com os de quito,<sup>267</sup> aonde eu soube que eles estavam fazendo roça, e deixei eles fazer no primeiro ano a sua roça, e no segundo ano que a colheita estava boa, suspendi a minha guerra e os apanhei a todos, e mandei botar um pregão para ninguém fazer mais roça naquele lugar, pois assim é que eu brinco com eles cá.

Depois que se retirou desta fortaleza o governador Manoel de Bastos Varellos,<sup>268</sup> não tem vindo mais nenhum feito por Lisboa, senão dois tenentes, os cujos morreram,<sup>269</sup> e agora cá se acham dois, que um é o almoxarife e o outro o escrivão,<sup>270</sup> de que vou pedir a Vossa Real Alteza, [já] que vamos endireitar a nossa amizade, de me mandar um governador provido dessa Corte, como era antes, com tenente, almoxarife, escrivão, padre [3v] e cirurgião,<sup>271</sup> pois à fortaleza nada lhe tem sucedido[.] Pois se Vossa Real Alteza mandar um governador, como antes vinha, fazer o seu bom governo, não há de haver tanta arenga;

<sup>264</sup> Nome não identificado.

<sup>265</sup> Ofereceu alguns dos cativos em sacrifícios humanos para sua mãe, empalando alguns e utilizando os ossos como ornamento de portas. Ver carta 12, nota 214.

<sup>266</sup> Ver notas 240-242, no início da carta, sobre o conflito franco-português.

<sup>267</sup> Ketu? O reino de Ketu estava localizado a leste de Abomé e ao norte de Porto Novo. Porém, a referência a uma serra sugere tratar-se da região montanhosa do país Mahi.

<sup>268</sup> Manoel Bastos Varela Pinto Pacheco, expulso em junho de 1799, ver Introdução.

<sup>269</sup> Os dois tenentes eram José Ferreira Araújo (1799-1801) e Jacinto José de Souza (1804). Adandozan, porém, omite o nome do ex-almoxarife José Joaquim Marques da Graça (1801-1803) que foi expulso.

<sup>270</sup> O “almoxarife” seria Francisco Xavier Rodrigues da Silva e o “escrivão” Francisco Felix de Souza (ver Introdução).

<sup>271</sup> Esses eram os cargos mais importantes da fortaleza, secundados, em 1797, por 53 soldados nativos e vários escravos e agregados moradores no bairro em volta da fortaleza: Silva, *Uma viagem*, p. 77. Após a corte abandonar Lisboa, em 1807, a coroa portuguesa esqueceu seus domínios em Uidá sem nomear oficialmente nenhum outro governador, até 1844.



pois o mesmo governador que vier ele mandará melhor informação da minha terra a Vossa Alteza. Pois agora remeto a conta a Vossa Real Alteza do bom governo que os ditos cá têm feito; pois um irmão, ainda que brigue com outro, sempre vem a ficar bem[.] Pois eu já ouvi cá notícia de que na Bahia há ordem dos meus embaixadores, se lá forem, não passarem da Bahia, e virem para minha terra retirados.<sup>272</sup> Quando eu ouvi essa notícia não pude acreditar, porque não podia ser, porque um rei de Portugal nunca costumou virar embaixadores que iam na sua real presença. Vou também informar do escrivão da fortaleza Francisco Felix [de Souza] que ele não faz nenhum serviço nesta fortaleza e esta comendo o soldo de Vossa Real Alteza[.] Só habita em Popo, com casa de negócio,<sup>273</sup> ensinando a todos os capitães que não saltem no meu porto, e fazendo sinal com a bandeira do forte para os ditos navios não fundearem no meu porto;<sup>274</sup> querendo levar consigo os soldados da fortaleza para vendê-los em Popo, os soldados lhe responderam que seu rei não mandou eles para Popo; pois assim também em [levar] aos meus mercadores, sem querer pagar, e no porto de Popo da mesma sorte, devendo[.] E o que fica no forte é o almoxarife,<sup>275</sup> pois o dito escrivão nunca ficava sentado em um lugar[.] Como eu lhe enquitei de fazer mais viagem para Popo, começou a ensinar aos capitães [4] todos para não comprar cativos meus, [dizendo] que todos são velhos e defeituosos.<sup>276</sup> O dito escrivão, logo que chegava algum navio em Popó, corria a andar pelos sarames<sup>277</sup> ajuntando todos os cativos para ele só vender; e

<sup>272</sup> Adandozan tinha conhecimento da ordem promovida em Lisboa, após a embaixada de 1805, de manter os embaixadores africanos retidos na Bahia (BNRJ II- 34, 5, 4, “Visconde de Anadia ao [governador da Bahia], Palácio de Queluz, 30/07/1805”), antes, inclusive, de isso acontecer, em 1811, com a embaixada que levava a carta 13. Mais uma vez, o fato demonstra a sofisticada rede de informação de que dispunha o rei.

<sup>273</sup> Sobre Francisco Felix de Souza e suas atividades em Popo ver Introdução. Esta informação é original.

<sup>274</sup> Sobre a tática de se comunicar com os navios por bandeiras ver carta 12 nota 179. O tratado anglo-português de 1810 permitia a continuação do tráfico no porto de Uidá, enquanto era interdito em Aneho (Pequeno Popo), Porto Novo, Badagri e Lagos, o que revitalizou os interesses escravistas daomeanos. Calcula-se que 45 barcos baianos comerciavam em Uidá em 1812: Akinjogbin, *Dahomey*, p. 193.

<sup>275</sup> Francisco Xavier Rodrigues da Silva.

<sup>276</sup> Sobre as queixas de que os escravos vendidos pelo rei eram velhos, ver carta 12, nota 231.

<sup>277</sup> O “sarama português” em Uidá era o bairro em volta da fortaleza: Silva, *Uma viagem*, p. 77. Talvez aqui utilizado como sinônimo de bairro.

depois que o capitão salta ele é o primeiro que vende cativos e abre a feira, embarçando o povo da terra a fazer negócio[.] E desses mesmos cativos toma paga a metade e fica devendo a outra metade que não paga mais[.] Pois ao dito escrivão mandando eu perguntar porque fazia assim, levar os navios ao meu porto e ele não me deixar fazer negócio a mim, nem aos meus mercadores, mandou-me por resposta que essa ordem já vinha da Bahia, dos mercantes e do general, pois se o rei queria saber, mandasse lá perguntar na Bahia[.]<sup>278</sup> Pois eu, por evitar desordens do escrivão, é ele que me tem feito todo o mal somente, a fim de perder a minha amizade com meu irmão[.] Pois meu irmão, eu não posso, depois de estar na minha terra feito rei, deixar um só homem botar a sua fortaleza a perder[.] Pois Deus Nosso Senhor deixou o céu e a terra entre os reis para nós habitar nela e poder governar, pois eu cá estou defendendo as minhas costas.<sup>279</sup> Também vou informando que quando Innocencio conduziu os meus embaixadores recebeu de minha mão vinte e quatro escravos para me fazer venda deles, e me comprar várias encomendas da terra do branco[.] Aonde [=enquanto] os ditos cativos chegaram todos vivos na Bahia, até o fazer desta ainda não recebi nem o valor de uma agulha nem alfinete[.]<sup>280</sup> Vou também agradecer a [4v] meu irmão o grande trabalho que teve com o funeral que fez ao embaixador que meu pai mandou a sua real presença, pois estou bem informado que teve todas as honras no seu enterro, e o segundo que veio também veio com toda a grandeza, com o valor do seu ânimo e coração.<sup>281</sup> Como juntamente os que foram conduzidos pelo Innocencio, todos dois chegaram com boa saúde, e nada lhes sucedeu[.] Na sua viagem foram

<sup>278</sup> O rápido recrutamento de todos os escravos disponíveis para depois monopolizar sua venda aos capitães europeus, sem deixar opção aos mercadores do rei, que tradicionalmente tinham o privilégio de abrir o comércio, parece ter sido uma estratégia efetiva. Em combinação com a tentativa de vender como escravos os soldados indígenas do forte, a mobilidade entre Uidá e Popo Pequeno, e o não ressarcimento do crédito recebido, explicariam a rápida acumulação de capital de Francisco Felix de Souza. Para essa questão ver também: Silva, *Francisco*, pp. 85-86. A sugestão de que Francisco Felix de Souza mantinha contatos com as autoridades da Bahia não está comprovada.

<sup>279</sup> Note-se a invocação de “Deus Nosso Senhor”, aparentemente referindo-se ao deus cristão, em oposição à invocação do “meu Deus Legba”, na carta 11, de 1804.

<sup>280</sup> Inocência Marques Santana, intérprete e condutor dos embaixadores em 1804. A entrega desses escravos é mencionada na carta 12, nota 166. Aqui, porém, especifica seu número.

<sup>281</sup> Referência à embaixada de 1795 e a morte, em Lisboa, do embaixador d. Manoel Constantino Carlos Luiz. Ver Introdução.

bem tratados dos capitães, tanto para Lisboa como para a Costa [da Mina], pois ambos os dois me vieram gabando o valor do ânimo de Vossa Alteza, e recebi da mão deles as cartas de Vossa Alteza, e o dito capitão que os trouxe entregou-me pessoalmente com a sua mão aos ditos.<sup>282</sup> Agora vou ocupar ao meu irmão com as minhas encomendas que lhe faço, que há de me remeter quatro bombas de água, que é para acudir ao fogo com tempo.<sup>283</sup> Meu irmão Vossa Alteza, como rei cristianíssimo, penso há de gostar do que vou lhe pedir, pois quero também seguir a lei de Deus, porque [se é] nela que Vossa Alteza vive e crê, pois eu também quero viver nela[.] E tenho conhecido que a lei de Deus é a verdadeira, e espero com brevidade dois sacerdotes para este fim que intento, e todas as imagens que pertencem ao adorno de uma capela e seus ornamentos, dois sinos para as torres e dois pedreiros para fabricarem a dita capela[.] Pois quero fazer este gosto para meu irmão, de fundar a dita igreja para todos os brancos que vierem na minha terra saberem que sou seu irmão verdadeiro. [5] Pois também advirto que me mande taboas para fazer a dita capela e tintas de várias qualidades para a sua pintura. Enfim, meu irmão, Vossa Alteza melhor saberá o como hei de compor a dita capela[.]<sup>284</sup> Assim, também lhe peço várias relíquias para a defesa do corpo, para quando for às guerras me defender do

<sup>282</sup> Referência a embaixada de 1805. Ver Introdução. Os embaixadores partiram da Bahia para Uidá em 14 de outubro de 1805 a bordo do bergantim *Aurora*, capitão Manoel Jorge Martins (TSTD2, n. 51445). Verger, *Fluxo*, p. 274. Das cartas enviadas para o Daomé em 1805 conhecemos a do secretário de Estado, mas não a do príncipe regente: BNRJ II- 34, 5, 4, “Visconde de Anadia ao rei Adandozan, Palácio de Queluz, 30/07/1805”.

<sup>283</sup> Os incêndios, provocados pelos raios e rapidamente propagados pelos tetos de palha das casas, eram dos acidentes mais comuns e devastadores. Daí o interesse nas bombas de água. Em 1824, também o rei Ajan de Benim (Onim) fazia um pedido de “uma bomba de incêndio de tipo grande”: Verger, *Fluxo*, p. 284.

<sup>284</sup> A solicitação de pessoal (missionários e pedreiros) e material para levantar uma capela é significativa e parece uma estratégia para persuadir o rei português das suas boas intenções e fidelidade. Desde o século XVII houve diversas tentativas de conversão dos reis de Allada, Uidá e Daomé. Para um histórico detalhado das missões católicas em Uidá e Allada, ver: Law, “Religion”. A mais recente missão cristã foi a dos padres Pires e Sardinha, em 1797, pouco antes da morte de Agonglo (ver Introdução). A vontade de conversão expressa por Adandozan nesta carta contrasta com sua atitude na carta 11, de 1804, quando louvava seu grande Deus Legba. Cabe notar que quando Pires partiu, em 1797, deixou na capela da fortaleza portuguesa “duas imagens do Senhor crucificado aparelhadas de prata, 4 cálices de estanho, 2 pares de gavetas, cálice, batina, dois frontais e dois ornamentos de dizer missa, com todos os seus pertences”: APEB, maço 193, “Manuel Bastos Varela Pacheco ao governador da Bahia, Uidá, 4/10/1797”.

inimigo.<sup>285</sup> E também alguns artífices de guerra, e algumas bombas ar-  
dentes de elevação, ou de ir ao ar, e acompanhado delas algum soldado  
artífice para ensinar a elevação do fogo, e quando o dito acabar de ensi-  
nar o mandarei embora[.]<sup>286</sup> Também peço algumas espingardas colú-  
brinas<sup>287</sup> que sejam bem [corroído]didas e não arrebenhem ao tirar, pois  
essas que eu compro cá em negócio todas arrebenham ao tirar[.]<sup>288</sup> Pois  
quero que quando eu manejar elas, diga o povo que foi coisa que saiu  
da mão de meu irmão, que são vinte e quatro armas desta qualidade  
[que solicito]. Também peço a meu irmão algumas pipas de vinho de  
várias qualidades, como vinho branco e vinho tinto do Porto, ou da Ilha  
da Madeira, e vinho verde, e aguardente [do reino] desta que vem para  
o Brasil, e licores de várias qualidades[.]<sup>289</sup> E alguns cachorrinhos fel-  
pudos de regaço e alguns cães de água, pois de cada qualidade só 2  
casais; peço mais a meu irmão uns casais de pardavão, e outras qualida-  
des de pássaros boni[to], assim como o ganso, e alguns casais de gali-  
nhas de Lisboa que gabam que são muito grandes[.]<sup>290</sup> Pois meu irmão  
[não] há de ignorar tanto peditório que lhe estou fazendo, [5v] pois  
desejo possuir tudo isso quanto lhe peço para causar admiração tanto ao  
meu povo como aos de fora, para dizerem consigo: meu rei não sabe ler  
nem escrever, [mas] como tem tanta coisa de branco bonita na sua mão[!]  
Pois meu irmão, tudo isso quanto lhe tenho pedido, se lhe há de servir

<sup>285</sup> A solicitação de uma capela não o impede pedir outros objetos de poder (reliquias, ou “feti-  
ches”) com funções mágicas de proteção. O talismã para proteção na guerra formava parte de  
uma longa tradição na África ocidental.

<sup>286</sup> Além de armas, o rei solicita um artilheiro especializado no cálculo da relação entre inclina-  
ção dos canhões e a distância dos projéteis, que pudesse treinar suas tropas. Ver também carta  
11, nota 126.

<sup>287</sup> A espingarda era uma arma de fogo, portátil, de cano longo. Colubrina era uma antiga arma  
de fogo de artilharia naval para tiro a longa distância: Antonio Lopes da Costa Almeida,  
*Compendio theorico-pratico de artilharia naval*, Lisboa: 1829.

<sup>288</sup> Sobre a solicitação de armas, ver cartas 4, 11 e 12. O risco de explosão da pólvora na espin-  
garda era alto, causando muitos acidentes Aqui, porém, pelo número solicitado, parece se  
referir a canhões (ou colubrinas).

<sup>289</sup> Ao que parece, Adandozan tinha-se afeiçoado pela enologia e conhecia bem a variedade espi-  
rituosa oferecida pelo Portugal.

<sup>290</sup> A solicitação de animais de estimação como cachorros e pássaros é uma novidade no repertó-  
rio de presentes solicitados. O pardavão seria o pardal, ave passeriforme, plocéidea (*Passer  
domesticus*), da região paleártica, de coloração bruno-parda com tonalidades ferrugíneas (cf.  
Aurelio). O cão d’água português é uma raça de cães originária do Algarve e era utilizada  
pelos pescadores, daí talvez o seu nome.

de incômodo, escolha alguma [coisa] da sua real vontade, tanto no peditório da igreja e sacerdotes, como no mais [corroído] lhe tenho pedido. Também dou notícias que neste presente ano em que estamos fiz o costume do fundador, o primeiro rei desta terra, chamado o Ebagâr [Huegbaja], com toda a grandeza, aonde gastei muita fazenda [corroído] e aguardentes; aonde matei muita gente, tudo que é vivente matei para o seu costume[.]<sup>291</sup> Meu irmão, como estamos muito distantes um do outro não podemos sempre estar nos carteando, é por isso que nesta lhe quero participar tanta notícia[.] Vou manifestar-lhe que quando a guerra do Porto Novo se veio encontrar com o meu exército em Agonça aonde os ditos [arvizaram?] guerra em duas divisões, a saber uma ficou em peleja em aGonça,<sup>292</sup> e a outra foi para Daçô, no mesmo dia[.] A dita terra Danço está vizinha do Ayyôno,<sup>293</sup> pois os ditos eram muito valorosos em armas para a peleja[.] Chegando os[corroído] Porto Novo em Oême,<sup>294</sup> tomaram socorro do dito rei Saxe,<sup>295</sup> aonde o exército do tal Saxe levava dezesseis cabos de guerra, e os ditos do Porto Novo levaram doze cabos[.] O chefe do exército do Porto Novo se chamava Pendô, [corroído] que foi comandando este exército do Porto Novo, já [corroído] um cabo antigo e valoroso que já era o fundador do dito rei que fundou o Porto Novo, chamado Damesê.<sup>296</sup> Pois o dia em que houve a

<sup>291</sup> Nos Costumes anuais havia um segmento ritual conhecido como “costume de Huegbaja”, cerimônia normalmente realizada no início do ciclo cerimonial, representando o estado do Daomé prévio ao contato europeu, em que o rei aparecia vestido com folhas e utilizando apenas arco e flecha: Dalzel, *The History*, p. 219; TCRL, CA2/016, “From the Journal of Mr. Dawson, 1862”, f. 7. Porém, no caso do Costume mencionado na carta, poderia ser também uma série de cerimônias sacrificiais em honra de Huegbaja. Este rei é aqui descrito como o fundador do reino do Daomé, sem menção de Dakodonu. Dalzel considera Huegbaja o “terceiro rei” da dinastia (Akaba).

<sup>292</sup> O ataque a Agonsa teria acontecido por volta de 1805, 1806. Ver notas 249 e 254.

<sup>293</sup> A terra Daçô (Dançô, Danço, Dançou) era fronteira com a de Ayonu, Oyonu, da “gente de Oyô”, mas, como se diz mais adiante, “pertencia” ou estava sob o domínio do Daomé. Existe uma aldeia chamada Dasso (Dasa no mapa de Le Herisse, *L'ancien*), ao sul de Ketu (portanto vizinha da terra ayonou) e ao norte de Porto Novo. A relativa proximidade de Dasso com Agonsa permitiria uma divisão do exército daomeano em duas colunas e justificaria a referência ao vizinho reino de Ouémé, no mesmo conflito.

<sup>294</sup> Rio Ouémé, o mais importante da região, que grosso modo marcava a fronteira oriental do Daomé.

<sup>295</sup> Saxe seria o nome do rei do reino de Ouémé. Nesta carta 13, nota 261, há referência ao rei “Sapê maquino”. Seria o mesmo?

<sup>296</sup> Frase confusa. Não foi obtida informação sobre o chefe militar de Porto Novo, Pendô. Damesê pode ser uma transcrição de Dé Mèse, o quinto rei de Porto Novo que, segundo Person, reinou entre 1775 e 1790, com uma guerra atestada contra Ouémé em 1786. Para outras datações desse reinado: Person “Chronologie”, p. 237.

peleja em aGonçã, neste mesmo dia houve [6] a peleja em Dançou, e como o dito Dançou era cidade pertencente a mim, e os ditos do Porto Novo sabendo que eu estava para ir combater em Agonçã, mandaram a sua guerra, com o socorro do Oême, quebrar a dita terra chamada Dançó, pertencente a mim[.] Aonde [=daí] os ditos da minha praça no combate que tiveram mataram doze cabos de guerra do Porto Novo e os dezesseis cabos de guerra do Oême que foram em socorro dos do Porto Novo[.] Pois no combate que eles tiveram, Deus Nosso Senhor neste dia não foi servido que eles tivessem esta vitória[.] Pois no dia em que houve esta peleja foi em dia assinalado de uma feira chamada Zobodô,<sup>297</sup> na cuja feira sempre mato uma pessoa,<sup>298</sup> no seu dia, pois no dia da dita feira foi que a minha gente mataram toda esta quantia de noventa e dois cabos de guerra, todos valorosos[.] Pois meu irmão, um irmão para [palavra borrada] deve falar a verdade para o outro[.] Como já acima lhe relatei da guerra que tive com Adangogê,<sup>299</sup> lhe vou relatar da guerra que achei indo correr, achei esta quantia de cabeças nas bacias,<sup>300</sup> aonde [=como] já acima lhe dei esta conta certa, para saber o combate que eu tive em um dia com os meus inimigos[.] Pois meu irmão, depois que tomei posse do rei de Agomê todo esse tempo que tenho governado, vou expressa-lhe o que tem me acontecido no meu governo[.] Pois, na estação presente, tem havido uma grande peste de moléstias de muitas qualidades na minha terra, assim como bexigas, mortes repentinas, com dores de cabeça, e dores de [cadeiras], [para] em três dias serem falecidos, que me têm des[corroído]hido muito o povo, e matado muita gente[.]<sup>301</sup> Pois tudo isto informo de como está ocorrendo o tempo presente, pois não [6v] sei se lá será também o mesmo. Advirto-lhe que em meu poder ainda se acham oito chapéus de sol, que não são os de mão, são chapéus

<sup>297</sup> Zogbodómè, feira próxima de Aglime, um dos quatro mercados da região de Abomé, e nome da aldeia onde se celebra essa feira. Por extensão, na cultura fon, Zogbodó é o nome de um dos dias da semana de quatro (Zogbodo, Adjahi, Houndjolo, Adokoui)

<sup>298</sup> Esta informação é original. Sobre sacrifícios humanos, ver carta 11, nota 111.

<sup>299</sup> Uma nova grafia para o nome do geral de Porto Novo, Dangogi ou Adangogi.

<sup>300</sup> A exibição das cabeças dos inimigos depositadas em bacias constituía um dos troféus de guerra mais apreciados. Ver carta 12, nota 214.

<sup>301</sup> Em junho de 1810, em Uidá, há menção a uns “Grandes Costumes [celebrados] por conta das razões pestilentas”: TNA, T70/1163, “Day Books for William’s Fort, Whydah, 5/06/1810”. Ver também Akinjogbin, *Dahomey*, p. 195-6.

de um [meno de forca?] carregar, a saber: um é de veludo carmesim forrado de seda, com franja de ouro a roda, e o outro de veludo verde forrado e com a mesma dita franja; outro de veludo azul claro, com as costuras, guarnecido de galão e renda de ouro a roda, e seus espelhos em roda; outro de galão com franjas de retros cor de pérola, com maçanetas de ouro; outro de veludo preto entremisturado com veludo branco e sua renda de ouro a roda; outro de damasco cor de cra[corroído] forrado de cetim de flores, e as franjas da mesma qualidade com seus espelhos em roda; outro de seda [corroído]rança guarnecido com franja verde; outro dever[corroído] com seus [sarpuos?] de ouro e seus espelhos em roda[.] E os paus dos ditos chapéus todos torneados e as suas figuras que ficam acima dos ditos chapéus, uns traziam leões, outros traziam figuras com espadas na mão desembainhadas, e outros com espingardas a fazer pontaria[.] Pois estes cujos chapéus foi um rei de Portugal [corroído] irmão antigo que mandou de daxe ao meu bisavô[.]<sup>302</sup> E eu quando entrei em casa achei todos estes que acima [corroído]estruidos; aonde meus cabeceiras e o povo da minha terra dizem [que] se eu mandar recado a meu irmão que [corroído] haverá a remeter. Peço mais a meu irmão, para adorno da minha sala, umas figuras de dois leões, dois tigres, dois cães, tudo isso feito ou de louça ou de madeira, [corroído] se me gabam muito que pareceu feito ao vivo, e não preciso que sejam muito grandes[.] Peço mais uns peitorais de aço para a defesa do peito, e capacetes para a cabeça, para quando [7] for à guerra[.] Pois uma das dádivas que meu irmão pode mandar para mim e os meus cabeceiras é uma bandeira com um leão no meio, e outra da sua casa de Bragança, para quando eu sair, andar diante de mim[.] Também faço oferecimento a meu irmão das galantarias que se fabricam na minha terra, de que Vossa Real Alteza me há de perdoar: dois alforjes para quando for a caça meter a roupa para mudar, e seus vidros de bebida, e mais duas bolsas para o tabaco do seu cigarro; mais dois pares de alpercatas que é o uso do meu calçar;<sup>303</sup> e mais dois abanos que é de abanar; e mais um

<sup>302</sup> O bisavô de Adandozan foi Tegbesu, que reinou entre 1740 e 1774. “Daxe,” do inglês *dashee*, significando presente. O rei português seria d. José I (1750-1777). Sobre os chapéus de sol ver carta 4, nota 49.

<sup>303</sup> Sandália sem salto que se prende ao pé por tiras de couro ou de pano; loré. No Daomé, o uso de sandálias era privilégio exclusivo do rei e do agasunon (o sacerdote do vodun Agasu).

coxim para encostar na sua espreguiçadeira, e mais quatro bastões para trazer na mão quando for ao passeio da sua quinta, e duas forquilhas para se encostar nelas, e mais duas esteiras para botar ao pé da sua cama. Remeto sete panos cada um de sua qualidade, dois de a[palavra borrada], um de dados, outro de paina e algodão, e dois de se[jeras] brancas e azuis, e um de paina; e um calção, os cujos calções eu uso deles na minha terra por razão do calor, pois Vossa Real Alteza pode vestir os ditos calções e rebrugar-se em um pano destes; pois o seu povo há de dizer [se] o rei de Portugal é tão rico, como vai vestir isso. Remeto quatro moleconas e dois molecões,<sup>304</sup> que por tudo são seis; pois estas seis pessoas que envio a meu irmão é para eles mesmos pessoalmente noticiarem a Vossa Alteza sobre as guerras que lhe tenho relatado, pois um irmão com outro não pode falar mentira[.] Depois que eles relatarem tudo como acima disse sobre as guerras, as fêmeas [pode usar] para espanarem o seu quarto, e os machos para limparem os seus sapatos; pois os mando pequenos para se criarem, e os ditos vão multiplicando a mais, e não mando homens e mulheres já feitos por razão [7v] de que banzam muito e morrem.<sup>305</sup> Remeto mais duas potronas [=poltronas?] para o uso da sua calça. Remeto mais uma das cadeiras da minha terra,<sup>306</sup> e mais uma caixa para meter o seu cachimbo[.] Pois a caixa grande de cachimbos é minha mesmo, e as três mais pequenas são para os criados que acompanham a Vossa Alteza; pois as ditas são para conservar os cachimbos, para não se quebrarem[.]<sup>307</sup> Também lhe peço uns pares de meias de seda, pretas, brancas, riscadas e de todas as qualidades que houver para o meu uso. Remeto mais três anéis, a saber: dois de prata e um de ouro para Vossa Alteza trazer nos seus dedos, e mais 2 fuzis, e mais um chapéu de sol grande para o seu uso[.] Pois meu irmão, no dia em que estava fazendo essa carta para lhe mandar, corri

<sup>304</sup> Escravos moleques, provavelmente capturados na guerra de Agonsa. Destes, só um foi recebido pelo governador da Bahia: Verger, *Fluxo*, p. 280; cf. APEB, maço 166, f. 237, “Governador da Bahia Conde de Arcos ao rei do Daomé, Bahia, 1811”.

<sup>305</sup> O banzo era a nostalgia mortal que atacava aos negros trazidos escravizados da África. O uso na sua forma verbal resulta peculiar.

<sup>306</sup> Este seria o trono conservado no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Ver fotografia em Verger, *Os libertos*, p. 73; Araujo, “Dahomey”, p. 14. Ver também Introdução.

<sup>307</sup> No Museu Nacional do Rio de Janeiro se conserva um suporte para o cachimbo, ver imagem: Araujo, “Dahomey”, p. 15.



com a peste da terra que era muita[.]<sup>308</sup> Também remeto uma bandeira das guerras que é da gente que apanhei e das cabeças que cortei, por sinal para meu irmão ver, e trazer diante de si quando sair à rua aos seus passeios[.] São as cabeças dos cabeceiras, e também os que estão amarrados são cabeceiras, e os dois que estão na bacia são os dois cabos de guerra grandes, um chamado aDangogy, e o outro chamado Gorumap[ô], e o pau de cachaporra<sup>309</sup> foi com que se matou o dito aDangogi; e mais um dos grandes que apanhei vivo chamado Thofuião que está aí amarrado[.]<sup>310</sup> Pois mando lhe pedir muito que me mande a invocação do batismo da capela que se há de colocar, e o santo dos maiores milagres, que meu irmão se apegue com ele para assim reduzir o povo à fé de Deus.<sup>311</sup> Vou novamente pedir a meu irmão que me faça uma visita a nossa soberana mãe rainha de Portugal, e príncipes e princesas dessa corte, e todas as pessoas reais, pois espero a resposta com brevidade. A quem Deus o guarde por muitos anos com sossego no seu reinado[.][8] Bome, terça feira 9 de outubro de 1810.<sup>312</sup>

De Vossa Real Alteza  
irmão  
Rey.D.Agomé [carimbo]

<sup>308</sup> Sobre a epidemia de 1810, ver acima, nota 301.

<sup>309</sup> Cachaporra ou cachamorra se refere a um cacete ou pedaço de pau com uma das pontas mais grossa que a outra, instrumento às vezes utilizado para executar as vítimas dos sacrifícios humanos. Porém, no pano conservado no Museu Nacional do Rio de Janeiro (ver nota seguinte) só aparece uma espada e duas alfanjes: Verger, *Os libertos*, p. 79.

<sup>310</sup> Este seria a “bandeira com motivos alegóricos de poder” inventariada em 1844 no Museu Nacional. Com certeza, trata-se de uma peça da família Yémadjé, responsáveis exclusivos do trabalho de aplicação sobre tecido em Abomé: Verger, *Os libertos*, p. 79, 80. Ver ainda carta 10, nota 95. A carta 13 fornece informação original ao identificar as personagens históricas representadas no pano descoberto no Museu Nacional por Verger. Dangogi era o chefe militar de Porto Novo derrotado em Agonsa por volta de 1806. Nada sabemos de Gorumapô e Thofuião.

<sup>311</sup> Uma nova solicitação de imagens para a capela. Ver nota 284.

<sup>312</sup> Efetivamente, o 9 de outubro de 1810 era uma terça feira. Interessante o uso do calendário semanal latino, e não o da semana local de quatro dias.

## Carta 14

[Rei Guezo ao rei de Portugal, d. João, Abomé, posterior a 1818]<sup>313</sup>

[1]

Muito poderoso rei e senhor de Portugal

Eu Guezo rei da Gomé vou ao trono de Vossa Majestade figurando por mim o meu embaixador Amussú, meu legítimo tio.<sup>314</sup> Levando consigo quatro vassalos portugueses de Vossa Majestade que há 18 anos se achavam prisioneiros nos meus domínios,<sup>315</sup> pelo cabo de guerra do meu irmão aDanduzam[.]<sup>316</sup> E como agora me acho no governo deste reino, pelas crueldades e tiranias do dito meu irmão,<sup>317</sup> e me constou que Vossa Majestade mandara pedir os ditos portugueses,<sup>318</sup> e que o dito não fizera caso, e tão bem logo que tomei conta do reinado, mandou-me o seu vassalo Francisco Felis de Souza, escrivão que foi da fortaleza de Vossa Majestade,<sup>319</sup> oferecer para os mandar conduzir os ditos portugueses, e juntamente o meu embaixador e o seu moço na sua embarcação, fazendo o dito toda a despesa a sua custa. Eu, soberano senhor, aceitei o reinado que o meu povo entregou-me fiado,<sup>320</sup> e Vossa Majestade que me há de ajudar

<sup>313</sup> IHGB, PADAB (Projeto Acervo Digital Angola-Brasil) – DVD 3 – pasta 616 (imagens 503-504). Para a ementa ver carta 12, nota 133.

<sup>314</sup> Como foi dito na Introdução, a identidade deste mensageiro dificilmente corresponderia à de Dossuyovo, ou a do migan Atindebako, conforme sustenta a tradição oral. Estes embaixadores, ao contrário, teriam sido enviados por Adandozan em 1810.

<sup>315</sup> A captura de marinheiros do *Socorro*, em Badragri, aconteceu em março de 1803 e a do *Diana*, em Porto Novo, em 7 de setembro de 1804 (carta 12). Se se tratasse de algum desses prisioneiros, a carta poderia ser datada por volta de 1821.

<sup>316</sup> Guezo recorre à linguagem do parentesco, mesmo depois da deposição de Adandozan. Como vimos, o termo “irmão” também era utilizado por Adandozan com o príncipe d. João, o que não permite aventurar parentesco consanguíneo. A tradição oral sustenta que os dois reis africanos eram meio-irmãos por parte de pai (Agonglo), mas poderiam ter pertencido a linhagens distintas: Akingogbin, *Dahomey*, p. 199. Ver também: Le Herissé, *L'ancien*, pp. 311-12; Dunglas, “Contribution”, pp. 35-36, 38.

<sup>317</sup> O estereótipo de Adandozan como cruel e tirano começa a ser promovido pelo próprio Guezo.

<sup>318</sup> Alusão à carta do visconde de Anadia em que se refere a “vários Portugueses que tomastes violentamente nas terras de outro Potentado”: BNRJ II- 34, 5, 4, “Carta do visconde de Anadia ao rei Adandozan, Palácio de Queluz, 30/07/1805”.

<sup>319</sup> A carta confirma a atividade de escrivão de Francisco Felix de Souza na fortaleza portuguesa. Ver Introdução e carta 13 para os protestos de Adandozan contra Francisco Felix de Souza enquanto escrivão.

<sup>320</sup> Interessante eufemismo para um golpe de estado. De algum modo, Guezo se desresponsabiliza da iniciativa dessa ação política.

como meu irmão que somos há muitos anos e amigos, que é conhecido por toda esta Costa[.] Eu tendo a Vossa Majestade poderei ficar descansado, com o meu povo sossegado, mandando-me Vossa Majestade os navios dos seus vassallos ao meu porto, que não lhe faltara bom negócio, e lhe hei de socorrer com todo o meu poder aos vassallos de Vossa Majestade[.] Também me ofereço a Vossa Majestade caso queira tomar despique com o povo de Porto Novo que há pouco mataram um capitão de navio português por nome Furtunato Luis Pinto[.]<sup>321</sup> Me achara Vossa Majestade pronto, e também conhecera o quanto sou de Vossa Majestade amigo e irmão, um dos sentimentos maiores que tenho tido, pois nunca me constou que o gentio matasse a brancos, sendo os brancos pais de todos os negros[.]<sup>322</sup> Peço a Vossa Majestade que também olhe para a sua fortaleza que está toda arruinada, só com um oficial,<sup>323</sup> e sem ter o que comer, pela dita fortaleza não ter o valor de um real, eu bem conheço que Vossa Majestade há de [buraco no papel].

[1v] Agravado pelas injustiças que o meu irmão aDanduzam fazia com os diretores da sua fortaleza sem razão, que bem informado estou,<sup>324</sup> eu dou palavra de rei a Vossa Majestade que jamais no meu tempo há de suceder semelhante coisa[.] Caso haja algum que não seja bom lhe mandarei dar parte[.] Todos os soldados e cativos da fortaleza de Vossa Majestade mandei entregar ao comandante da dita,<sup>325</sup> pois se achavam presos há 10 e 15 anos[.]<sup>326</sup> Vai com o meu embaixador [Amussú] um moço meu por Intrépido,<sup>327</sup> todos entregues a Ignacio Felix de Souza,<sup>328</sup>

<sup>321</sup> Não foi possível achar informação sobre esse incidente. O capitão Fortunato Luis Pinto realizou uma viagem ao Golfo do Benim entre 1810 e 1811 (TSTD2, n. 49235) e o capitão Luis Pinto uma outra em 1816 (TSTD2, n. 7403).

<sup>322</sup> Curiosa forma de Guezo bajular ao rei de Portugal colocando-se como “filho dos brancos”.

<sup>323</sup> A informação sobre o estado da fortaleza por volta de 1820, com apenas um oficial, é original.

<sup>324</sup> Ver carta 12 para a expulsão do diretor Bastos Varela e o tenente Marques da Graça.

<sup>325</sup> O “oficial” da fortaleza é identificado aqui como “comandante”, provavelmente Francisco Felix de Souza.

<sup>326</sup> Acima, menciona prisioneiros portugueses retidos durante 18 anos. Aqui parece se referir aos soldados (geralmente nativos) e escravos da fortaleza, provavelmente mantidos sob o controle real. Na carta 13 há referência à tentativa da venda desses soldados como escravos por parte de Francisco Felix de Souza.

<sup>327</sup> Um moço meu por nome Intrépido? Ou um moço meu por intérprete?

<sup>328</sup> Ignacio Felix de Souza, aqui referido como irmão de Francisco Felix de Souza, é geralmente reconhecido como um dos seus filhos. Porém, não está claro se, por volta de 1820, Ignacio já estava envolvido no tráfico negreiro, como seria o caso no fim da década de 1840: Law, “A Carreira”, p. 28; Silva, *Francisco*, pp. 140, 158.

irmão do dito Francisco Felis de Souza, a quem [peço] Vossa Majestade olhe para ele[.] Pois depois que tomei conta do meu reino, quem tem ajudado ao meu povo é o dito Francisco Felis de Souza, procurando navios para o meu porto, tanto portugueses como das demais nações, de sorte que entreguei ao dito Francisco Felis de Souza todo o domínio que tinha com os brancos que vinham e vêm fazer negócio, pelo dito ser capaz e todas as nações o estimarem.<sup>329</sup> Honrado rei, não tenho nada que vos possa mandar por sinal de amigo senão duas molecas,<sup>330</sup> e um pano feito na minha fabrica,<sup>331</sup> e peço a Vossa Majestade queira aceitar[.] Os céus o queiram guardar por muitos e dilatados anos[.] Sou seu irmão e amigo.

Rey.D.Agomé [carimbo]

---

<sup>329</sup> Alusão ao título de chacha, ou vice-rei, conferido por Guezo a Francisco Felix de Souza para controlar as relações comerciais em Uidá, como fizera no passado o yovogan. O reconhecimento explícito de Guezo ao papel Francisco Felix de Souza como facilitador comercial e responsável pela restituição dos prisioneiros portugueses, além da solicitação de maiores relações comerciais para Uidá, sugere a participação de Francisco Felix de Souza na escrita desta missiva, sendo que ele mesmo bancou com as despesas da embaixada.

<sup>330</sup> Para o envio de “moleques” como presentes, ver carta 13, nota 304.

<sup>331</sup> Mais um trabalho da família Yémadjé, responsáveis exclusivos do trabalho de aplicação sobre tecido: Verger, *Os libertos*, p. 80. Ver carta 10, nota 95; carta 13, nota 310.